UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELAINE DE SOUSA GUIDETI JUNQUEIRA

**Os “Movimentos Ambientistas” na Pesquisa em Educação Ambiental – Análise
de Teses e Dissertações**

RIBEIRÃO PRETO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELAINE DE SOUSA GUIDETI JUNQUEIRA

**Os “Movimentos Ambientalistas” na Pesquisa em Educação Ambiental – Análise
de Teses e Dissertações**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo como parte das
exigências para obtenção do título de mestre
em educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof^a. Dr^a. Clarice Sumi Kawasaki

RIBEIRÃO PRETO

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

JUNQUEIRA, Elaine de Sousa Guideti

Os “Movimentos Ambientistas” na Pesquisa em Educação Ambiental – Análise de Teses e Dissertações/Elaine de Sousa Guideti Junqueira, orientadora Prof. Dr^a.Clarice Sumi Kawasaki – Ribeirão Preto, 2016.

129f. il.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo> Área de concentração: Educação.

1.Movimentos sociais/ambientalistas 2.Educação Ambiental 3. Estado da Arte.

Nome: JUNQUEIRA, Elaine de Sousa Guideti Junqueira.

Título: Os “Movimentos Ambientistas” na Pesquisa em Educação Ambiental –
Análise de Teses e Dissertações.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo como parte das exigências para obtenção do título de mestre
em Educação.

Aprovado em

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha amada filha, Sophia pelo carinho e amor nessa longa caminhada.

À minha mãe Creusa pelo incentivo e apoio constante.

Ao meu esposo Victor pelo apoio, incentivo e compreensão em cada ausência minha.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Prof^a Dr^a Clarice Sumi Kawasaki por abrir as portas da Universidade e permitir meu ingresso na Pós-Graduação e em especial ao seu carinho, paciência e competência na sua orientação sempre precisa.

À Antônio Vitor Rosa e José Arthur Barroso pelos ensinamentos, correções e sugestões no exame de qualificação, além da oportunidade de aprender com vocês por meio de leituras e reuniões.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa: Éricka, Maria Cristina e Vanessa pelos momentos de aprendizado e discussão.

Ao grupo EArte pela oportunidade de fazer parte dos momentos ricos de discussão e aprendizado.

Aos Professores do curso de Mestrado pelas reflexões durante as aulas e troca de saberes.

Aos meus pais pelo apoio e incentivo constante em todas as etapas de estudo.

Aos meus irmãos, José Carlos e Fernanda, pelo carinho e compreensão.

Ao meu marido, Victor, pelo amor e paciência nos momentos em que me ausentava para os estudos.

E em especial a minha amada filha, Sophia, que me ensinou em pouco tempo, que a paciência e a persistência fazem parte das longas caminhadas da vida.

RESUMO

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo do tipo Estado da Arte e tem por objetivo central realizar um mapeamento da produção acadêmica em EA e Movimentos ambientalistas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que se insere no âmbito de um projeto mais amplo interinstitucional – Projeto EArte, que realiza um estudo do estado da arte da pesquisa em Educação Ambiental por meio da análise de dissertações e teses brasileiras. Buscando a relação existente entre a pesquisa em Educação Ambiental e os movimentos ambientalistas nestes trabalhos, esta pesquisa analisou as fichas de classificação e resumo das teses e dissertações do banco do Projeto EArte que foram classificadas com o tema de estudo movimentos sociais/movimentos ambientalistas, totalizando 57 trabalhos. Buscou-se caracterizá-las em relação aos seus aspectos autorais, institucionais, educacionais e de pesquisa. Com relação a análise das fichas de classificação, foi possível verificar um grande número de trabalhos de mestrado realizados em universidades públicas na área de sociologia, em programas de Educação e de EA. Pela análise dos resumos foi possível verificar uma pluralidade de pesquisas, com enfoque de análise diferenciado e o domínio da utilização do termo movimento ambientalista em relação a outros termos como movimento ecológico e ambientalismo, assim como a ausência da terminologia ecologismo na busca no título, palavras-chaves e resumo.

Palavras - chaves: movimentos sociais/ambientalistas, educação ambiental, estado da arte.

ABSTRACT

The present research is characterized as a state-of-art study and its main objective is to map the academic production in EA and Environmental Movements. This is a research of a qualitative nature, which is part of a larger inter-institutional project - Project EArte, which carries out a study of the state of the art in Environmental Education research through the analysis of Brazilian theses and dissertations. Seeking the relationship between the research in Environmental Education and the environmental movements in these works, this research analyzed the classification and summary records of the theses and dissertations of the bank of the EArte Project that were classified with the theme of social movements / environmental movements study, totaling 57 works. We sought to characterize them in relation to their authorship, institutional, educational and research aspects. With regard to the analysis of the classification cards, it was possible to verify a large number of master's studies carried out in public universities in the area of sociology, in Education and AE programs. Through the analysis of the abstracts it was possible to verify a plurality of researches, with a focus on differential analysis and the domain of the use of the term environmental movement in relation to other terms such as ecological movement and environmentalism, as well as the absence of the terminology ecologism in the title search, words Keys and resume.

Key words: movimentos sociais/ambientalistas, educação ambiental, estado da arte.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com o tipo de produção acadêmica.	86
Gráfico 2 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com o ano de publicação.	87
Gráfico 3 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 por regiões brasileiras (%).....	88
Gráfico 4 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 por área de conhecimento.	89
Gráfico 5 - Porcentagem de trabalhos consolidados e incluídos no Catálogo de Teses e Dissertações em Educação Ambiental no Brasil, relacionados com o contexto não escolar, conforme áreas de conhecimento	90
Gráfico 6 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 segundo o contexto educacional.	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações com o termo “ambientalismo” no título, palavras-chave e resumo.	97
Quadro 2 – Teses e dissertações com o termo “movimento ambientalista” no título, palavras-chaves e resumo.	98
Quadro 3 – Teses e dissertações com o termo “movimentos sociais” no título, palavras-chaves e resumo.	100
Quadro 4 – Teses e dissertações sobre ações e práticas de movimentos sociais.	102
Quadro 5 – Teses e dissertações sobre práticas ambientais e de educação ambiental junto a populações do campo	103
Quadro 6 – Teses e Dissertações sem os termos nos títulos, resumos e palavra-chaves.	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com as Instituições de Ensino Superior em que foram defendidos.	91
Tabela 2 - Distribuição dos Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com o Programa de Pós-Graduação em que foram defendidos.	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente.

CEQ - Conselho de Qualidade Ambiental.

CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Básico.

CIEC – Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte.

DOE – Departamento de Meio Ambiente.

DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

EA - Educação Ambiental.

ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano.

EFA - Escolas Famílias Agrícolas.

EPA - Agência de Proteção Ambiental.

ESALQ - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

FEEMA - Fundação de Engenharia do Meio Ambiente.

FURG - Universidade do Rio Grande.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUCN - União Mundial para a Conservação.

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens.

MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização Não-Governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PIB - Produto Interno Bruto.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNUMA - Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente.

PPGEA- Programa de Pós - Graduação em Educação Ambiental.

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores.

PV – Partido Verde.

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente.

SESP - Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública.

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso.

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UICN - União Internacional para Conservação.

UNB - Universidade Nacional de Brasília.

UNESP - Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

UNISINOS - Universidade Vale dos Sinos.

UPN - União Protetora da Natureza.

USP - Universidade de São Paulo.

WWF - Fundo Mundial para a Natureza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
O PROJETO E ARTE E O DESENVOLVIMENTO DESTA PESQUISA.	20
1.1 – O Projeto EArte: Análise de teses e dissertações.....	20
1.2- Etapas de desenvolvimento desta pesquisa: Busca e Seleção de teses e dissertações de EA com o tema de estudo Movimentos Sociais/Movimento Ambientalista.	22
CAPÍTULO 2	26
OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NOS CENÁRIOS MUNDIAL E BRASILEIRO	26
2.1 – Os primeiros <i>movimentos ambientalistas</i> na Europa e nos Estados Unidos.	26
2.2 – Os <i>movimentos ambientalistas</i> preservacionistas <i>versus</i> conservacionistas	30
2.3 – O “novo ecologismo” e os <i>movimentos ambientalistas</i> contemporâneos.....	35
2.4 – Os <i>movimentos ambientalistas</i> no cenário brasileiro	39
2.5 – Novas configurações e articulações dos movimentos ambientalistas brasileiros.	64
2.6 - A questão política no debate e nas ações dos Movimentos Ambientalistas	71
CAPÍTULO 3	
MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS: CONCEPÇÕES E CORRENTES TEÓRICAS.	78
CAPÍTULO 4	
OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

O debate a respeito dos problemas ambientais e dos seus impactos sobre a sociedade têm sido constante nos meios de comunicação, nos espaços de representação política, sindicatos, movimentos sociais e nas produções acadêmicas. Esses problemas construídos historicamente evidenciam que a compreensão que se tem sobre a relação sociedade e natureza é uma relação cultural e não natural (CAVALARI, 2007).

Segundo Duarte (2005, p. 75) “por intermédio do estudo da história, é possível perceber que não há uma única atitude das sociedades humanas em relação ao meio natural”. Nesse sentido, seria incorreto afirmar que, ao longo da história, o homem foi apenas um ser destruidor ou apenas amante da natureza, considerando-o um ser imutável,

[...] os homens já construíram sentidos diversos para o que ele chama de *natureza* e certamente essa palavra nem sempre designou as mesmas coisas. Não que o mundo natural seja uma mera invenção humana [...] mas os sentidos dados a ela são criações culturais pelas várias sociedades ao longo do tempo e nas mais diversas partes do mundo. Assim, não há “o Homem”, tampouco “a Natureza” (DUARTE, 2005, p.78, *itálico da autora*).

Dessa forma, faz parte da condição humana relacionar-se com a natureza. O que é novo e diferenciado é a maneira como isso ocorre. No mundo ocidental, por exemplo, essa relação foi fortemente marcada por uma visão dicotômica, da separação entre sujeito-objeto (CAVALARI, 2007). Por esta visão dicotômica, a natureza passa a ser compreendida como objeto de conhecimento e dominação do ser humano (CARVALHO, 2006).

Essa relação utilitarista da sociedade sobre a natureza provocou ao longo da história, a intensificação do consumo dos recursos naturais e energéticos, causando problemas ambientais de ordem global como a interrupção de processos ecológicos, extinção de espécies e degradação da natureza.

Os padrões que a nossa cultura foi adotando ao longo do tempo pode ser observado por Leis (1991, p. 07):

Nossa cultura foi adotando progressivamente padrões individualistas e reducionistas, desinteressando-se pela interconexão profunda entre fenômenos de diversos níveis. Com a ajuda de grandes avanços

tecnológicos, a civilização moderna foi gradualmente distanciando os seres humanos do domínio real de seus meios de subsistência mais básicos, fazendo-os acreditar paradoxalmente que cada vez dependiam menos do ambiente natural.

Porém, como identifica Leff (2001, p. 96), a percepção da crise ambiental não se dá de forma homogênea, suas manifestações ocorrem de acordo com o “contexto geográfico, cultural, econômico e político, das forças sociais e potenciais ecológicos que são sustentados por estratégias teóricas e produtivas diferenciadas”.

Com efeito, o autor afirma que desde a década de 1970 foi possível observar as diferentes formas de manifestações dos interesses e preocupações dos países industrializados e os emergentes, diante da crise ambiental.

Pode-se considerar que os países industrializados possuíam uma visão conservacionista da natureza, com uma política voltada para a remediação dos efeitos dos processos de produção. Por outro lado, nos países latino-americanos a ênfase foi colocada nas mudanças sociais políticas e institucionais, que poderiam promover racionalmente o uso dos recursos existentes e o potencial produtivo das regiões subdesenvolvidas, com o intuito de satisfazer as necessidades básicas da população em questão (LEFF, 2001).

Apesar dessa diferença, a segunda metade do século XX marca um período de “transição paradigmática”, no qual o agravamento das relações entre sociedade e natureza será responsável por instituir um período propício à emergência da consciência ecológica e das relações contrárias à relação homem-natureza (CARVALHO, 2008; LACERDA, 2010).

Nesse contexto, os movimentos ambientalistas, apoiados por outros setores da sociedade civil, passam a ter um papel mais ativo na denúncia, na luta e na busca de soluções contra o agravamento dos problemas ambientais. Uma das respostas a estes problemas foi dada com a emergência das propostas de E A, representando um elemento crítico aos padrões de consumo da sociedade, objetivando combater os problemas da crise ambiental¹. Como observa Carvalho (2006, p. 51):

A Educação Ambiental é parte do movimento ecológico. Surge da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. Nesse sentido, podemos dizer que a EA é herdeira direta do debate ecológico e está entre as

¹ Recomendação nº 96 da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em junho de 1972 (DIAS, 1991).

alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente.

Assim, a EA foi sendo gestada no interior das lutas e discussões realizadas pelos movimentos ambientalistas, aparecendo, inicialmente como uma prática consciente para chamar a atenção da sociedade para os problemas ambientais, bem como, abranger os cidadãos em ações sociais ditas ambientalmente corretas (CARVALHO, 2006).

Como descreve Tristão e Jacobi (2010) a EA surge como um elemento que não pode ser pensada fora do contexto de formação de um campo ambiental, que se constituiu nas lutas em defesa do Meio Ambiente. Essa EA teve suas bases influenciadas pelos valores dos movimentos ambientalistas, na medida em que:

suas bases sofreram influências de valores do ‘ecologismo’, e a sua construção e o desenvolvimento são associados aos princípios desse movimento que teve um importante papel na formação e implementação de políticas públicas (TRISTÃO; JACOBI, 2010, p. 15).

Para Tristão e Jacobi (2010), a EA, que surgiu como decorrência da repercussão das ações promovidas pelo campo desses movimentos, foi sendo gradativamente assimilada como um campo da educação e mais recentemente da pesquisa em educação.

A Educação ambiental, embora ainda permeada por muitos problemas do sistema educativo vigente, pode ser entendida como um processo integral, político, pedagógico e social orientado para conhecer e compreender na sua complexidade a realidade socioambiental e promover a participação ativa e organizada da sociedade na transformação de um quadro de crescente degradação das condições ambientais (TRISTÃO; JACOBI, 2010, p. 15).

É a partir dessa relação entre a EA e os movimentos ambientalistas, que surge o interesse desta pesquisa, objetivando compreender melhor a forma de expressão dessa relação nas pesquisas em EA. Loureiro (2008, p. 189), ao analisar as publicações em eventos científicos de pesquisa em EA, já havia apontado a necessidade de se explorar e aprofundar esta temática enquanto objeto de pesquisa, ressaltando a importância de se “[...] realizar um estudo do tipo ‘Estado da Arte, relativo ao tratamento e presença dos movimentos sociais no âmbito da educação ambiental [...]’.

A importância deste tema de pesquisa é destacada na própria escolha do mesmo como um dos possíveis Temas de Estudo no campo da pesquisa em EA (Projeto EArte), em virtude da quantidade expressiva de dissertações e teses em EA que abordam esta temática. Assim, este Tema de Estudo, presente na ficha de classificação do projeto EArte, é descrito como:

Pesquisas que procuram explorar a relação entre movimentos sociais e o movimento ambientalista, caracterizando o movimento ambientalista como um movimento social ou compreendendo-o em um contexto mais amplo dos movimentos sociais e vinculando-o a movimentos mais amplos como os da contra-cultura na década de 60. Incluem-se aqui as pesquisas que procuram explorar tendências históricas dos movimentos ambientalistas tais como as dos movimentos preservacionistas e conservacionistas, da ecologia política, do ecodesenvolvimento, da ecologia profunda, das sociedades sustentáveis e ainda as relações entre os movimentos ecológicos e os mítico-religiosos. São consideradas nesse foco as pesquisas que tratam destas questões desde que o fenômeno educativo seja um dos motivos da investigação. Nestes casos, entre outras possibilidades, procura-se, por exemplo, explicitar as relações entre essas diferentes tendências históricas e os modelos ou tendências pedagógicas a elas associadas (CARVALHO; MEGID NETO et al., 2010, p. 23).

Diante da abrangência e diversidade de pesquisas que potencialmente podem ser classificadas neste tema de estudo, este trabalho problematiza a relação entre movimento ambientalista e EA na produção acadêmica, a partir das seguintes questões: Quantas e quais são as dissertações e teses em EA, do Projeto EArte, que estão classificadas neste tema de estudo?, Quais são as características em relação aos aspectos autorais, institucionais e educacionais destas pesquisas? Do que tratam e como se desenvolvem estas pesquisas? As classificações realizadas pelos grupos são coerentes com o contexto de produção desses trabalhos?

A resposta a estas questões orientam o desenvolvimento dessa pesquisa, cujos objetivos centrais foram:

- ✓ Identificar as teses e dissertações que possuem como tema de estudo os movimentos sociais/movimento ambientalista.
- ✓ Caracterizar estas pesquisas, mapeando os dados institucionais, autorais e educacionais.
- ✓ Identificar e analisar as terminologias empregadas para tratar o movimento ambientalista presente nas teses e dissertações de EA com o tema de estudo movimentos sociais/movimento ambientalista.

- ✓ Analisar o contexto de produção dessas teses e dissertações em comparação ao Relatório do grupo EArte.

O texto desta dissertação ficou estruturado em quatro capítulos, No capítulo 1, apresentaremos o Projeto EArte, que é o contexto acadêmico em que esta pesquisa foi desenvolvida, bem como, a abordagem metodológica utilizada nessa pesquisa.

No 2º capítulo, examinaremos como foram se constituindo os movimentos ambientalistas na Europa e nos Estados Unidos, em diferentes momentos históricos e suas influências e repercussões nas lutas ambientais no Brasil.

DesSa forma, a partir do delineamento histórico dos movimentos ambientalistas no mundo e no Brasil, buscou-se, no terceiro capítulo, uma parte referente aos conceitos e tipologias dos movimentos ambientalistas, por meio das ideias de autores que tratam de trazer uma diferenciação das terminologias utilizadas para se referirem ao movimento ambientalista, assim como correntes e conceitos destes movimentos ao longo da história.

As características gerais destas pesquisas e as terminologias empregadas por estas teses e dissertações, encontram-se no capítulo 4. As conclusões e as implicações destes resultados para a área de pesquisa em EA finalizam o presente texto.

CAPÍTULO 1

O PROJETO EArTE E O DESENVOLVIMENTO DESTA PESQUISA.

1.1 – O Projeto EArTe: Análise de teses e dissertações.

A análise da produção acadêmica sobre a relação Movimento Ambientalista e EA, que desenvolvemos nesta pesquisa, insere-se em um projeto mais amplo “A Educação Ambiental no Brasil: Análise da produção acadêmica (dissertações e teses)” – Projeto EArTe.

Este projeto, interinstitucional abrange 3 universidades do Estado de São Paulo – USP/ Ribeirão Preto, UNICAMP e UNESP/Rio Claro tem o propósito de realizar estudos sobre o estado da arte da pesquisa em Educação Ambiental no Brasil, buscando identificar, mapear e estudar a produção acadêmica a partir da análise de teses e dissertações em EA.

Desta forma, o Projeto em questão, financiado pelo CNpq, possui como objetivos:

- ❖ Concluir a recuperação dos documentos que constituem a produção acadêmica e científica sobre Educação Ambiental no Brasil e organizar o acervo dos documentos referenciados;
- ❖ Classificar e descrever os documentos referenciados, conforme descritores apropriados e produzir catálogos analíticos da produção;
- ❖ Identificar lacunas existentes na produção acadêmica e científica sobre Educação Ambiental, as quais permitirão o incentivo à produção de novos estudos;
- ❖ Divulgar informações obtidas mediante o emprego de diferentes mídias organizando um acervo para descrever e analisar os documentos produzindo o estado da arte neste campo do conhecimento científico;
- ❖ Descrever e analisar os documentos obtidos produzindo estudos do tipo “estado da arte”;

- ❖ Colaborar para a definição de políticas públicas sobre Educação Ambiental e sobre pesquisa nesta área no país.

As dissertações e teses em EA, que compõem atualmente o Banco de Teses do Projeto EArte, foram organizadas em duas etapas de projeto. Na a realização da primeira etapa do projeto, foram determinados os procedimentos de busca, a identificação e seleção dos trabalhos disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), compreendidos no período entre 1981 a 2009. Para selecionar tais teses e dissertações foi utilizado os radicais educ*ambient*, sendo possível coletar trabalhos que relacionavam a temática ambiental e processos educativos. Com critérios de inclusão e exclusão organizados por grupos de pesquisadores do projeto, foram selecionadas 2150 teses e dissertações em EA.

A segunda etapa do Projeto EArte, teve como foco o desenvolvimento da ficha de classificação, com componentes referentes a caracterização destas teses e dissertações como dados autorais, institucionais, educacionais e de pesquisa, com seus respectivos descritores, a fim de padronizar os processos de classificação e organização dos trabalhos. A terceira etapa do projeto constituiu na consolidação das fichas pelos pesquisadores do projeto.

Um modelo da ficha de classificação pode ser encontrado ao fim deste trabalho no seção “ANEXO I – Modelo da Ficha de Classificação, desenvolvida pelos pesquisadores do projeto EArte.

Atualmente, o Projeto EArte conta com 2763 teses e dissertações no período de 1981 a 2012. Atualmente o projeto está em andamento e pretende incluir no Banco de Teses e Dissertações Brasileiras em Educação Ambiental os trabalhos pós 2012.

Todas as etapas do projeto EArte, como os critérios utilizados para a inclusão/exclusão dos trabalhos e a ficha de classificação com os descritores e os resultados dessa classificação, podem ser encontrados na página virtual do projeto: <http://www.earte.net/>. Essa página é um site de busca que constitui o Banco de Teses e Dissertações em EA, nele é possível acessar dados sobre essas teses e dissertações como: dados autorais, institucionais, educacionais e de pesquisa.

O Projeto EArte refere-se a uma pesquisa do tipo Estado da Arte, assim como esta pesquisa, Ferreira (2002) entende que pesquisas desse tipo, são definidas como do tipo bibliográficas que buscam realizar um mapeamento dos trabalhos

produzidos em um dado período de tempo, discutindo a produção acadêmica e em diferentes campos do conhecimento. Estas pesquisas possuem uma relevância particular devido a ordenação de conhecimentos já produzidos, possibilitando identificar lacunas e contradições.

Essa importância também é evidenciada por Megid Neto (1999, p. 32):

A ampla e adequada divulgação da produção científica em determinado campo do conhecimento depende cada vez mais de estudos desse tipo, algo bastante frequente em países de larga tradição de pesquisa em educação, porém muito aquém das necessidades brasileiras. Ressentimo-nos aqui de maior quantidade de trabalhos do tipo Estado da Arte, o que limita sensivelmente a socialização do saber oriundo da pesquisa acadêmica.

Ferreira (2002) distingue dois momentos bastante distintos durante a realização deste tipo de pesquisa, a interação com a produção acadêmica, através da quantificação e identificação de dados bibliográficos e a possibilidade de catalogar a produção bibliográfica, imaginando tendências, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si. Sendo assim, para o autor é nesse momento que o pesquisador deve buscar responder questões como “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar além de questões “o como” e “o quê” desses trabalhos.

Desta forma, para o desenvolvimento das etapas apontadas por Ferreira (2002), foi necessário definir o *corpus* documental da pesquisa, compatível com estudos do tipo estado da arte. Um *corpus* documental para Bardin (2008, p. 122) é definido como “um conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras.

1.2- Etapas de desenvolvimento desta pesquisa: Busca e Seleção de teses e dissertações de EA com o tema de estudo Movimentos Sociais/Movimento Ambientalista.

O *corpus* documental desta pesquisa foi composto pelas teses e dissertações constantes no banco do Projeto EArte, que possuem como tema de estudo os movimentos ambientalistas, conforme indicado pela ficha de classificação utilizada pelos pesquisadores do projeto EArte.

Esse descritor é responsável por desvelar pesquisas que procuram explorar a relação entre movimentos sociais e movimento ambientalista como um movimento social, compreendendo-o como um movimento mais amplo. Destaca-se nesse descritor, as pesquisas que procuram explorar as tendências históricas dos movimentos e as vinculadas ao fenômeno educativo. O tema de estudo do projeto é responsável por especificar o assunto, o objeto de estudo do trabalho, geralmente ele está vinculado ao objetivo da pesquisa, do tema principal do trabalho.

Sendo assim, a presente pesquisa, realizou a busca pelo *corpus* documental em 21 de setembro de 2014, quando 2.150 fichas estavam disponíveis no sistema, apesar deste número se encontrar com constantes alterações, devido ao desenvolvimento das pesquisas, optou por utilizar a investigação realizada nesta data.

Das 2.150 teses e dissertações de educação ambiental, foi possível chegar ao universo de 57 trabalhos acadêmicos classificados pelos pesquisadores do projeto EArte como pesquisas que possuem como foco principal de estudo a questão dos movimentos ambientalistas, segundo seu descritor tema de estudo - “Movimentos Sociais/Movimento Ambientalista”. Desta forma, iniciou-se a exploração destas teses e dissertações de EA, que ocorreu por meio da análise da Ficha de Classificação (**anexo I**) de cada trabalho utilizada pelos pesquisadores do Projeto.

No universo destes trabalhos, foi realizado um mapeamento do contexto de produção das teses e dissertações a fim de organizar e quantificar os dados relacionados, no qual foram considerados elementos como data de produção; grau de titulação; dependência administrativa; localização regional da produção; programas de pós-graduação; contexto educacional envolvido pela pesquisa e áreas de conhecimento ou curriculares vinculadas.

Após esta etapa, realizou-se a leitura dos resumos destas teses e dissertações, buscando o primeiro contato com o universo amostral desta pesquisa, etapa necessária, segundo Bardin (2008), quando se utiliza a técnica de análise de conteúdo, pois permite que o pesquisador tenha impressões sobre os trabalhos.

Para Oliveira et al. (2003, p. 02) a análise de conteúdo é um “instrumento de análise interpretativa” e que tem por finalidade:

Explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem (OLIVEIRA et al, 2003, p. 03 e 04).

A leitura dos resumos das teses e dissertações, para uma análise mais detalhada da pesquisa, iniciou pelo que Bardin (2008) denomina de codificação dos trabalhos, segundo regras precisas dos dados que ocorre por recorte, agregação e enumeração, e que permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão a fim de esclarecer o analisador acerca das características do texto.

Com a leitura dos resumos, buscamos identificar as unidades de registro, que segundo Bardin (2008, p. 130) representa a “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade de base [...]”. As unidades de registros podem ser uma palavra, um conjunto de palavras, acontecimentos, personagens e até mesmo objetos.

A definição das unidades de registro se faz de acordo com a necessidade do pesquisador e de seu referencial teórico, desta forma, para esta pesquisa, as unidades de registro são: Movimentos Ambientistas, Movimentos Sociais, Movimentos Ecológicos, Ambientalismo e /ou Ecologismo. Assim sendo, buscamos identificar a localidade destas unidades no Título, Resumo, Palavras-chave e/ou Programa de Pós-graduação nos trabalhos incluídos no tema de estudo em questão.

Após a identificação dessas unidades de registros, foi necessário situá-las no resumo das teses e dissertações, para posterior análise das unidades de contexto. A Unidade de contexto é compreendida por Bardin (2008) como uma unidade de compreensão, ela pode ser uma frase ou um parágrafo, dependendo da escolha da unidade de registro. Ao final desta etapa foi possível construir quadros teóricos com as informações obtidas das análises dos resumos.

A construção do referencial teórico para análise das teses e dissertações que abordam como tema de estudo os Movimentos Ambientistas, foi desenvolvido ao longo de toda esta pesquisa. Na primeira parte desse referencial buscou-se apresentar as ideias dos principais autores que buscam analisar o histórico dos Movimentos Ambientistas na Europa, Estados Unidos e Brasil, e que compõe o segundo capítulo desta dissertação. A partir desses autores, foi construído um breve histórico dos movimentos ambientalistas, com ideias referentes as primeiras preocupações com a natureza, surgimento dos primeiros grupos ambientalistas, com suas lutas e defesas, assim como o progresso desses movimentos aos longos dos anos.

Esta parte conceitual e teórica visa subsidiar a análise das teses e dissertações em EA, quanto às tipologias utilizadas para se referirem aos movimentos ambientalistas nestes trabalhos.

CAPÍTULO 2

OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NOS CENÁRIOS MUNDIAL E BRASILEIRO

Nesse capítulo iremos descrever o histórico dos movimentos ambientalistas, primeiramente na Europa e Estados Unidos para depois abordar os movimentos brasileiros dissertando sobre suas principais características sociais, econômicas, políticas e ecológicas, bem como suas raízes e a forma de propagação pelo mundo.

Para McCormick (1992) o movimento ambientalista², tem suas origens em lugares e tempos diferentes e por variados motivos. No entanto, apresentam uma tendência comum, de partir do local e por meio de agregações e articulações formar movimentos globais.

Outro aspecto comum as origens desses movimentos estão relacionadas as descobertas científicas e ao interesse pela história natural, em um contexto histórico marcado por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas provocadas pela Revolução Industrial, que intensificaram os fluxos migratórios e aceleraram o processo de urbanização.

A implantação e o crescimento de bases industriais produziram um conjunto de alterações espaciais, que tiveram em comum, o crescimento urbano e a apropriação dos espaços rurais para o aumento da produção de mercadorias, transformando a relação da sociedade com o meio natural.

2.1 – Os primeiros *movimentos ambientalistas* na Europa e nos Estados Unidos.

Na Europa, os movimentos ambientalistas tiveram suas origens na Inglaterra vitoriana (1837 - 1901) e estavam correlacionados com a era das descobertas científicas, entre os séculos XVI e XVIII. (MCCORMICK, 1992). Os estudos no campo da História Natural influenciaram diretamente as primeiras compreensões das consequências da relação histórica homem/natureza. Para McCormick (1992) a influência da História Natural, sobretudo, a partir dos estudos realizados no campo da

² Optamos pelo uso do termo movimentos ambientalistas mesmo considerando a diferença, marcada por alguns autores, nos termos e denominações.

Botânica e da Zoologia, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, contribuíram para alterar a percepções antropocêntrica dessa relação homem/natureza.

Ainda segundo o autor, estudos advindos da Litografia, assim como da Taxonomia e até mesmo da Ecologia também foram responsáveis por instigar as pesquisas das ciências naturais, levando assim a História Natural se tornar um passatempo vitoriano afetando a visão do homem quanto ao seu lugar na natureza.

A obra “*The Natural History of Selborne*” de Gilbert White de 1788, por exemplo, buscou restaurar a visão da convivência harmoniosa entre homem e natureza, a partir do despertar da consciência da sociedade para com as belezas naturais (MCCORMICK, 1992).

Com efeito, o meio natural até então percebido como algo estranho e proibido – visão antropocêntrica da natureza - passou a ser compreendido como espaço harmonioso, belo e tranquilo. Esta visão passou a influenciar os românticos vitorianos, como pintores e poetas, que por meio de suas obras, começaram a expressar sua indignação diante das mudanças ambientais proocadas pela agricultura, bem como outras alterações ambientais ocasionadas pelo homem e suas ferramentas (MCCORMICK, 1992).

Além desta obra, trabalhos de Carl von Linné (Linnaeus) com a taxonomia botânica de Thomas Bewick e Jonh Ray também contribuíram notavelmente para impulsionar as pesquisas nas Ciências Naturais culminado nas teorias de Darwin e Wallace que afirmavam o homem como parte da evolução histórica da natureza, tornando, desta forma, a História Natural como uma distração vitoriana (MCCORMICK, 1992).

Com isso, paralelo ao ideal da era vitoriana que defendia a conquista da natureza pela ciência e pela tecnologia, emergiu também, uma consciência biocêntrica, “reforçando o reestabelecimento do sentido de inter-relação entre o homem e a natureza e a aceitação de uma responsabilidade moral relacionada à proteção da natureza contra os abusos” (MCCORMICK, 1992, p. 22).

Para muitos naturalistas, os progressos nas pesquisas reforçavam a convicção de que a proteção ao meio ambiente era algo essencial para a sobrevivência da civilização.

O desejo de preservar na natureza tornou-se então implícito no estudo da mesma, e clubes e naturalistas passaram a se preocupar com os danos infligidos tanto por seus próprios semelhantes quanto por

outros. À medida que os naturalistas aprendiam mais sobre a natureza, passaram a reconhecer seu valor e o calibre das ameaças colocadas pela atividade humana (MCCORMICK, 1992, p. 23).

Outra influência sofrida pelos movimentos ambientalistas britânicos foi a cruzada contra a crueldade com os animais. A fundação de uma das principais associações ambientalistas da história: Society for the Protection of animals (Sociedade para a Proteção de Animais), ilustra bem essa influência.

Fundada em 1824, a associação tinha como principal preocupação a matança indiscriminada de aves marinhas, a crueldade contra animais domésticos, o tiro aos pombos e a caça desenfreada de animais silvestres. Os protecionistas britânicos, assim chamados os precursores dos movimentos ambientalistas britânicos, acreditavam que poupando os animais selvagens seria possível resguardar a organização da sociedade (McCormick, 1992). Além disso, reagiram contra as condições de vida nas cidades industriais reivindicando a preservação de áreas virgens em espaços urbanos.

Esse movimento de proteção da vida selvagem, foi uma reação ao desenvolvimento industrial, reação notável também contra as condições de vida nas cidades industriais que culminou em um anseio para a preservação de espaços verdes em áreas urbanas.

Todavia, a necessidade de criação de áreas protegidas foi vista como menos urgente diante da crueldade aos animais selvagens. A sociedade vitoriana compreendia a criação de parque como meios menos urgentes, secundários, tanto que, a criação de parques britânicos só ocorreu após a segunda Guerra Mundial, com o intuito de proteger o campo em sua totalidade e não apenas a proteção de áreas virgens (MCCORMICK, 1992).

A crescente popularidade da História Natural nos países britânicos, bem como o movimento romântico influenciou profundamente os norte-americanos, o interesse dos escritores e filósofos americanos pelo ambiente natural entusiasmou os movimentos ambientalistas nos Estados Unidos, e alertou os cientistas para a amplitude das mudanças ambientais (MCCORMICK, 1992).

O mesmo autor ressalta que a exemplo da Grã-Bretanha, escritores românticos e filósofos dos séculos XVIII e início do século XIX se encantaram com a beleza da natureza virgem americana que acabou por inspirar escritores, poetas e

cientistas como Ralph Waldo Emerson³, Henry David Thoreau⁴, Alexander Wilson⁵ e John James Audubon⁶.

McCormick (1992) afirma que Thoreau (1854) tornou-se um dos principais expoentes teóricos dos movimentos ambientalistas nos Estados Unidos, com suas palavras acabou por influenciar muito a filosofia americana sobre a relação homem/ natureza. Em sua obra, Thoreau (1854) fez várias advertências com relação às consequências das derrubadas das florestas para plantio de centeio e sobre a visão romântica da natureza, chamando a atenção para o fato da natureza ser um sistema de inter-relações que não deveria ser perturbado, para manter o equilíbrio do todo.

Em 1864, dois acontecimentos importantes colaboraram para a compreensão das questões ambientais nos Estados Unidos pelos movimentos ambientalistas. O primeiro foi a publicação do livro de George Perkins Marsh – *Man and Nature* que se tornou um *best – seller* :

Nele Marsh demonstrava que a destruição arbitrária e o desperdício perdulário estavam tornando a terra inabitável para os seres humanos e, em última análise, ameaçando a existência do homem, que ‘há muito esqueceu que a terra lhe foi dada somente em usufruto e não para consumo, e menos ainda para desperdício despudorado’ (MCCORMICK, 1992, p. 29).

O segundo acontecimento foi um decreto do congresso em 1864 que determinava a transferência do “Vale Yosemite⁷” e o “Mariposa Grove de Big Trees⁸”

³ Ralph Waldo Emerson (1803-1882). Poeta transcendentalista americano, filósofo, professor e ensaísta, escreveu *Nature* (1836). Inicialmente publicado anonimamente, a primeira coleção de ensaios, de natureza de Emerson, é o culminar de muita reflexão e estudo acadêmico nos campos da filosofia e da religião. Emerson acredita na necessidade de harmonia entre o homem e a natureza.

⁴ Henry David Thoreau (1817-1862) Thoreau estudou os clássicos, bem como ciência e matemática, graduando-se em 1837. A partir de então “Natureza” tornou-se seu salão de estudo. Ele também fez algumas aulas e começou a escrever para jornais. Alguns de seus primeiros escritos incluem “Uma História Natural de Massachusetts” (1842).

⁵ Alexander Wilson (1766-1813). Wilson foi encorajado por William Bartram um naturalista a estudar aves. O resto da vida de Wilson foi dedicado a observar e pintar pássaros. O livro de Wilson, *American Ornithology*, um conjunto de nove volume foi publicado a partir de 1808 - 1814. Ele morreu em 1813, de se afogar em um rio ao perseguir um pássaro.

⁶ John James Audubon (1785-1851) Naturalista Americano, possuía um grande interesse em pássaros, natureza, desenho e música, o mesmo possuía uma coleção de 435 gravuras em tamanho natural de aves. Ele sempre esteve preocupado com a conservação na natureza.

⁷ O Vale de Yosemite foi o quarto parque nacional criado nos Estados Unidos em 1 de outubro de 1890, é responsável por abrigar enormes paredões de granito, gigantescas cachoeiras e bosques de sequoias gigantes. Está localizado no Estado da Califórnia – EUA.

⁸ O Vale Mariposa Grove the Big Trees está localizado na estrada sul de Yosemite, é um parque nacional que abriga mais de 500 espécies de sequoias gigantes

para o Estado da Califórnia, com o intuito de que tais espaços fossem mantidos para a recreação e lazer públicos (MCCORMICK, 1992).

Segundo McCormick (1992) a criação de espaços para fins recreativos e como elemento de administração da terra, nunca havia sido adotada nos Estados Unidos, por isso, fica evidente que a criação destas primeiras áreas decorre da ação dos primeiros movimentos ambientalistas.

Thoreau, por exemplo, argumentava em suas publicações que a preservação de áreas virgens era muito relevante para manter a prevenção da civilização, assim como o artista George Catlin⁹ que em suas pesquisas conclui que, tanto búfalos como índios americanos estavam correndo sérios riscos de extinção. Eles acreditavam que os povos primitivos se preocupavam mais com a preservação e expressava a sua notável consideração em proteger índios, búfalos e áreas virgens.

George Perkins Marsh foi outro importante ambientalista estadunidense, considerado o primeiro ambientalista da América. Há mais de cem anos, no livro *Homem e da Natureza* ele alertava para os nossos caminhos destrutivos em um livro notável chamado “Homem e da Natureza”. Ele foi o primeiro a levantar preocupações sobre o impacto destrutivo das atividades humanas sobre o meio ambiente. Ninguém nunca tinha voltado para o estudo da Terra como o lar da humanidade. Marsh foi o primeiro a descrever a interdependência das relações ambientais e sociais, e provocou o movimento do Dia da Árvore, a criação de reservas florestais e do sistema florestal nacional (MCCORMICK 1992).

Marsh descrevia que “[...] a preservação de áreas virgens tinha justificativas tanto ‘econômicas’ quanto ‘poéticas’, isto é, podia ser administrada de modo sustentável para o benefício de todos”. (MARSH, 1965 apud MCCORMICK, 1992, p. 30).

2.2 – Os movimentos ambientalistas preservacionistas versus conservacionistas

Em meados do século XIX, aponta McCormick (1992), os movimentos ambientalistas americanos passaram a ter dois campos: de um lado tem-se um grupo de pessoas preocupadas com a preservação de áreas nativas, sem uso para fins de recreação e educacional e no outro, grupo de pessoas que acreditavam que os recursos naturais

⁹ George Catlin (26/07/1796 – 23/12/1872) foi um pintor americano especializado em retratos de nativos americanos no Velho Oeste.

poderiam ser explorados, mas de modo planejado. Dessa forma, emergem duas correntes no interior desses movimentos – a corrente preservacionista representada por John Muir¹⁰, e a corrente conservacionista, liderada por Gifford Pinchot¹¹.

As perspectivas dos preservacionistas estavam, de acordo com McCormick (1992) mais próxima da visão do protecionismo britânico, logo a corrente conservacionista estava voltada para uma tradição das ciências florestais alemãs.

Muir e os preservacionistas se preocupavam em preservar o meio ambiente, excluindo das áreas virgens quaisquer tipos de atividade que não estivesse ligada com a recreação, enquanto os conservacionistas e Pinchot discursavam sobre a exploração dos recursos, mas de maneira sustentada, com isso emerge a questão da conservação das florestas, que foi uma das primeiras questões da preservação defendidas pelos conservacionistas.

Dessa forma os primeiros estímulos para a composição de um serviço florestal com especialistas treinados cientificamente veio de Pinchot, que havia estudado manejo florestal na Europa e aprendeu que as florestas, para serem áreas sustentadas, poderiam ser protegidas, assim como administradas.

Em 1886, o alemão Bernhard Fernow - 1º especialista florestal - foi indicado a trabalhar como administrador das florestas nos EUA. Como Pinchot e outros idealizavam uma comissão patrocinada pelo governo, obtiveram uma resposta positiva com o patrocínio da Academia Nacional de Ciências a qual certificou que as florestas americanas estavam em situação de perigo, mas não deveriam ser fechadas para uso futuros, desta forma, a maneira como isso deveria proceder foi o que trouxe a público a divisão entre duas correntes dos movimentos ambientalistas nos Estados Unidos (MCCORMICK, 1992).

O movimento *preservacionista* estadunidense tinha por princípio político a proteção da natureza contra o desenvolvimento industrial, moderno e urbano, a partir de uma apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Segundo Diegues (2001), John Muir – o líder dessa corrente – defendia um organicismo da natureza, no qual a base do

¹⁰ John Muir (1838-1914) - Nasceu em Dunbar-Escócia, foi um naturalista e escritor que lutou pela preservação do patrimônio natural norte-americano. Se destacou pelas lutas por proteção aos parques nacionais o que culminou a criação do Parque Nacional de Yosemite em 1890 e outras reservas naturais, após esses episódios ficou conhecido como o “Pais dos Parques Nacionais” (MCCORMICK, 1992).

¹¹ Gifford Pinchot (1865-1946) - Nasceu em Connecticut e foi educado em Paris. Foi nomeado para o conselho da nova Comissão Nacional de Manejo Florestal em 1896. Ficou conhecido pelas suas propostas de gerenciamento e renovação dos usos de recursos naturais de forma sustentável (MCCORMICK, 1992).

respeito por esta era seu reconhecimento como parte de uma comunidade pelo qual o homem fazia parte.

Nesse sentido, a criação de parques nacionais para a preservação da vida selvagem ameaçada pela população urbano-industrial constituía-se em uma das principais reivindicações dos preservacionistas, que tiveram como primeiras conquistas a criação de parques nos EUA: o Yellowstone Park em (1872) e o Yosemite Park, em 1890, este último creditado ao ativismo de John Muir (DIEGUES, 2001).

O objetivo desses parques era criar áreas com espaços ecológicos importantes para que visitantes apreciassem suas belezas ecológicas e estéticas, não permitindo moradores em seus interiores¹². Este modelo de parque criado nos Estados Unidos que separava homem da natureza foi posteriormente implantado em outras nações, inclusive no Brasil, evidenciando a força das ideias preservacionistas.

Para Moscovici (1974, apud Diegues, 2001), para além da defesa da proteção destes espaços, existe também uma concepção sobre relação homem e natureza, que se aproxima de um naturalismo reativo cujas premissas afirmavam que a única maneira de proteger a natureza era afastá-la do homem por meio da criação de ilhas, ideias que surgiram nos EUA com os movimentos ambientalistas preservacionistas, uma visão *wilderness* de proteção à natureza.

A outra corrente dos movimentos ambientalistas, o *conservacionismo*, tinha como princípio fazer as explorações dos recursos naturais, mas de maneira racional e sustentável (DIEGUES, 2001 e MCCORMICK, 1992).

Ainda segundo McCormick (1992), Pinchot - um dos principais representantes desta corrente - por considerar incompreensível a ética preservacionista de Muir acreditava que a conservação deveria se basear em três princípios: desenvolvimento dos usos de recursos para as gerações futuras, prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para toda a população. O conservacionista estadunidense também defendia que a natureza é repetidamente lenta e os processos de manejos poderiam torná-la eficiente.

¹² De acordo com Aramian; Moura e Silva (2011) diversos parques neste modelo foram criados nos anos posteriores em diversos países: Canadá, 1885; Nova Zelândia, 1894; Austrália, África do Sul e México, 1898; Argentina, 1903; Suécia 1909; Suíça, 1914; Rússia, 1916, Chile, 1926; Equador, 1934; Brasil e Venezuela, 1937. As intencionalidades dos parques destacados acima não eram apenas a proteção de significativa extensão de áreas dotadas de belezas cênicas admiráveis, porém visavam à preservação da biodiversidade local e estudos para fins científicos.

Esta concepção recebeu fortes críticas de alguns autores como coloca (MCCOMICK, 1992) quando aponta que os conservacionistas não se preocupavam em apresentarem uma preocupação na preservação do desperdício e sim com a justiça econômica e a democracia na destinação dos recursos naturais.

Apesar das críticas, as ideias conservacionistas americanas foram intensamente apoiadas pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909). A filiação de Roosevelt a estas ideias o levou a nomear Pinchot como “secretário de estado para a conservação, e a administração de recursos um assunto de política pública” (MCCORMICK, 1992, p. 32).

Todavia, Roosevelt não deixou de atender as reivindicações dos preservacionistas, tanto que em seu mandato foi realizada a incorporação do Vale Yosemite ao parque nacional circunvizinho, a criação de 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais e cinco novos parques nacionais.

Durante a presidência de Roosevelt, Pinchot se esforçou para organizar dois eventos internacionais sobre conservação. O primeiro Congresso Conservacionista Norte-Americano foi realizado em Washington, D.C. em 18 de fevereiro de 1909, no qual delegados do Canadá, Terra Nova, México e Estados Unidos discutiram questões voltadas para os princípios de conservação. A segunda conferência, por sua vez, não aconteceu por que Roosevelt deixou seu cargo em março de 1909 e o novo presidente William Howard Taft (1909-1913) não aceitou realizá-la, além de afastar Pinchot do cargo em 1910 (MCCORMICK, 1992).

Segundo Diegues (2001), o *conservacionismo* norte - americano se espalhou rapidamente pelo mundo, especificamente pelos países de terceiro mundo, disseminando uma dicotomia entre a população e os parques. O efeito dessa oposição foi sentido fortemente nesses países, pelas populações “tradicionais” como os extrativistas, pescadores e índios, que possuíam uma relação harmônica com a natureza.

Nesses países, as florestas remanescentes sempre foram ocupadas por moradores de sociedades tradicionais, desta forma, a transposição de modelos dos parques americanos, como o de Yellowstone, para os países subdesenvolvidos, ocasionou sérios conflitos devido as diferentes visões das populações desses países com a natureza.

Conservacionistas tradicionais vêem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente vêem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do

passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado (GOMEZ-POMPA & KAUS, 1992, p. 273 apud DIEGUES, 2001, p. 37).

Com efeito, os modelos de parques foram alvos de várias críticas, tanto dos países de terceiro mundo como dos grupos preservacionistas norte americanos. Para Diegues (2001) esses parques emergiram com uma visão antropocêntrica da natureza, privilegiando fundamentos estéticos, culturais e religiosos do ser humano, sobretudo da população urbana. Esse modo de pensar a natureza, conhecido como *Wilderness*, presente nos parques Norte-Americano trazia uma dicotomia entre homem/natureza,

O conceito de ‘Wilderness’ (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria-prima. Os habitantes da zona rural têm percepções das áreas que os urbanos designam como wilderness, e baseiam seu uso da terra em visões alternativas. Os grupos indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: é sua casa. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente. A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que os seres vivos são frequentemente personificados e endeusados mediante mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza (GOMEZ-POMPA E KAUS, 1992 apud DIEGUES, P.36, 2001).

Diegues (2001) argumenta que, o *conservacionismo* americano, apesar de possuir em suas pautas de luta, a conservação de recursos de forma sustentável, tinha os parques como a única maneira de salvar áreas protegidas da intervenção humana, desconsiderando fatos que mostravam que seres humanos eram capazes de conviver em harmonia com a natureza.

Esta disputa entre preservacionistas e conservacionistas marcaram os debates nos movimentos ambientalistas até a década de 1960 e incentivaram a criação de parques em diferentes países.

Além disso, como explica Diegues (2001), as ideias do *conservacionismo* foram precursoras do que na contemporaneidade se conhece por *desenvolvimento sustentável*. As ideias de Pinchot tiveram grandes influências em debates e eventos de todo o mundo – Ecodesenvolvimento nos anos 70, Centros do Debate da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), Eco -92; além das discussões em

publicações internacionais como a Estratégia Mundial para a Conservação da UICN (União Internacional para a Conservação-1980) e um Novo Futuro Comum (1986).

2.3 – O “novo ecologismo” e os *movimentos ambientalistas contemporâneos*.

Para McCormick (1992) a década de 1960 marca um momento revolucionário (revolução ambientalista) nas concepções e ações dos movimentos ambientalistas. Segundo ele, o período compreendido entre 1962 e 1970 representou uma transformação desses movimentos, particularmente, nos Estados Unidos, no qual há uma ruptura no estrito debate entre *preservacionistas* e *conservacionistas*.

Segundo o autor, as mudanças responsáveis por esse novo caminho dos movimentos ambientalistas começaram a aparecer bem antes dos anos 60 e se inter cruzaram com fatores sócio-políticos amplos que resultou em uma nova força no sentido de mudança social e política, especialmente, por cinco fatores: a era dos testes atômicos, o livro *Silent Spring*, diversas publicações de desastres ambientais, avanços nos conhecimentos científicos e a influência de outros movimentos sociais.

Para Acsehrad (2009) neste contexto a temática ambiental desponta nas preocupações da sociedade e do governo, por duas vias absolutamente distintas. Uma visão provém de um movimento contracultural, que questiona o consumismo e a contaminação associada aos modelos de produção industrial. Enquanto, a outra visão originária do Clube de Roma¹³, está preocupada com a continuidade do modelo de acumulação capitalista.

Assim, enquanto o Clube de Roma defendia a necessidade de zerar o crescimento econômico, como forma de garantir a preservação dos recursos naturais, os movimentos contraculturais procuravam chamar a atenção da população para os problemas ambientais que afligiam a sociedade e a incapacidade do governo em gerenciar os problemas.

A publicação do livro de Rachel Carson, “The silent spring” em 1962 foi um dos eventos mais significativos para o movimento ambientalista, pois foi

¹³ Clube de Roma: composto por cientistas, industriais e políticos, foi constituído na década de 1960 com o objetivo de discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. Em 1972, o Clube publica o relatório os Limites do Crescimento preparado pelo casal Meadows, do MIT, cuja conclusão fora que o crescimento econômico precisava parar (crescimento zero) para se evitar que o esgotamento dos recursos naturais e a poluição provocassem uma queda brusca do nível de vida (ROMEIRO, 2012)

responsável por causar vários alarmes nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, ao abordar os problemas advindos da utilização inadequada de produtos químicos na agricultura.

Até *A primavera silenciosa*, todos os novos produtos da indústria química eram vistos como milagrosos e inócuos para a saúde humana, animal e vegetal. A chamada Revolução Verde havia transformado radicalmente a agricultura ao introduzir, além da mecanização e da irrigação, o uso massivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Também no setor industrial, milhares de novas substâncias sobre as quais quase nada se sabia passaram a ser empregadas (LISBOA, 2009, p. 132).

Herculano (1992) também evidencia a publicação do livro em questão como um marco nos movimentos ambientalistas. A autora explica que “Primavera Silenciosa” foi responsável por alertar sobre as graves consequências que viriam a acontecer com a tecnologia científica.

Carson (1962) ao discutir o uso de pesticidas e inseticidas sintéticos tocou em um ponto sensível dos leitores, ou seja, o perigo dos produtos químicos na alimentação humana o que incitou a criação de um grupo consultor de usos de pesticidas.

O livro mostrou pela primeira vez que um relato meticulosamente pesquisado e lucidamente escrito sobre uma tecnologia imperfeita era capaz de despertar as pessoas para que exigissem um enfoque mais racional dos problemas do meio ambiente (SHEA, 1973, apud MCCORMICK, 1992, p. 69).

McCormick (1992) enfatiza que a obra de Carson (1962) provocou impactos políticos e sociais com a publicação de seu livro, como a proibição em alguns Estados do uso de pesticidas, o aprimoramento dos registros de pesticidas químicos em alguns países e apoiou campanhas ambientais locais e nacionais.

“The silent spring” teve uma grande influência na opinião pública na época em que foi lançado, devido à combinação de vários fatores.

Seu impacto advinha de uma combinação de seu moralismo, da controvérsia que causou e do efeito que produziu, tirando a questão dos pesticidas dos círculos acadêmicos e das publicações técnicas, e colocando-a na arena pública. Enquanto quase todos os escritos anteriores sobre o assunto haviam sido escritos com terminologia econômica, observa Graham, *Silent Spring* era essencialmente um livro ecológico; foi, além disso concebido para chocar as pessoas no

sentido de uma ação contra o abuso dos pesticidas químicos (MCCORMICK, 1992, p.71).

Desse modo, as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo surgimento de um “novo ecologismo”, que diferente dos movimentos *preservacionistas* e *conservacionistas* do período anterior que buscavam proteger ambientes naturais da sociedade, trazia para o centro do debate político a luta contra os impactos naturais e sociais decorrentes do avanço científico e tecnológico, tanto no campo quanto nas cidades (LISBOA, 2009).

O “*novo ecologismo*” não possuía em suas agendas somente perturbações voltadas para o “mundo natural” como poluição, desmatamento entre outros, ele se preocupava em incorporar o homem em suas lutas, juntamente com seus problemas e relações sociais, não dicotomizando homem/natureza (CARVALHO, 2004 e DIEGES, 2001).

No mais, o *novo ecologismo* se diferenciava dos movimentos preservacionistas e conservacionistas em dois pontos em especial: a preocupação voltada para a humanidade e seus ambientes, e por possuir um carácter ativista e político (MCCORMICK, 1992) fundamentados em uma crítica à sociedade capitalista que homogeneizava culturas, limitava liberdades individuais e destruía a natureza (MCCORMICK, 1992 e DIEGUES, 2001). Com isso tornavam-se mais dinâmicos e com uma base social mais ampla.

Nesse sentido, os novos movimentos ambientalistas tornaram-se capazes de exercer pressão sobre o segmento político com o apoio da sociedade forçando, em alguns países, a classe política a assumir responsabilidades na formação de leis que garantissem a proteção dos recursos naturais e a qualidade de vida das populações (MCCORMICK, 1992).

A contribuição de alguns movimentos sociais também foi muito importante para os movimentos ambientalistas nos Estados Unidos e na Europa, porém não existia uma relação direta entre os movimentos por direitos civis e ambiental, cada movimento possuía valores e clientelas diferentes (MCCORMICK, 1992).

Os grupos negros americanos reivindicavam questões voltadas para a justiça econômica e social além dos direitos civis, já os pobres estavam lutando por

trabalho, educação com igualdade política e social, no meio a essas lutas, os ambientalistas tinham como reivindicações a proteção da vida selvagem.

McCormick (1992) afirma que os movimentos estudantis da década de 1968 contribuíram muito para esses novos movimentos, como exemplo pode-se citar o movimento pós – guerra, realizados em muitos países industrializados, quando jovens se manifestaram por valores sagrados, criticando os valores políticos e sociais aceitos.

Nesta mesma perspectiva, Diegues (2001) expõe que questões ecológicas passaram a ocupar espaço ao lado de outros movimentos sociais como o antimilitarismo/pacificismo, direito das minorias, movimento dos negros, entre outros.

O ambientalismo nos Estados Unidos amadureceu finalmente quando se encontrou com os movimentos sociais heterogêneos da época. Chegando a seu ápice no fim de uma década de ativismo social, a revolução ambiental, argumenta Fox, tomou emprestado de todos os movimentos importantes, sendo seu vínculo fundamental cronológico, já que os ativistas se voltaram para o meio ambiente no final dos anos 60, quando os movimentos pelos direitos civis e contra a guerra perderam impulso. Tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos, muito dos jovens que apoiavam o movimento ambientalista haviam sido introduzidos no ativismo através de suas experiências em outras campanhas de protesto (MCCORMICK, 1992, p.77).

Carvalho (2006) também observa a forte influência do ideário contracultural que os “novos movimentos” receberam, caracterizada como uma ideologia que se opõe ao padrão industrial, científico moderno e aos valores estabelecidos pela cultura ocidental, a contracultura trata-se de um macro movimento tanto cultural como social no qual derivaram os movimentos ambientalistas.

Dessa forma, a disputa política e ideológica entre os movimentos contraculturais e da visão economicista do Clube de Roma resultou uma série de debates internacionais sobre a questão ambiental na década de 1970 com destaque para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972.

Para McCormick (1992) a Conferência de Estocolmo influenciou muito o crescimento dos movimentos ambientalistas no âmbito internacional, pois foi a primeira vez que discutiu-se, em domínio intergovernamental, os problemas políticos, sociais e econômicos do Meio Ambiente. Herculano (1992) explica que esta conferência tinha como objetivo abranger os problemas ambientais, fazendo com que governos e opinião pública voltassem suas atenções para esses problemas.

Para tanto, a Conferência produziu uma Declaração contendo 26 princípios e um plano de ação com 109 recomendações na qual foram estabelecidas metas específicas de preocupações ambientais (MCCORMICK, 1992), que culminou, em 1974, na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e em 1987 a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum¹⁴.

Neste relatório, há uma tentativa de conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente e não opor países em estágios diferenciados de desenvolvimento. Nesta perspectiva é apresentado o termo “desenvolvimento sustentável”, definido como sendo “o suprimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988 p. 46).

Este conceito de desenvolvimento sustentável orientou as discussões na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92) e desde então se tornou uma expressão repetida na formulação de políticas públicas em diferentes esferas de poder e passou a pautar as ações de movimentos ambientalistas no mundo todo.

Herculano (1992) ao discutir os princípios do Relatório Nosso Futuro Comum explicita que este serviu de base para produzir argumentos políticos que viriam a serem discutidos na Rio92.

2.4 – Os movimentos ambientalistas no cenário brasileiro

A questão ambiental brasileira não se dissocia do conjunto de transformações pelas quais passaram o mundo no século XX e inseriram, especialmente, a partir da década de 1960 as preocupações com a natureza na pauta das discussões políticas e econômicas.

O processo de desenvolvimento urbano e industrial, favorecido por políticas estatais desde a década de 1930 e a aceleração do ritmo do crescimento econômico, com o ingresso das multinacionais na década de 1960, criaram novos

¹⁴ O Relatório Nosso Futuro Comum também intitulado “Relatório Brundtland” em referência a então primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland que presidiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na época da elaboração do relatório.

problemas ambientais e intensificaram àqueles que já existiam, sobretudo, nos espaços urbanos.

Neste contexto histórico é que surgem os primeiros movimentos ambientalistas no Brasil, numa postura de clara contestação aos efeitos negativos do desenvolvimento econômico capitalista. Esta afirmação não significa que as preocupações ambientais tenham surgido no país na segunda metade do século XX, ao contrário, a questão ambiental remonta a incorporação do país como uma colônia de exploração à economia mundial ocidental, e acompanha toda a sua expansão econômica e territorial, com efeitos perversos, sobretudo, em relação à redução da cobertura vegetal.

Por outro lado, historicamente a natureza ocupou um lugar importante no imaginário social, sendo inclusive utilizada para a formação de uma identidade cultural nacional e instrumento de propaganda internacional.

O primeiro documento que se tem registro sobre a história do Brasil é a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal Dom Manuel I, nela o escrivão da expedição portuguesa descreve minuciosamente aquilo que observara no período em que a frota esteve em Porto Seguro, admirando seus aspectos naturais.

Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. [...] Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (BRASIL, [s.d], p. 14).

Bones e Hasse (2002) destacam que as visões e concepções estabelecidas pelos portugueses sobre as terras brasileiras contribuíram para despertar um grande interesse pelas riquezas naturais brasileiras, ocasionando a devastação nas matas litorâneas e montanhas de minérios durante três séculos de história brasileira.

Diegues (2001, p. 111) explica que este encantamento pelas terras brasileiras, não se restringiu aos portugueses, segundo ele na descrição de outros cronistas europeus “o país assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido”. A mesma constatação é feita por Pádua (1987).

Desde a descoberta, o Brasil foi carregado pelo imaginário europeu, a descrição do país assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido. Cronistas informam a existência de um país excelente por seu clima, a presença de inúmeros animais e uma floresta exuberante.

A estes relatos de admiração começaram a se somar preocupações com a degradação ambiental imposta pela colonização portuguesa, baseado no sistema de plantation. Para Sirks (1992) e Diegues (2001) esta preocupação pode ser notada no lamento “conservacionista” do Frei Vicente Salvador¹⁵ que ao descrever os interesses da coroa sobre as riquezas das terras brasileiras, afirmava que:

Por mais arraigados (os colonizadores) que na terra estejam, e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal e isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída (FREI VICENTE SALVADOR apud DIEGUES, 2001, p. 112).

O modelo criticado pelo Frei Vicente Salvador esteve presente desde a exploração da primeira riqueza natural – o Pau-Brasil. A intensidade da exploração, conforme explica Prado Júnior (1979) que fez com que “em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse”.

Com a decadência da exploração do Pau-Brasil, os portugueses passaram a investir na exploração da cana-de-açúcar, repetindo o processo de devastação, que encurtava o ciclo de reprodução da monocultura em uma determinada área, levando o colonizador a procurar novos espaços. Sobre isto Prado Júnior (1979, p. 61) afirma que “a devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte”.

A repetição deste processo com a exploração de outros bens naturais (algodão, ouro e diamantes, café) levou Prado Júnior (1979, p. 118) a escrever que as atividades produtivas no Brasil caracterizaram-se por uma fase de intensa e rápida prosperidade, seguida por outra de estagnação e decadência, cuja causa “é sempre

¹⁵ Vicente Rodrigues (1564 - 1635) foi sacerdote e doutorou-se em Direito Civil e Canônico em Coimbra. No Brasil exerceu cargos importantes como eclesiásticos e cônego, além de ajudar a fundar a Santa Casa do Rio de Janeiro em 1607.

semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo”.

Neste contexto, as únicas medidas para a contenção da devastação ambiental foram a elaboração de algumas Cartas Régias pela Coroa portuguesa, mas que tinham como preocupação central os efeitos que a falta de madeira poderia ocasionar em suas construções navais.

Pádua (1987) elucida a relevância da Carta Régia produzida em março de 1797 por Sousa Coutinho que estabelecia novos controles da Coroa sobre as matas litorâneas. A carta delimitava uma hierarquia de objetivos “a conservação das matas e arvoredos e incluía maior economia nos corte e conduções, a maior facilidade nas remessas e o estabelecimento de uma perfeita contabilidade do preço das peças de madeira” (PÁDUA, 1987, p. 100).

Apesar dessa e outras normativas que visavam regular a supressão das florestas nativas, a retirada indiscriminada e descontrolada da vegetação tornou-se uma marca da história do país, que se estende até os dias atuais. Já com a independência política do Brasil a continuidade deste processo fez com que outros atores políticos se posicionassem contra o processo de devastação.

José Bonifácio, por exemplo, no início do século XIX se mostrava indignado com a destruição das matas brasileiras. Em um dos seus discursos afirmava “todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente” (JOSÉ BONIFÁCIO, 1962 apud DIEGUES, 2001, p. 112).

Pádua (1987) destaca, também, a influência do engenheiro André Rebouças na defesa ambiental brasileira. Rebouças lutava contra o desmatamento e o uso de técnicas modernas no tratamento das terras, sendo ainda um dos pioneiros na luta pelos parques nacionais.

No final do século XIX e início do século XX, a forte influência das ideias positivistas, sobretudo, as vinculadas ao princípio do desenvolvimento da ciência para resolver problemas de atraso econômico e social, levou parte da intelectualidade brasileira a defender que destruir a natureza era impossibilitar o processo da evolução (PÁDUA, 1987).

Carvalho (1967 apud Diegues 2003) destaca o papel relevante de Henrique Maximiano Coelho Neto¹⁶ e Augusto Lima¹⁷ para o movimento de proteção a natureza, ao criarem o serviço florestal em 1921.

Leôncio Correia em parceria com Alberto José Sampaio¹⁸, também desempenharam um papel importante no desenvolvimento de atitudes e conferências para a proteção da natureza, organizando a 1ª Conferência para a proteção da Natureza em 1934, promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores¹⁹, ano em que surgiu o 1º Código de caça e pesca, o Código de minas, o Código das Águas e o Código Florestal (CARVALHO, 1967 apud DIEGUES, 2003).

Por fim, cabe ressaltar a atuação de Henrique Luís Roessler²⁰ considerado por Bones e Hasse (2002) e Carneiro (2003) como um dos pioneiros na defesa da natureza no país. Funcionário da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, Roessler começou a intervir na caça, pesca, desmatamento e poluição em 1939 por meio da produção de boletins informativos. Ele utilizava as possibilidades dentro de sua repartição e mais tarde, solicitava às empresas comerciais que pagassem seus impressos, garantindo maior circulação dos boletins. Em 1957 começou a escrever para o jornal-*Correio do Povo* – o maior de circulação dentro do Estado, onde ficou conhecido por muitas pessoas que passaram a admirá-lo.

No início do século XX, o processo de crescimento urbano e a necessidade de corrigir as desigualdades regionais, bem como, a política de regularização da utilização dos bens naturais pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) criou uma série de leis e órgãos voltados para o abastecimento de água e saneamento básico. Entre estas iniciativas, destacam-se: a aprovação do já referido Código de Águas em 1934, a criação do DNOS (Departamento Nacional de

¹⁶ Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) Escritor, político brasileiro, participava de movimentos abolicionistas e republicanos. Membro da Academia Brasileira de Letras e conhecido como conservacionista realizou uma palestra sobre a questão florestal, no qual mostra sua indignação com o uso indiscriminado dos recursos naturais e seu esgotamento (SANTOS, 2009).

¹⁷ Antonio Augusto de Lima (1859-1934) poeta de prestígio em seu tempo, sua existência foi consagrada ao serviço público e político.

¹⁸ Alberto José Sampaio (1881-1946) - Botânico brasileiro e pioneiro do conservacionismo. Preocupado com a preservação da natureza, foi responsável por impulsionar o país na década de 30 com suas ocupações voltadas para o meio ambiente.

¹⁹ A Sociedade dos amigos das Árvores foi a primeira entidade ambientalista a surgir no Brasil em 1931 no Rio de Janeiro, fundada pelo botânico Alberto Sampaio, reunia intelectuais, jornalistas e políticos que tinham como objetivo principal a preocupação com a devastação das florestas do país.

²⁰ Henrique Luís Roessler era gaúcho nascido em 1896. Obteve o posto de delegado de caça e pesca, movendo intensa ação fiscalizadora. Fundou em 1.º de janeiro de 1955 a União Protetora da Natureza (UPN) - primeira entidade ecológica brasileira. Já em 1953 ele passou a publicar artigos no *Correio do Povo*, atividade que manteve até 1963, quando faleceu.

Obras de Saneamento); do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca) e da SESP (Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública) que representaram ações normativas importantes para a proteção ambiental.

Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as questões ambientais perderam ainda mais importância na agenda política nacional, mesmo assim, os pioneiros dos movimentos ambientalistas brasileiros mantiveram suas ideias latentes e fizeram surgir a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) em 1948 que tinha como objetivos:

Criação e estabilização de parques, reservas, monumentos e semelhantes, com especial atenção para espécies raras ou ameaçadas de extinção; cooperação com governos e outras entidades nacionais e estrangeiras; estudos e pesquisas relativas à conservação dos recursos naturais; difusão dos conhecimentos conservacionistas (BONES E HASSE, 2002, p. 16).

Não obstante, as iniciativas de pequenos grupos e poucas leis sobre questões relacionadas aos bens naturais, até a década de 1950 não havia no Brasil uma preocupação generalizada com a defesa sistemática do meio ambiente. As normas existentes até então estavam voltadas para o saneamento, a conservação e preservação do patrimônio histórico, natural e artístico e as preocupações eram com relação a seca e as enchentes.

As preocupações com a conservação e a preservação do patrimônio natural resultaram na criação de parques nacionais e florestas protegidas no Nordeste, Sul e Sudeste do país.

O primeiro parque nacional foi criado em Itatiaia, em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. A proposta foi feita inicialmente pelo botânico Alberto Löfgren, em 1913, com o objetivo de pesquisa e lazer para as populações dos centros urbanos. A sua criação foi estabelecida pelo artigo 9.º do Código Florestal, aprovado em 1934, que definiu parques nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam Também no Brasil, os parques nacionais e categorias similares são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e uso são sempre para as populações externas à área e não se pensava nas populações indígenas, de pescadores, ribeirinhas e de coletores que nela moravam (QUINTÃO, 1983 apud DIEGUES, 2001, p. 114).

Diegues (2001) explica que tanto nos Estados Unidos como no Brasil, os parques nacionais eram “reservas naturais” que tinham como objetivo proteger áreas naturais dos avanços tecnológicos da sociedade urbano-industrial, porém as áreas naturais possuem moradores de populações que não são consideradas como industrial e nem tecnológicas.

Com esta finalidade os parques brasileiros foram sendo criados de forma lenta e gradual, baseando-se em princípios como: “conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais” (DIEGUES, 2001, p. 114).

É a partir da década de 1960 que os parques nacionais começam a se expandir, entre 1959 e 1961 foram criados em média de 12 parques nacionais por ano. Porém, a criação destas reservas naturais não impediu o processo de devastação ambiental, especialmente, com o avanço da fronteira agrícola para o centro-oeste e norte do país.

Além disso, a poluição das águas e o crescimento urbano desordenado tornaram visíveis os problemas ambientais brasileiros. Segundo Sirkis (1992) este quadro foi se exacerbando, alcançado sua expressão máxima durante o “milagre econômico”²¹ do regime militar, quando “se consumaram a supersaturação das metrópoles, Cubatão, a devastação de quase 10% da floresta amazônica, o primado absoluto do automóvel e a primeira usina nuclear” (SIRKIS, 1992, p. 215 e 216).

É neste momento, contraditoriamente, que surgem os primeiros movimentos ambientalistas brasileiros, em um cenário caracterizado pela percepção dos graves problemas ambientais, da luta contra os governos autoritários e a busca pela democracia. Segundo Sirkis (1992, p. 216):

os embriões do atual movimento ambientalista se insinuam nas frestas estreitas da ditadura militar do período Ernesto Geisel, na saída dos anos de chumbo para as da luta pela anistia, embora sua gênese remonte aos anos de terror e ufanismo do governo Médici.

²¹ O “Milagre Econômico” assim conhecido pelo forte crescimento econômico do país entre 1969 e 1973. Este crescimento foi alavancado pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) implantado em 1964, durante o governo de Castelo Branco. Este período ficou conhecido pelo forte crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) ao ano; além de melhoras significativas na infraestrutura do país; aumento do nível de emprego proporcionado, significativo desenvolvimento industrial, alavancado pelos investimentos nos setores de siderurgia, geração de eletricidade e indústria petroquímica.. Entre os aspectos negativos estão o aumento da inflação e da dívida externa além da desigualdade social originada pela má distribuição de renda no país.

Para ele, este momento embrionário tem seu epicentro no sul do país, com apenas um pequeno atraso com relação ao nascimento e desenvolvimento dos movimentos dos anos 70 na Europa e nos Estados Unidos.

Jacobi (2003) também considera que o surgimento dos movimentos ambientalistas brasileiros se concentrou mais na região sul do país.

Os grupos se concentram na sua maioria na região Sul-Sudeste, e são compostos por ativistas que desenvolvem atividades seja em comunidades alternativas rurais como iniciam ações de educação ambiental, trabalhos de proteção e recuperação de ambientes degradados, proteção a ambientes ameaçados, e denunciam os problemas de degradação do meio ambiente apoiados financeiramente por um grupo restrito de simpatizantes (JACOBI, 2003, p. 05).

Sirkis (1992) afirma ainda que de todos os países latino-americanos, o Brasil foi aquele que se apropriou e difundiu o discurso ambientalista mais rapidamente, acompanhando a tendência de crescimento multifacetada da questão ambiental no mundo. A seguir, veremos como o movimento ambientalista se constitui e se expande no país, a partir da década de 1970.

Apesar das iniciativas ambientalistas das décadas de 1950 e 1960 é somente na década de 1970 que os movimentos ambientalistas brasileiros surgem com maior expressão social. Para Viola e Leis (1992) isso é resultado tanto de processos exógenos, exemplo a Conferência de Estocolmo realizada em 1972 e a volta dos exilados políticos em 1979, como de processos endógenos que inclui a superação do mito desenvolvimentista, a devastação da Amazônia, a formação de uma nova classe média preocupada com a qualidade de vida e o fracasso dos movimentos armados de esquerda.

Viola (1987) ressalta que os movimentos ambientalistas surgiram por meio de algumas associações que realizam denúncias e conscientização pública de âmbito local, que repercutiram minimamente na opinião pública.

Os trabalhos de Bones e Hasse (2002), Carneiro (2003), Jacobi (2003), Viola e Leis (1992) descrevem os principais eventos e instituições criadas a partir da década de 1970 no país. Dentre as instituições que mais se destacou em tal década está a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente)²², organização não

²² Para Pádua (1991) a entidade é o grande marco dos movimentos ambientalistas brasileiros.

governamental criada em abril de 1971 por um grupo de amantes da natureza. A ONG foi responsável por desencadear por todo o país, de forma pioneira, a luta ambientalista. Augusto Carneiro foi um dos fundadores da Agapan e se destacou pela sua organização atraindo muitos sócios e aliados para a causa. Outro fundador da entidade que ganhou muito destaque ao lado de Carneiro foi José Antônio Lutzenberger²³, presidente da entidade de 1971 a 1982, responsável por torná-la conhecida nacional e internacionalmente devido ao seu forte amor pela natureza e seu grande conhecimento técnico (BONES E HASSE, 2002).

Lutzenberger era formado na área agrônômica e biológica e teve um grande destaque na luta ambiental e grande importância para o Movimento Ambientalista, principalmente no Rio Grande do Sul. Ele foi o grande autor de um manifesto, publicado em 1975/1976 em Porto Alegre: *Fim do Futuro? – Manifesto Ecológico Brasileiro* no qual Lutzenberger realizava denúncias e tratava de assuntos que afetavam as populações, de forma direta ou indireta (BONES E HASSE, 2002; CARNEIRO, 2003)

Este (Manifesto Ecológico Brasileiro) é um documento de luta. Sua finalidade é esclarecer, sacudir, chocar. É fazer pensar, promover discussão. A linguagem é deliberada. Os minúsculos grupos que hoje lutam pela conscientização ecológica e contra toda desestruturação ambiental e social não mais podem ater-se à linguagem tímida. (...) Queremos indicar os novos rumos onde procurar soluções. Elas decorrerão do novo paradigma, do novo esquema mental que através desta exposição procuramos transmitir (LUTZENBERGER, 1980, p. 10).

Bones e Hasse (2002) consideram que a Agapan funcionava como um clube aberto em defesa da natureza, ela dedicava intensamente disseminar as denúncias de sócios e colaboradores, organizava abaixo assinados, promovia palestras, cursos, debates e seminários.

Para Viola e Leis (1992) a Agapan possuía um perfil mais abrangente do que as outras organizações que lhe precederam, destacando-se pela ousadia em formular um programa de promoção da ecologia e de questionamento dos impactos predatórios da poluição causada pelas indústrias. Pádua (1991) esclarece que a postura adotada pela

²³ José Lutzenberger despertou para o problema ecológico fora do Brasil. Ao voltar para o Brasil, depois da negatividade dos resultados socioambientais de suas atividades no exterior, escreveu seu livro em 1976 – *Manifesto Ecológico Brasileiro* tornando um referencial teórico dos movimentos ambientalistas brasileiros (PÁDUA, 1991).

Agapan, comparando-a com a FBCN, de 1958, no qual esta possuía pouca atuação direta no espaço público além de restringir-se a uma parte elitizada de naturalistas.

Apesar da Agapan estar engajada nas lutas de defesa da natureza, Bones e Hasse (2002) explicitam que até o começo da década de 1970 os ambientalistas ainda eram poucos e não possuíam um trânsito livre na imprensa, devido a censura política imposta pelos militares. Contudo, com o processo de abertura política, em 1973, Pádua (1991) identifica a fundação de diversos grupos ecológicos e a articulação com outros grupos e instituições Nacionais e Internacionais.

Entre estas mudanças Jacobi (2003), aponta que na década de 70, a FBCN com a colaboração da União Mundial para a Conservação – IUCN – e o Fundo Mundial para Natureza - WWF- começou um programa de financiamento em colaboração com agências ambientais.

Em agosto de 1971, foi realizado em Brasília, o primeiro Simpósio sobre Poluição Ambiental, no qual técnicos do país e do exterior juntamente com pesquisadores recolhiam elementos para o estudo do problema brasileiro (BONES E HASSE, 2002).

Em 1973, o protesto do artista plástico Emilio Miguel Abellá contra a poluição urbana na Avenida Paulista foi outro ato importante para a dinâmica dos movimentos ambientalistas brasileiros. Apesar do ato isolado – o artista desfilou usando uma máscara contra gases e segurando nas mãos um cartaz com frases contra a poluição urbana – o manifesto foi noticiado em diversos jornais, inaugurando uma nova forma de protesto, denominado por Bones e Hasse (2002) como um tipo de ecologismo de protesto que articula ativismo ambiental com o pacifismo.

Abellá criou ainda o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) que reuniu artistas e intelectuais em exposições que denunciavam por meio de expressões artísticas (telas, desenhos e quadros) as agressões ao meio ambiente. Além de organizar passeatas e protestos em diferentes cidades do país. Segundo Bones e Hasse (2002, p. 21) “eram as chamadas ‘cruzadas ecológicas’ do MAPE, bem divulgadas pela imprensa, que criaram um novo estilo de discussão dos problemas ambientais”.

Todas estas ações estão na gênese dos movimentos ambientalistas brasileiros na década de 1970. Contudo, há ainda que se destacar o papel da Conferência

de Estocolmo em 1972 na discussão sobre a questão ambiental brasileira e para a estruturação dos grupos ambientalistas.

Jacobi (2003) salienta que nos debates realizados na Conferência começaram acusações entre países desenvolvidos e industrializados (que defendiam limites ao crescimento econômico) e os chamados em desenvolvimento (que argumentavam ter o direito a industrialização e ao crescimento econômico).

Nessa ocasião cresceram as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura predominante em países em desenvolvimento a respeito da ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais. O Brasil teve papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano (JACOBI, 2003, p. 03).

A liderança do Brasil no bloco de países desenvolvimentistas, para os quais a pior poluição era a pobreza²⁴ gerou uma série de críticas internas e externas. Em resposta a elas, em outubro de 1973 o governo criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) vinculada ao Ministério do Interior. Esse órgão tinha a função de criar estratégias para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais (JACOBI, 2003; PÁDUA, 1991).

Bones e Hasse (2002, p. 20) destacam que a SEMA possuía entre suas finalidades:

Discutir a questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. No entanto, a SEMA não contava com nenhum poder policial para atuar na defesa do meio ambiente. Várias medidas legais foram tomadas posteriormente com o objetivo de preservar e conservar os recursos ambientais e de controlar as diversas formas de poluição. A SEMA dedicou-se a defender dois grandes objetivos: combater a poluição, principalmente de caráter industrial, mais visível, e proteger a natureza.

²⁴ Segundo Porto Gonçalves (2006) esta foi a posição assumida pelo governo brasileiro na Conferência de Estocolmo em 1972. Nas palavras do autor: “À época dizia-se – ‘venham poluir no Brasil’ – numa aceitação absolutamente acrítica de que o desenvolvimento está associado à degradação ambiental – é o preço que se paga pelo progresso, aceitava-se” (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 63).

Como resultado da ação da SEMA em 1981 foi aprovado a Lei 6.902/81 que regulamentou a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Esta lei considerada por Bones; Hasse (2002) a primeira lei ambiental do país destinada à proteção ambiental, entre outras medidas possibilitou:

a criação das seguintes unidades de conservação pelo governo federal: parques nacionais, reservas biológicas e ecológicas, áreas de proteção ambiental e áreas de relevante interesse ecológico. Nos estados e municípios a preocupação centrou-se na proteção de mananciais e cinturões verdes em torno de zonas industriais (BONES E HASSE, 2002, p. 22).

A SEMA ainda foi responsável pela aprovação da Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente composto pelos “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental” (BRASIL, 1981).

Para Bones; Hess (2002, p. 22) a criação deste sistema abriu espaço para a participação social, pois “através de associações e conselhos, de âmbito até municipal, os cidadãos poderiam determinar os mecanismos implementados em sua política ambiental”.

Todavia, Ferreira e Ferreira (1992 apud Jacobi, 2003) ao analisarem essas iniciativas do governo brasileiro, consideram que não havia um comprometimento por parte deste com as lutas ambientais, mas sim com outros objetivos.

Estas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, funcionaram como uma tentativa do governo brasileiro para atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo. Predominava ainda a ideia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais (FERREIRA e FERREIRA, 1992 apud JACOBI, 2003, p. 03).

Segundo Jacobi (2003) após a criação da SEMA, os Estados brasileiros mais industrializados começaram a criarem as primeiras agências ambientais para controle da poluição, dentre elas pode-se citar a Companhia de Tecnologia e

Saneamento Ambiental (Cetesb), em São Paulo e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), no Rio de Janeiro.

Entretanto, Pádua (1991) adverte a ambiguidade criada pela marginalização política, onde técnicos dessas entidades, muitas vezes tentavam se aproximar da sociedade civil participando de entidades e movimentos ambientalistas. Desta forma, esses técnicos, mesmo ocupando cargos no aparelho do Estado, passaram a serem atores importantes na crítica ecológica.

Esses acontecimentos configuram o que Viola e Leis (1992) chamam de dinâmica bissetorial, entre agências ambientais estatais e algumas entidades ambientalistas, ou seja, uma relação dialética entre as agências ambientais e as entidades ambientalistas baseada no conflito e na cooperação.

Na prática, as entidades ambientalistas percebiam a deficiência nas agências ambientais em controlar a poluição, além da tolerância excessiva com as empresas poluidoras e a falta de fiscalização, porém na cooperação, ocorre certa cumplicidade entre esses dois atores, particularidades por duas razões. Primeiro, porque vários dos funcionários que atuam nas agências também exercem atividades nas entidades. Segundo, devido serem praticamente os únicos defensores de uma política ambiental em um contexto onde esta política é relegada a um segundo plano. No fundo, a dualidade observada na relação das agências com as entidades representa a dialética existente no país entre Estado e sociedade. Na ausência de uma interação com as entidades da sociedade civil, a ação do Estado é pautada por medidas paternalistas ou autoritárias (JACOBI, 2003, p. 04).

Jacobi (2003) destaca que estes movimentos ambientalistas eram restritos, confinados organizacionalmente, estavam reduzidos a um conjunto de pequenos grupos da sociedade civil e de pessoas que dentro da estrutura federal e estadual, acreditavam na importância de proteger o meio ambiente. O mesmo autor continua salientando que a ação dos órgãos ambientais, centrada na poluição industrial por vezes complementa, ou mesmo contrapõe-se, às iniciativas das organizações ambientalistas, centradas na preservação dos ecossistemas naturais.

De qualquer forma, a articulação entre os órgãos ambientais, na figura dos seus técnicos e os pequenos movimentos ambientalistas foram responsáveis por manter a questão ambiental na contracorrente política, em um período ditatorial, cuja principal preocupação ambiental do governo era melhorar a imagem no exterior,

desgastada desde a Conferência de Estocolmo e por toda a política de crescimento econômico a qualquer custo.

Assim, enquanto a década de 1970 representa é um período embrionário para os movimentos ambientalistas, a década de 1980 será marcada pelo crescimento, expansão e afirmação social destes movimentos.

Carvalho (2004) explica que os movimentos ambientalistas expandiram suas áreas de atuação durante essa década, além disso, passaram a estimular o engajamento de grupos socioambientais e científicos, bem como, de outros movimentos sociais nos quais o discurso sobre desenvolvimento sustentável assumiu um caráter bem mais relevante.

Jacobi (2000) afirma que na década de 1980, a questão ambiental adquire mais espaço na sociedade, associando-se a outros problemas nacionais. Segundo ele, o desenvolvimento prometido até então, não poderia sanar os problemas relacionados com a concentração de renda e da propriedade.

Durante a década de 70 e, principalmente no início da década de 80 se torna cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar: os problemas sociais não foram resolvidos e graves distorções como a concentração da renda e da propriedade se agravam. Nesse sentido, a crise do modelo de desenvolvimento é uma força motriz, na medida em que se acelera na opinião pública a tomada de consciência da devastação ambiental (JACOBI, 2003, p. 07).

Neste momento, para Jacobi (2003) os movimentos ambientalistas brasileiros passaram a partilhar duas visões:

Primeiro a constatação dos limites do aparato jurídico-institucional disponível, face ao agravamento dos desafios ambientais. Segundo, cresce a percepção dentro do movimento ambientalista de que o discurso ambiental não se encontrava efetivamente disseminado na sociedade brasileira. Além disso, a resistência à profissionalização das ONGs melhorando sua eficiência organizacional, características importante das ONGs norte-americanas, contribui para menor eficácia de suas ações (JACOBI, 2003, p. 09).

Para o autor um dos fatores que explicariam a baixa aderência do discurso ambiental pela sociedade brasileira era o isolamento das entidades brasileiras em relação a outros movimentos sociais, além de priorizar em seu discurso a garantia da qualidade ambiental e ignorar as demandas sociais (JACOBI, 2003).

Segundo Viola (1992) as entidades ambientalistas do início da década de 1970 não possuíam um diálogo e preocupação com as populações mais excluídas, pois estas tinham como atenção o ambiental, não se atendo as perspectivas socioeconômicas da crise ambiental.

Viola e Nickel (1994) também identificam tal característica dos movimentos ambientalistas da época, principalmente os do sul do país. Os autores chamam a atenção para o fato de que estes movimentos herdaram as ideias dos movimentos ambientalistas da Europa e dos Estados Unidos, porém, sem realizar as devidas adaptações, na medida em que nos países desenvolvidos os problemas sociais não eram tão alarmantes como no Brasil.

Para Viola (1987), embora os problemas de degradação ambiental enfrentados pelos países considerados de primeiro e terceiro mundo fossem semelhantes, os problemas sociais eram completamente distintos.

No 1º Mundo a grande maioria da população tem resolvida a satisfação das necessidades materiais básicas (alimentação, moradia, saneamento básico, vestimenta, transporte), no 3º Mundo a maioria da população vive em condições miseráveis. Por isto, os problemas de degradação sócio-ambiental são muito mais graves no 3º Mundo do que no 1º. Os pobres das cidades não contam com água potável nem saneamento básico e sua subnutrição os expõe em escala ampliada e um meio ambiente superpoluído. Os sistemas de proteção no meio ambiente de trabalho dos operários industriais são muito precários se comparados com seus similares do Norte. Os pobres do campo são sempre as vítimas, e muitas vezes os agentes, de perturbações ecológicas: cultivam as encostas que deveriam ser deixadas cobertas de árvores, usam agrotóxicos em escala indiscriminada expondo suas próprias vidas, além do conjunto do ciclo biológico. O Estado, a burguesia local e as corporações multinacionais são tão predatórios em relação ao meio ambiente como o são em relação à força de trabalho (VIOLA, 1987, p.07).

Há que se destacar que na década de 1980 a inserção dependente do país na ordem internacional, combinado com as sucessivas crises do petróleo de 1973 e 1979, contribuiu para o crescimento da dívida externa e descontrole inflacionário, agravando ainda mais o problema da desigualdade social no país.

Nesse contexto, Jacobi (2003) afirma que os movimentos ambientalistas brasileiros começaram a manifestar suas preocupações sociais, incorporando-as em suas lutas. Isto os levou a assumir uma nova identidade – o chamado socioambientalismo que terá como prioridade a articulação entre as questões ambientais e a equidade social.

As lutas ambientais, a partir de então, passam a conquistar maior apoio da sociedade, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, nas quais a maior participação dos movimentos ambientalistas em processos decisórios das políticas públicas municipais alcança resultados sociais positivos (JACOBI, 2003).

Isto contribui para ampliar a conexão dos movimentos ambientalistas com outros movimentos sociais da época, possibilitando a expansão de entidades ambientalistas, antes restritas às regiões Sul e Sudeste do país, para outras áreas regiões do país. Para Jacobi (2003), este processo cooperou para despertar a conscientização ambiental nos mais variados setores da sociedade brasileira.

Viola e Leis (1995) também argumentam que a progressiva disseminação e rápida preocupação pública com a deterioração ambiental pelos movimentos ambientalistas brasileiros, transformaram-nos em movimentos multissetoriais e complexos. Dessa forma, os movimentos ambientalistas passam de um bissetorialismo para a sua multisetorialização, desencadeando uma série de mudanças na cultura ambientalista.

Ocorre uma crescente inovação na cultural ambientalista brasileira. As entidades transcendem a prática da denúncia e têm como objetivo central a formulação de alternativas viáveis de conservação e /ou de restauração de ambientes danificados. O socioambientalismo se torna parte constitutiva de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais. Isto ocorre na medida em que os grupos ambientalistas influenciam diversos movimentos sociais que embora não tenham como seu eixo central a problemática ambiental, incorporam gradativamente a proteção ambiental como uma dimensão relevante do seu trabalho. (JACOBI, 2003, p. 11).

Entre essas influências pode-se citar a integração das ONGs com o movimento indígena incorporando em suas lutas a defesa dos índios pela terra e preservação do meio ambiente e aproximação dos com os movimentos do sem terra. O emergir do socioambientalismo brasileiro foi relevante devido a incorporação da temática ambiental nas agendas de lutas de diversos movimentos sociais, sindicatos e entidades não governamentais (JACOBI, 2003).

Todavia, Carneiro (2003) faz críticas a essa nova corrente dos movimentos ambientalistas. Para o autor o grupo de autores²⁵ que defendem o

²⁵ Segundo Carneiro (2003) o tema socioambientalismo foi abordado por autores como Carlos Minc, Sirks, Valdo França e Eduardo Viola.

socioambientalismo até apresentam teorias bem fundamentadas, porém que não se efetivam na prática. O autor explicita que os socioambientalistas, assim conhecidos, acabaram por atrapalhar os movimentos ambientalistas tradicionais, ou seja, os conservadores, com seus discursos e publicações de livros.

Além da emergência de uma corrente socioambientalista, na década de 1980 assiste-se ainda a opção de alguns movimentos e suas lideranças pela inserção na disputa política por cargos eletivos. De modo geral, havia para esta corrente a percepção sobre a baixa efetividade das ações das ONGs e a compreensão de que o discurso verde já possuía uma repercussão na sociedade brasileira (VIOLA e LEIS 1992; JACOBI, 2003; VIOLA, 1987).

Viola (1987) aponta três fases históricas dos movimentos ambientalistas brasileiros, com relação a participação na política.

Nossa hipótese é que podemos diferenciar três períodos na história do movimento ecológico no Brasil. Uma primeira: fase que chamamos de ambientalista, desde 1974 até 1981, caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos auto-identificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais. Uma segunda fase que chamamos de transição, desde 1982 até 1985, caracterizada pela confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos acima assinalados, além de uma grande expansão quantitativa e qualitativa de ambos. Uma terceira fase, que chamamos de opção ecopolítica, começa em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico auto-identifica-se como político e decide participar ativamente na arena parlamentar (VIOLA, 1987, p.11).

Carvalho (2006) também observa a inserção de vários militantes ambientalistas no campo político, uma vez que, “muitos ecologistas tiveram em sua própria trajetória uma inserção pessoal na chamada política tradicional. Várias destas lideranças foram ativos militantes dos movimentos revolucionários dos anos 70” (CARVALHO, 2006, p. 10).

Carvalho (2004); Jacobi (2003); Sirks (1992) e Viola (1986) consideram que a participação política dos ecologistas no início da década de 1980, é produto do avanço no processo de democratização, com a aplicação da lei de anistia e a volta dos exilados da geração de 1968.

Segundo Pádua (1991) o surgimento da política verde no Brasil foi influenciada tanto por fatores exógenos como endógenos. Entre os fatores exógenos, o autor cita a velocidade dos meios de comunicação e dos meios de transportes, que no

final do século XX foram ampliando o campo comunicativo em escala global e contribui para disseminar os princípios e as formas de ação política dos movimentos ambientalistas europeus e estadunidenses no Brasil. O contato dos militantes de esquerda brasileiros com o ativismo ecológico no período de exílio imposto pela ditadura militar é outro fator exógeno, pois, ao retornarem ao Brasil estes militantes traziam consigo a experiência das lutas ambientais nos países desenvolvidos e o conhecimento do debate político sobre as interferências sociais na dinâmica natural.

Segundo Sirks (1992) os exilados realizaram um aprendizado ecológico na Europa quando entraram em contato com outros movimentos como os pacifistas, antinucleares e alternativos do final dos anos 70. Nas palavras do autor “ex-exilados, como Fernando Gabeira, Carlos Minc, Lizt Vieira e o autor, voltaram ao país, sob a atenção favorável da opinião pública, trazendo na bagagem formulações de um emergente movimento verde” (SIRKS, 1992, p. 219).

Já entre os fatores endógenos, Pádua (1991, p. 144) identifica seis aspectos que influenciaram o surgimento da política verde brasileira.

- 1) a explosão de problemas sócio-ambientais na cena nacional brasileira, resultante da conjugação de uma formação histórica ecologicamente perversa com o processo acelerado de urbano-industrialização nas últimas quatro décadas, que potencializou ao extremo a crise ecológica no Brasil; 2) a tradição de abertura para o tema da natureza na cultura e na política brasileira; 3) as mudanças recentes no tecido social do país, mais especificamente o surgimento da chamada “nova classe média”; 4) o espaço aberto na cultura política brasileira pela emergência dos “novos movimentos sociais”, especialmente na década de 70; 5) as características do sistema eleitoral brasileiro.

Grosso modo, o autor defende que o nascimento da política verde no Brasil está relacionado a um processo de renovação política do país, no qual inclui um enfrentamento mais substantivo do problema ecológico relacionado com as questões sociais e democráticas do país (PÁDUA, 1991).

Porém, como ressalta Sirks (1992) a criação do Partido Verde não foi a opção inicial de muitos ecologistas que retornaram ao país pela lei da anistia. Alguns deles preferiram se vincular aos nascentes partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), objetivando inserir a questão ambiental em seus programas.

Com efeito, antes do nascimento do PV brasileiro houve a eleição de deputados que estavam comprometidos com os movimentos ambientalistas. Pádua (1991) cita, como exemplo, a vitória dos pemedebistas Caio Lustosa²⁶ para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Walter Lazzarini²⁷ para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo nas eleições de 1982.

Viola (1987) também identifica a participação de alguns atores dos movimentos ambientalistas, de diferentes estados brasileiros, nas eleições parlamentares de 1982.

Um setor minoritário do ecologismo decide participar diretamente na arena política nas eleições de 1982 apoiando candidatos que levantam bandeiras ecológicas para deputado estadual. Este processo acontece nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os candidatos estão no PT e PMDB. A maioria dos ativistas ecologistas rejeitam qualquer envolvimento direto com candidatos em 1982, mas o fato de um setor minoritário decidir envolver-se é suficiente para introduzir uma nova dinâmica no interior do movimento (VIOLA, 1987, p. 17)

Ainda de acordo com Viola (1987), neste pleito três candidatos vinculados as questões ambientais são eleitos: Liszt Vieira²⁸ é eleito deputado estadual pelo PT no Rio de Janeiro; Walter Lazzarini elege-se deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no estado de São Paulo e Carlos Lustoza vence as eleições para vereador, também pelo PMDB, para a câmara municipal de Porto Alegre.

O envolvimento das associações ecológicas no cenário político ampliou-se em 1984, com a participação de um número ainda maior de ativistas na campanha das Diretas Já. Para Viola (1987, p. 17) esse momento foi responsável por desencadear um

²⁶ Caio Lustosa - natural de Caxias de Sul e formado em jornalismo e direito, se envolveu com a luta ambientalista entrando para a Agapan logo no início de sua fundação e posteriormente veio a se tornar um de seus dirigentes (RODEGHERO e DIENSTMANN, 2011).

²⁷ Walter Lazzarini é Engenheiro Agrônomo. Foi Presidente da CETESB (1991 a 1993), Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1988 a 1990) e Deputado Estadual por dois mandatos (1983 a 1987) e (1987 a 1991). Atualmente é Presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente - COSEMA - da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, cargo que ocupa desde setembro de 2005.

²⁸ Liszt Vieira foi advogado e estudante de Ciências Sociais. Foi preso, torturado e banido do Brasil em junho de 1970, trocado, com outros companheiros. Morou na Argélia, Cuba, Chile, Argentina e França. Viveu dez anos no exílio, sendo os cinco últimos na França, onde concluiu na Universidade de Paris um mestrado em ciências sociais foi pioneiro no Brasil em discutir ecologia política. Dedicou-se nos anos 80 ao parlamento e aos movimentos sociais. Participou da Campanha pelas Diretas Já, dos debates sobre a Constituinte de 1988 e da campanha presidencial de 1989. Foi coordenador do Fórum Global da Conferência Rio-92, do Fórum Brasileiro e do Fórum Internacional de ONGs, de 1991 a 1995.

novo consenso nos movimentos ambientalistas - “a defesa do meio ambiente está diretamente vinculada aos problemas da organização do poder e da propriedade na sociedade global”.

Diante disso, os movimentos ambientalistas, sobretudo os localizados nas regiões Sul e Sudeste, que apresentavam melhor organização política e inserção social, passaram a se reunir para discutir formas de coordenar os esforços das diversas entidades, particularmente, nas relações com agências estatais.

Nestes encontros realizados em realizados em Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, as discussões apresentavam alguns pontos que marcaram a politização dos movimentos ambientalistas, como a preocupação com a identificação dos principais pontos de degradação ambiental, a alianças com outros movimentos sociais, relação entre movimento ambientalista e partidos políticos, como participar da constituinte e discussões sobre a viabilidade de formação de um Partido Verde no Brasil (JACOBI, 2003; VIOLA, 1987).

Entre os anos de 1982 a 1985, os movimentos ambientalistas brasileiros sofreram variadas mudanças em sua orientação, segundo Viola (1987) houve uma aproximação entre os movimentos ambientalistas rurais e da cidade apresentando um marco relevante no ano de 1984.

A confluência entre o ecologismo urbano e rural foi muito importante durante 1984 quando foram debatidas e aprovadas as leis estaduais de agrotóxicos nos Estados do Sul-Sudeste. O movimento urbano pôde ampliar notavelmente o escopo do debate, incluindo exemplos precisos de agricultura ecológica, em virtude do subsídio prático oferecido por 10 anos de experiência das comunidades alternativas rurais (Pinheiro et al, 1985). Foram estas experiências que influenciaram decisivamente na formação de uma forte corrente ecologista no interior da Sociedade Brasileira de Engenheiros Agrônomos. As comunidades rurais vinham realizando, desde 1978, Encontros Anuais de Comunidades Alternativas que ano a ano foram transformando-se num fórum fundamental de intercâmbio de experiências. Em 1985, pela primeira vez, o Encontro, realizado em Pindamonhangaba (SP), foi aberto aos ecologistas urbanos, resultando no primeiro diálogo sistemático a nível nacional de ecologistas, rurais e urbanos. Nesse Encontro, com a participação de mais de 2.000 pessoas durante uma semana, os ecologistas urbanos conseguiram persuadir a parte dos rurais sobre a importância da participação no próximo Congresso Constituinte (VIOLA 1987, p. 18).

Foi nesse período que ocorreu também algumas transformações no tecido social desses movimentos, como a proliferação de entidades por alguns estados

brasileiros, aumento de ativistas por entidades, número de simpatizantes, maior relação dos movimentos ambientalistas com associações de moradores da classe média, com a classe universitária e sindicatos operários, além da aproximação com os movimentos sociais rurais, especialmente, no sul do país (VIOLA, 1987, p. 19).

Mas, a transformação fundamental ocorreu na forma de atuação dos movimentos ambientalistas: a pura denúncia foi perdendo espaço para formulação de estratégias que consideravam a eficácia prática da luta. Assim, em 1985, foi possível visualizar vitórias concretas das lutas desses movimentos em várias cidades brasileiras, influenciado de modo decisivo as políticas públicas – em níveis municipais e estaduais. De acordo com Viola (1987, p. 19) “toda esta mudança no tecido social do movimento ecológico acarretou uma mudança qualitativa na opinião pública: a maioria da população medianamente informada passou a considerar com seriedade a crise ecológica e a atuação ecologista.”

O fortalecimento das concepções políticas no interior dos movimentos ambientalistas provocou a partir de 1986 uma intensa movimentação entre diferentes grupos para articular uma intervenção na Assembleia Constituinte.

Neste mesmo ano realizou-se em Curitiba o 2º Encontro da Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC) com a participação de representações dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste encontro ficaram estabelecidos os parâmetros gerais da plataforma ecologista para a Constituinte: ecodesenvolvimento, pacifismo, descentralização das fontes energéticas (contra as usinas nucleares e as grandes hidroelétricas), qualidade de vida, função social e ecológica da propriedade, justiça social, democracia participativa, reforma agrária ecológica, descentralização e democratização do sistema de comunicação de massa, educação ambiental generalizada (VIOLA, 1987).

Além disso, definiram-se os critérios para a participação dos verdes na coligação com outros partidos nas eleições estaduais²⁹ e a realização de um debate teórico sobre os fundamentos da Ecologia Política com o intuito de elaborar uma plataforma extensa e precisa para a Constituinte. Porém, durante os 3º e 4º Encontros do CIEC (realizados em Itapequerica da Serra, SP, em abril e em Brasília em junho) algumas

²⁹ A proposta procurava proporcionar aos membros do movimento ecológico um comprometimento, caso eleitos, a defender a plataforma ecologista na Constituinte ou nas Assembleias Legislativas, e a dar uma parte de seus rendimentos para o desenvolvimento das associações de base (VIOLA, 1987).

propostas não se concretizaram, entre elas a realização do debate sobre a ecologia política (VIOLA, 1987).

A agitação política face as eleições para elaboração de uma nova constituição após aproximadamente duas décadas de ditadura, também, favoreceu a formação do Partido Verde brasileiro. Cabe lembrar, que o debate sobre a criação de um partido defensor da causa ambiental dividia militantes desde o processo de anistia.

Segundo Sirkis (1992), a demanda da sociedade por um partido ecológico e indefinição dos movimentos ambientalistas abriam a possibilidade para apropriação oportunista e eleitoreira da bandeira dos verdes.

Neste contexto, é que a criação do Partido Verde tornou-se para muitos ativistas, um processo inadiável e que acabou se consolidando em 1986, com a fundação do partido no Rio de Janeiro, por atores consagrados dos movimentos ambientalistas – Fernando Gabeira, Liszt Vieira e Carlos Minc.

No seu Manifesto de fundação o PV defendia a necessidade de novas formas de representação social, contrária ao fisiologismo e distante das aspirações populares. O Manifesto esclarecia que o papel do partido seria “contribuir para a afirmação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo capaz de influenciar os destinos da nação brasileira nesse limiar do século XXI”. Todavia, sem pretender “o monopólio da causa ecológica, nem de nenhuma das outras bandeiras que defende, pois sabe que em torno de cada uma delas encontrará aliados noutros partidos e na sociedade em geral” (PARTIDO VERDE, 1986).

Em razão da impossibilidade de reconhecimento legal do partido³⁰ para as eleições de 1986, o PV carioca adotou a estratégia de estabelecer coligações com outros partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro) a fim de conseguir legenda para os candidatos verdes (VIOLA, 1987).

Apesar das negociações com o PSB não avançarem, os verdes conseguiram coligar-se com o PT, lançando para a disputa ao governo do estado do Rio de Janeiro, o nome de Fernando Gabeira. A presença de Gabeira na disputa para o governo do estado contribuiu para que outros candidatos verdes concorressem as vagas para deputado estadual e federal. Apesar de Gabeira alcançar apenas 8% dos votos e

³⁰ Pádua (1991) destaca que o partido só conseguiu seu registro legal provisório em março de 1988 nas eleições municipais. Até a legalização do partido foram elaborados um manifesto e um programa provisório, pois a lógica da época era criar um “partido – movimento” combativo e sem organização definida rigidamente.

terminar em terceiro lugar na disputa, Sirkis (1992) considera o resultado bastante positivo, especialmente, pelas manifestações ocorridas na campanha eleitoral, como o abraço a Lagoa Rodrigo de Freitas que reuniu mais de 80 mil pessoas. Além disso, a coligação PT/PV conseguiu eleger Carlos Minc para deputado estadual.

No bojo desta experiência, também é fundado o Partido Verde em Santa Catarina, com uma orientação política semelhante ao PV carioca. Todavia, nas eleições de 1986 os verdes catarinenses disputam cargos nas legendas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do PDT.

A criação do PV em Santa Catarina corroborou para o lançamento da segunda candidatura ecologista a um cargo majoritário, a do ecologista Gert Fischer que disputou uma vaga no senado pelo PDT.

Entretanto, apesar do envolvimento político dos ativistas ambientalistas nas eleições de 1986, que formariam a Assembleia Constituinte, apenas o ecologista Fábio Feldman do PMDB de São Paulo foi eleito. De qualquer forma, para Viola; Vieira (1992) esse resultado foi suficiente para a temática ambiental ter maior aceitação na esfera política possibilitando na Assembleia Constituinte de 1988 a formação de uma frente parlamentar verde constituída por cerca de 15% dos deputados, em sua maioria do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

A formação desta frente parlamentar possibilitou algumas conquistas para os movimentos ambientalistas, entre elas, o zoneamento ambiental, a exigência de apresentação de Estudos de Impactos Ambientais e sua discussão em audiências públicas, bem como, a introdução de diversas penalidades para agentes agressores do meio ambiente (JACOBI, 2003).

Sirkis (1992) também destaca a importância da vitória de Feldman para a Assembleia Constituinte e de Carlos Minc para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O primeiro foi responsável pela elaboração do capítulo de meio ambiente da Constituição de 1988; o segundo em diversas leis e atuações de rua, conseguiu capturar a atenção da mídia para os problemas ecológicos e dos direitos humanos.

As eleições de 1986 contribuíram para desencadear uma série de eventos no campo da política verde. Viola (1987) destaca o 1º Encontro Nacional de Entidades Ecologistas Autônomas realizado em maio em Belo Horizonte com a participação de entidades ambientalistas de todo o Brasil. Neste encontro foram discutidos os seguintes

eixos temáticos: ecodesenvolvimento, educação ambiental, reforma agrária ecológica, comunicações alternativas, relações internacionais e meio ambiente.

Para Viola (1987) todas estas ações de criação de espaços políticos de discussão e participação política fizeram com que o ano de 1986 fosse marcado por muitas conquistas para os movimentos ambientalistas. Em síntese, o autor destaca:

Existência de uma instância sistemática de coordenação das atividades nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro; existência de instâncias eventuais de coordenação de atividades nos Estados do Paraná e Minas Gerais; existência de um fórum anual de debate entre as entidades urbanas, a nível nacional; existência de um fórum anual de debate entre as comunidades alternativas rurais, a nível nacional; existência de uma instância ad hoc de troca de experiências para os candidatos ecologistas para a Constituinte, a nível nacional; forte consenso entre os ecologistas urbanos e parcial entre os rurais a respeito da necessidade de intervir maciçamente no processo Constituinte; caráter transpartidário do movimento ecologista, havendo militantes participando predominantemente dos seguintes partidos: PV, PT, PMDB e PDT; processo de organização embrionário do PV no Rio de Janeiro e em Santa Catarina com probabilidade de estender-se aos outros Estados do Sul-Sudeste; forte divisão no movimento ecológico; respeito da viabilidade e desejabilidade do PV no curto prazo; ameaça de fracionamento do movimento ecológico em função da problemática do PV (VIOLA, 1987, p. 20).

Dessa forma, a segunda metade da década de 1980 representou um momento de afirmação social dos movimentos ambientalistas brasileiros. Para Viola (1987) neste período ocorreu um crescimento quantitativo, qualitativo e cumulativo, fazendo com que os movimentos ambientalistas atingissem um ponto de maturação.

Cabe destacar, que durante esta década a aproximação dos movimentos ambientalistas com os temas sociais – socioambientalismo - e sua maior participação política, deixando o campo da estrita denúncia para ocupar espaço nas instâncias decisórias, tiveram um papel importante para chamar a atenção da sociedade para os graves problemas ambientais do país.

Ainda na década de 1980, a questão ambiental brasileira adquiriu repercussão internacional com o assassinato de Chico Mendes. Desde a década de 1970, os incentivos fiscais e abertura de novas rodovias pelo governo federal atraíram centenas de latifundiários para o estado do Acre, que passaram a expulsar famílias de seringueiros que ocupavam a região desde o final do século XIX.

Em uma palestra realizada em junho de 1988 na Universidade de São Paulo, Chico Mendes narrava que os latifundiários contrataram jagunços e pistoleiros para incendiar casas e matar seringueiros, criando uma situação de terror e medo na região. Assim, intensificou-se o processo de derrubada da floresta, segundo Chico Mendes “até 1975, na minha região são destruídas, pelo fogo e pelas motosserras, 180.000 árvores de seringueiras, 80.000 castanheiras” (MENDES, 1990, p. 13).

Diante disso, os seringueiros sob liderança de Wilson Pinheiro começaram a se organizar em um movimento pacifista para defender a floresta. O movimento foi chamado pelos seringueiros de empate. De acordo com Chico Mendes (1990) o empate consistia em uma forma de organização de mutirões de seringueiros que se colocavam entre os peões e a floresta, para impedir a derrubada das árvores. Com o acirramento do conflito e as intervenções policiais devido a solicitação judicial dos fazendeiros, o movimento passou a envolver mulheres e crianças nos empates.

Quando a polícia se deslocava para a área, a gente se deslocava também, com homens, mulheres e crianças em mutirões de cem, duzentas até trezentas pessoas que ficavam diante da polícia, e a polícia com todas suas metralhadoras e fuzis, refletia e finalmente em muitos momentos ela recuava, porque pensava duas vezes em atirar numa criança (MENDES, 1990, p. 14).

De acordo com Chico Mendes entre 1977 e 1987 foram realizados 45 empates, porém o movimento continuava muito isolado e desconhecido nacionalmente. Por outro lado, estas ações despertaram “a curiosidade dos ambientalistas internacionais e em janeiro de 1987, nós recebemos uma comitiva da ONU que foi aos seringais em Xapuri no Acre observar o nosso trabalho, o nosso movimento e resistência” (MENDES, 1990, p. 16). Isto garantiu a participação de Chico Mendes em eventos nos Estados Unidos, nos quais conseguiu dar visibilidade internacional a luta dos seringueiros.

Porto Gonçalves (2005, p. 02) ao descrever a trajetória de Chico Mendes explica que:

Como comunista Chico Mendes desconfiava não só dos ecologistas como também de uma série de movimentos sociais que começavam a se destacar naqueles anos (mulheres, negros, homossexuais) que, acreditava, dividiam a luta dos trabalhadores. Todavia, como homem prático e com grande capacidade de subordinar os princípios à vida sem perder o sentido da sua luta, Chico Mendes percebeu que os ecologistas ao defenderem a floresta eram aliados importantes da luta dos seringueiros na prática, além de permitirem que os seringueiros saíssem do isolamento a que estavam confinados. Os ecologistas, por

seu lado, reconheceram a importância da luta dos seringueiros e dos seus Empates na preservação da floresta. Dessa aliança Chico Mendes formulou um princípio que caracterizaria sua filosofia ‘Não há defesa da floresta sem os povos da floresta’ que bem pode ser estendido a outras situações de defesa da natureza.

Esta posição de Chico Mendes contribuiu para aproximar os seringueiros de outros movimentos sociais e ambientalistas, ampliar a repercussão dos objetivos dos seringueiros, tanto nacionalmente como internacionalmente. Sobre isto, Mendes (1990, p. 16) afirmava:

Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? E nós então começamos a discutir além da questão da luta contra o desmatamento, nós começamos a apresentar a proposta alternativa para a conservação da Amazônia.

Entre as propostas dos seringueiros estava a criação das reservas extrativistas, nas quais os seringueiros pudessem ter o usufruto da terra, para explorá-la de forma sustentável. Todavia, contraditoriamente, foi apenas com o assassinato de Chico Mendes em 1988 que o movimento alcançou maior projeção nacional e internacional e garantiu a formalização das primeiras reservas extrativistas pelo governo em janeiro de 1990, incluindo a Reserva Extrativista Chico Mendes, abrangendo uma área de aproximadamente, 1 milhão de quilômetros quadrados nos municípios de Rio Branco, Capixaba, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Sena Madureira no Acre.

O movimento dos seringueiros expressou assim outra vertente importante dos movimentos ambientalistas, cujas origens relacionadas a um conflito agrário combinando com reivindicações socioambientais, acabaram por criar uma identidade cultural particular -“os extrativistas” – com demandas específicas por políticas públicas.

2.5 – Novas configurações e articulações dos movimentos ambientalistas brasileiros.

Os anos 90, segundo Jacobi e Tristão (2010) foram responsáveis por um aprofundamento das experiências nos movimentos ambientalistas, no qual este ganha

uma nova dinâmica. A EA passa a ser tida de maneira mais crítica e complexa, com um discurso com práticas e ações voltadas para a participação, sustentabilidade e ideologia.

Foi durante essa década que aconteceram grandes eventos marcantes como fóruns de EA, Rio 92 e a Rio+5, que foram responsáveis por fazer uma articulação entre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Educação, dando evidência ao termo desenvolvimento sustentável, cunhado desde 1987 com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum³¹.

Carvalho (2001) evidencia que foi a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Eco-92 responsável por abrir a década de 90, com discursos e debates ambientais que tiveram seus valores e conceitos discutidos na década de 90.

A década de 1990 é marcada por grandes eventos que articularam meio ambiente, desenvolvimento e educação, dando evidência ao termo desenvolvimento sustentável, cunhado desde 1987 com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum³².

Há também nessa década, um alargamento da questão ambiental para diversos grupos sociais e uma maior abrangência de temas que passaram a ser inseridos na pauta das reivindicações e lutas ambientais.

Foi durante essa década também que ocorreu um crescimento de entidades ambientalistas não governamentais – ONGs por todo o país. Segundo Jacobi (2003) esse crescimento excessivo de ONGs se deu principalmente entre os anos de 1985 e 1991, todavia, a maioria delas não sobreviveu a sua incapacidade de aglutinar grupos ambientalistas e militantes.

Com isso, a década de 1980 é marcada por uma série de iniciativas, tais como: o esforço das ONGs ambientalistas em se profissionalizar e se aproximar das ONGs sociais, o encaminhamento de alguns ambientalistas pelo campo político e o aperfeiçoamento dos instrumentos legais de gestão ambiental (VIOLA, 1987).

Cabe destacar que segundo Gohn (2000, 2005) “os movimentos sociais se diferenciam das ONGs, na medida que enquanto os movimentos sociais politizam

³¹ O Relatório Nosso Futuro Comum também intitulado “Relatório Brundtland” em referência a então primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland que presidiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na época da elaboração do relatório.

³² O Relatório Nosso Futuro Comum também intitulado “Relatório Brundtland” em referência a então primeira ministra da Noruega Gro Brundtland que presidiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na época da elaboração do relatório.

suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2000, p.13). As ONGs apesar de abrigarem as mais variadas práticas, formas de organização, objetivos e áreas de atuação “os projetos políticos dessas entidades não são claros; usualmente elas se apresentam como apolíticas” (GOHN, 2005, p. 95).

Todavia, desde o surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas no Brasil há uma forte aproximação e relação destes movimentos com as ONGs, sobretudo na década de 1980, quando as ONGs segundo Gohn (2000) apresentavam um caráter mais militante e apoiavam a maioria dos movimentos sociais de luta por democracia. Nas palavras da autora, estas ONGs contribuíram para “a reconstrução do conceito de "sociedade civil" e para a inovação das lutas sociais, inscrevendo como sujeitos de direitos categorias até então esquecidas, criando um novo campo ético-político e cultural por meio de ações coletivas (GOHN, 2000, p. 24).

Segundo a autora na década de 1990 com a o processo de redemocratização e a implantação das políticas neoliberais, as ONGs militantes foram perdendo espaço para um novo perfil de ONGs mais propositivas, com ações e estratégias fundadas em princípios mais instrumentais, racionais e mercadológicos.

Estas novas ONGs do terceiro setor não têm perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público e as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não-estatal. A maioria delas foi criada nos anos 90 e não tem movimentos ou associações comunitárias militantes por detrás. Muitas delas surgiram pela iniciativa de empresários e grupos econômicos e seu discurso é muito próximo das agências financeiras internacionais; outras surgiram por iniciativas de personalidades do mundo artístico ou esportivo (GOHN, 2000, p. 26).

No campo ambiental Viola (1987) observa que na década de 1990 há um movimento de profissionalização das atividades por algumas entidades. Com isso,

Muitas deixaram de lado o objetivo genérico de estimular a conscientização ou de se concentrarem nas denúncias contra à agressão ambiental, para atuarem em objetivos específicos para preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, as novas organizações se estruturaram em torno de objetivos claros como melhoramento da qualidade da água e do ar, educação ambiental etc. Além disso, trataram de ampliar sua sustentabilidade financeira através de mecanismos diversos de financiamento: organismos internacionais, órgãos públicos, doações de empresas e mensalidades dos associados (JACOBI, 2003, p. 14).

Jacobi e Tristão (2010), por sua vez, ao analisarem o processo de passagem do voluntariado para a profissionalização por algumas ONGs afirmam que há uma alteração nos objetivos centrais, deslocando-se da denúncia, para a busca de alternativas de preservação e recuperação ambiental de modo a garantir qualidade de vida para as pessoas. Neste processo que o que está em jogo “É a defesa de um novo paradigma, mais barato na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem-estar material” (JACOBI E TRISTÃO, 2010, p. 23).

Para tanto, as organizações não governamentais investem na capacitação de seus membros, com o intuito de influenciarem as agências estatais ambientais, o poder legislativo, a comunidade científica e o empresariado, na formulação de leis e aplicação de recursos em problemas ambientais.

De acordo com Sirks (1992) esta nova onda de entidades que deram ênfase a uma estrutura funcional mais profissional, alcançando importante espaço na sociedade.

Capacitadas a atrair recursos de organizações ambientalistas de outros países, bem como de empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais, essas entidades vêm ocupando espaços com um grau variado de seriedade e equilíbrio entre o ideal ambientalista e o pragmatismo do relacionamento com variadas fontes financiadoras com interesses diversos (SIRKS, 1992, p. 222).

Viola e Leis (1995) destacam que durante a década de 1990, no processo de preparação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92 há um intenso debate entre os diversos setores do ambientalismo sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

Este debate foi norteado pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual se defendia um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais preocupado com questões ambientais.

Um destes espaços de debates ocorreu com a constituição do Fórum Brasileiro das ONGs, do qual participaram diversos setores que atuavam no campo ambiental.

O Fórum brasileiro realizou oito encontros plenários nacionais e contava com a filiação de aproximadamente 1200 organizações em 1992 cumprindo sua missão de fomentar a participação da sociedade brasileira na Rio-92 e nos eventos paralelos que organizou discutindo

um novo padrão de desenvolvimento ecologicamente sustentável (JACOBI, 2003, p. 18).

Para Acseirad (2010, p. 105),

Abriu-se, a partir de então, um diálogo, inconcluso, mas persistente, voltado à construção de pautas comuns entre entidades ambientalistas e o ativismo sindical, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, os atingidos por barragens, os movimentos comunitários das periferias das cidades, os seringueiros, os extrativistas e o movimento indígena.

A realização deste Fórum representou um momento importante na articulação interna de diferentes ONGs e movimentos sociais, ainda que em um “processo bastante complexo, em virtude da sua heterogeneidade tanto organizativa como ideológica” (JACOBI, 2003, p. 18).

Com a realização da Rio-92 os atores envolvidos nesta articulação passam a dialogar com movimentos e representantes de outros países, contribuindo para estabelecer relações internacionais entre movimentos ambientalistas. Cabe destacar que em 1992 ocorrem no Rio de Janeiro dois eventos simultâneos, mas com objetivos distintos: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Cúpula da Terra) no Riocentro e a Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fórum Global) no Aterro do Flamengo.

A Rio-92 - evento oficial envolvendo Chefes de Estado de 178 países, foi marcado pela divergência entre países do Norte e do Sul sobre o ritmo do crescimento econômico e a necessidade de construir acordos diplomáticos e tomar decisões internacionais sobre a questão ambiental. O evento teve como compromisso firmado a elaboração da Agenda 21, um documento que propunha práticas e técnicas de desenvolvimento sustentável para as nações, Estados e cidades. Foi pela Agenda 21 que o termo Desenvolvimento Sustentável alcança maior difusão e visibilidade. Além disso, as delegações presentes aprovaram outros documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Convenção-Quadro sobre Mudança Climática; Convenção sobre Diversidade Biológica; e a “Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas”, ou simplesmente, a Declaração sobre as Florestas (OLIVEIRA, 2011).

Já o Fórum Global foi um evento paralelo envolvendo 6800 ONGs de 177 países e de movimentos sociais de ampla gama de temas, com 19.000 participantes,

sendo 11.000 estrangeiros. O conjunto de militantes de diferentes tendências ideológicas possibilitou um profícuo momento de troca de experiências e reafirmação de princípios expressos nos dois documentos produzidos no durante o evento a Declaração do Povo da Terra e os “Tratados das ONGs”

Na Declaração do Povo da Terra os participantes teceram críticas aos representantes governamentais participantes da Cúpula da Terra que:

Estes escolheram negligenciar muitas das mais fundamentais causas da acelerada devastação ecológica e social do nosso planeta. Enquanto se ocupam em ajustar o sistema econômico que serve aos interesses de curto prazo de alguns poucos às custas da maioria (DECLARAÇÃO DO POVO DA TERRA, 1992, p. 01)

O documento também tece críticas ao “modelo de desenvolvimento fundado na busca do crescimento econômico e consumo e na exclusão de interesses humanos e naturais”, para em seguida apresentar os princípios econômicos, sociais, políticos e ambientais consensuados entre os participantes e afirmar o compromisso em continuar a mobilizar “as forças da sociedade civil transacional a partir de uma agenda largamente partilhada, que vincule os nossos muitos movimentos sociais em busca de sociedades humanas justas, sustentáveis e participativas” (DECLARAÇÃO DO POVO DA TERRA, 1992, p. 04).

Assim, o Fórum Global no Rio de Janeiro em 1992 representou um momento importante para os movimentos ambientalistas no mundo todo, os contatos estabelecidos durante o evento, permitiu criar redes de discussão, denúncias e ações combinadas entre diferentes grupos sociais.

Contudo, Viola; Leis (2001) afirmam que pós a Rio-92 há um processo de desorientação do ambientalismo brasileiro produto da conjuntura política, marcada pelas atenções sociais para o *impeachment* do presidente Collor. Além de questões estruturais, como: a ausência de uma agenda sustentável para o país e condições teóricos-analíticas para a formação de coalizão sustentabilista; além de “bases organizativas ainda precárias com tendência a sobredimensionar as superestruturas; comunicação ainda parcial e deficitária intersetores (do ambientalismo); e produção limitada e baixa circulação de informação no Brasil” (VIOLA; LEIS, 2001, p. 144 e 145).

Acseirad (2010), por sua vez, assinala que a literatura acadêmica um processo de diferenciação interna no ambientalismo brasileiro. Entre as razões para isto

aponta: um movimento de institucionalização que levou parte das entidades a atuar no campo gestor-administrativo, dos aparatos burocráticos governamentais; a tendência à cientificização dos movimentos em decorrência da cientificização das políticas ambientais cujos aspectos pragmáticos se sobrepunham a aspectos democráticos e de organização da sociedade; outro subconjunto de entidades passou a disputar a definição legítima do que seria sustentável, em uma perspectiva política e crítica às medidas paliativas.

O autor destaca também a presença de um ecologismo combativo, identificado em movimentos sociais com uma organização já consolidada, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Nestes movimentos há um processo de ambientalização das pautas de reivindicação, semelhante ao dos seringueiros na década de 1980 (ACSELRAD, 2010).

Na década de 1990, Acsehrad (2010, p. 107) observa ainda um processo de “neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos” alcançando resultados positivos entre as entidades que não apresentavam vínculos com os movimentos sociais combativos. Com esta ação, explica Acsehrad (2010, p. 108) estes organismos governamentais e privados pretendem,

[...] promover uma ação de antecipação, capaz de capturar os movimentos de contestação ao padrão dominante de desenvolvimento no interior do que se tem chamado de “modernização ecológica”, noção que designa o processo pelo qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso.

Neste contexto, os movimentos ambientalistas tornam-se cada vez mais heterogêneo em suas posições político-ideológicas, mas também, em suas formas de atuação. No início do século XXI, novos problemas impostos pela globalização, tais como, a descartabilidade dos produtos e a expansão do consumo, se combinam com problemas históricos, como a devastação florestal. A redução na capacidade de mobilização pelos movimentos ambientalistas ocorre paralelamente à ampliação dos canais de divulgação, denúncia e circulação de informações pelas redes computacionais. A capitulação ao mercado de setores da sociedade que empunham a bandeira do meio

ambiente contrasta-se com o movimento combativo que luta por justiça social e ambiental.

Há ainda uma crise de representatividade dos atores políticos e um desgaste de partidos políticos que na década de 1980 propunham romper com os métodos tradicionais, mas que se renderam ao comodismo dos cargos e passaram a se aliar aos setores mais conservadores da política nacional. Dessa forma, os movimentos ambientalistas continuam a serem desafiados pelo tempo presente a mudar as relações sociais e ambientais, sem serem traídos ou se trair internamente pelas relações políticas e econômicas que sustentam o modelo de sociedade que se deseja transformar.

Com isso, entram em debate as questões políticas nas ações e discursos dos Movimentos Ambientistas, que associadas às dimensões sociais e econômicas representaram um momento de importantes transformações na ação dos movimentos ambientalistas.

2.6 - A questão política no debate e nas ações dos Movimentos Ambientistas

A partir da década de 1960 a inserção da questão ambiental na agenda política mundial contribuiu para sedimentar entre diferentes movimentos ambientalistas, a compreensão de que os problemas ambientais transcendiam a estrita visão da natureza em si, para entendê-la como parte da totalidade das relações contraditórias que se estabelecem entre a sociedade e a natureza.

Conforme Viola (1992) estas preocupações políticas com os problemas de deterioração ambiental se iniciaram na década de 1960 nos Estados Unidos e na década seguinte se expandiram rapidamente para outras partes do mundo, atingindo países como Canadá, Europa Ocidental, Nova Zelândia, Austrália, para em seguida, se difundirem para América Latina, Europa Oriental, União Soviética e sul e leste da Ásia.

Diegues (2001) também destaca a década de 1970 como o período no qual os novos movimentos ambientalistas passam a se interessar pelo debate sobre temas políticos de grande visibilidade social, como energia nuclear e crescimento econômico, colocando-se como força política nas discussões de grande repercussão nacional.

Para Carvalho (2004) a entrada da natureza ou meio ambiente no campo político corroborou para ampliar a noção de esfera pública, na medida em que a

dimensão biológica da vida passou a ser considerada nas discussões políticas. Nesse sentido,

[...] a expressão do ideário ambiental via partido, mas também a participação de diversos grupos e movimentos organizados da sociedade civil, desempenhou um papel fundamental na demarcação do ambiental enquanto esfera de ação política cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público (CARVALHO, 2004, p. 8).

Viola (1992) e McCormick (1992) reforçam que como resultado dessa participação e preocupação houve um elevado desenvolvimento de várias organizações governamentais, grupos comunitários que possuíam em comum a preocupação pela luta da proteção ambiental³³.

Além disso, Viola (1992) ressalta a criação de agências ambientais nacionais, grupos e instituições científicas que pesquisavam os problemas ambientais com abordagens sistêmicas, setores de administradores e gerentes que passaram a aplicar um paradigma de gestão dos processos produtivos baseados na eficiência, conservação da energia, redução da poluição e controle da qualidade, um mercado consumidor verde que demandava alimentos orgânicos, papel reciclado e tratados internacionais que encarregados de gerenciar problemas ambientais.

Outro aspecto relevante para entender a inserção das questões ambientais na esfera política é a criação dos partidos verdes em diferentes países. Pádua (1991) destaca que o primeiro partido identificado com a ecologia, data de 1973 - o "*Ecology Party*" - partido inglês que em 1985 passou a ser chamado "*Green Party*". Todavia, somente na década de 1980 que ocorre uma maior profusão de partidos verdes para outros países, na França, por exemplo, apesar da participação nas eleições dos ecologistas desde março de 1973, um partido verde unificado só veio a surgir em janeiro de 1984. Já na Alemanha ainda que o primeiro partido verde tenha sido fundado em 1979, sua atuação como um partido político, iniciou-se apenas em janeiro de 1980.

Pádua (1991) argumentava que a própria constituição historicamente recente dos partidos verdes seria capaz de conciliar as questões ambientais com outros desafios políticos contemporâneos, constituindo, dessa forma, um trunfo a sua expansão geográfica e qualitativa.

³³ De acordo com Viola (1992) em 1990 havia 140 mil instituições em todo o mundo.

Esta visão do autor contrariava as diferentes críticas que surgiram na década de 1970, na qual alguns analistas previam que políticos identificados com a ecologia teriam suas ações voltadas exclusivamente para “questões ambientais”, não encontrando, desta forma, a identidade política mais ampla, necessária para a elaboração de uma proposta partidária global para a sociedade.

Porém, tais previsões não se consolidaram no final da década de 1980, como demonstra Pádua (1991), pois, a política verde evidenciou ser capaz de desenvolver uma política ampla.

A corrente verde, em seu desenvolvimento, demonstrou ser capaz de formular programas políticos nacionais, de se organizar estavelmente sob a forma de partido, de influenciar a posição dos demais partidos e a elaboração da agenda política (ajudando a colocar-lhe novos temas), de provocar mobilizações na opinião pública e de conquistar um coeficiente significativo do eleitorado (PÁDUA, 1987, p.137).

Ainda, segundo o autor, a corrente verde tem conseguido conquistar um conjunto coerente de propostas para a vida social, incluindo diretrizes sobre a economia, cultura e relações internacionais, argumentando que a questão ambiental não é uma especificidade do partido e sim uma perspectiva que deve estar presente no modelo de sociedade contemporânea.

McCormick (1992) ao analisar tal política destaca as diferenças contrastantes entre as políticas ambientais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos em questões como estilos nacionais de regulamentação e a complexidade do meio ambiente como questão pública.

Para o autor, até 1970, a autoridade em políticas de meio ambiente na Grã-Bretanha estava dividida em grupos distintos, ou seja, cada assunto relacionado ao meio ambiente possuía seu controle dividido entre órgão que, na maioria dos casos, poderia não ser pertinente ao assunto. Desta forma, até meados da década de 1970, o campo ambiental ainda não era uma questão eleitoral nesse país.

Vários acontecimentos marcaram as décadas compreendidas entre 1970 e 1980 na Grã-Bretanha, dentre eles merece destaque a criação do novo Departamento de Meio Ambiente (DOE) pelos ministérios da habitação e o governo local. Tal órgão, regulamentador da época, era responsável por todas as funções que afetam o meio ambiente onde vivem as pessoas.

Entretanto, foi a criação de organismos ambientais privados, o elemento chave na elaboração britânica de políticas, pois, enquanto países industrializados possuíam políticas ambientais executadas por órgãos governamentais, na Grã-Bretanha, algumas funções eram exercidas por órgão privados. Até a década de 1970, esses procedimentos eram comuns, após essa data muitos acabaram por ficarem envolvidos no ativismo político e na mobilização da opinião pública.

Assim como Pádua (1991), McCormick (1992) também salienta o British Ecology Party como o primeiro partido da Europa, fundado em 1973, porém McCormick (1992) realiza uma análise aprofundada do partido enfatizando que ele nunca foi forte o suficiente para superar as dificuldades do sistema pluralista. Rudig e Lowe, 1986 apud McCormick (1992) identificam quatro razões para isso.

A ausência de projetos de desenvolvimento ambientalmente controversos, que poderiam estimular uma ecologia radical, a integração de tal radicalismo, como de fato ocorreu, ao domínio das políticas do Partido Trabalhista, a maleabilidade das autoridades diante das resistências fortes contra projetos específicos (reduzindo assim o potencial de oposição local) e a preferência tradicional entre os grupos conservacionistas britânicos para modificar o sistema a partir de dentro (MCCORMICK, 1992, p.143).

Já nos Estados Unidos, até a década de 1970 não havia um órgão federativo único que era responsável pelo controle da poluição, este era discutido por uma coalizão de organismos distintos do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar. Assim como na Grã-Bretanha, os assuntos recorrentes ao meio ambiente eram debatidos localmente (MCCORMICK, 1992).

O sistema político norte-americano na época era um sistema estratificado o que dificultou as tentativas de racionalizar a elaboração e desenvolvimento de políticas ambientais. Desta forma, os programas ambientais conseguiram ganhar forma através da dispersão dos poderes do governo em controles e restrições além dos papéis dos grupos de interesse (MCCORMICK, 1992).

Essa divisão dos poderes foi instituída para implementar e avaliar as políticas entre a Casa Branca, o Congresso, a burocracia e o tribunais. Entre as agências ambientais reguladores, McCormick (1992) menciona que a EPA – Agência de Proteção Ambiental foi um dos órgãos reguladores mais importantes dentro da história da política verde dos Estados Unidos.

A EPA foi criada em 1969 em Washington com a responsabilidade de examinar políticas de recursos naturais e programas federais de controle da poluição. Dentre as suas recomendações encontra-se a criação de um novo departamento de recursos naturais e meio ambiente, além de ser responsável por legislações como a Lei do Ar Limpo, a Lei da Água limpa, a Lei da Conservação e Recuperação de Recursos e a Lei de Controle de Substâncias Tóxicas.

Em 1970 foi aprovada também a Lei de Política Ambiental Nacional com a oposição da Casa Branca.

A lei alertou todos os órgãos governamentais para as consequências ambientais de suas atividades e exigiu a preparação de um relatório de impacto ambiental para todos os programas federais importantes que “a afetasse significativamente a qualidade do meio ambiente humano”. Mais de 12 mil relatórios foram preparados na primeira década de operação (MCCORMICK, 1992, p.137).

A legislação foi responsável também por criar o CEQ (Conselho de Qualidade Ambiental) na qual seria responsável por elaborar um relatório anual para a qualidade ambiental além de orientar o presidente sobre políticas nacionais com o intuito de melhorar a qualidade ambiental.

A exemplo de Viola (1992) e Pádua (1991), McCormick (1992) também destaca a dimensão histórica e a importância da ascensão dos partidos verdes, para alçar a questão ambiental a um novo patamar de discussões e desenvolvimento de políticas públicas em diferentes países europeus³⁴ nas décadas de 1970 e 1980.

Um dos momentos marcantes deste período ocorreu na Alemanha Ocidental, em março de 1983, com a chegada do partido Die Grunen (os verdes) ao parlamento (Bundestag). O partido verde alemão formado em 1979 conseguiu um resultado expressivo nas eleições daquele ano, elegendo 27 parlamentares, constituindo a terceira força política³⁵ na Alemanha Ocidental.

Do ponto de vista político, o Die Grunen procurava não se identificar com nenhuma das definições políticas tradicionais, que polarizam os partidos em direita

³⁴ Uma cronologia da criação e desenvolvimento dos partidos verdes nos países europeus pode ser encontrada em McCormick (1992, p. 140 e 141).

³⁵ Naquele momento as duas principais forças políticas da Alemanha Ocidental eram os democratas-cristãos conservadores e os sociais-democratas liberais de esquerda (MCCORMICK, 1992).

e esquerda, tanto que um dos primeiros slogans dos verdes foi “nós não somos esquerda nem direita; nós estamos na frente” (MCCORMICK, 1992, p. 142).

O partido formado por uma complexa rede de associações e por iniciativas dos cidadãos, ainda que orientados por uma plataforma ambientalista considerava-se também como “porta-vozes políticos dos movimentos de cidadãos que se opunham à energia nuclear e apoiavam a paz, o feminismo e as questões do Terceiro Mundo” (MCCORMICK, 1992, p. 142).

O partido apresentava, dessa forma, uma proposta política que superava problemas diretamente relacionados ao meio ambiente, entre eles:

A criação de uma economia não baseada no crescimento, a subdivisão das grandes companhias em pequenas unidades, a semana de trabalho de 35 horas, impostos mais altos para grupos de renda mais alta, investimento do Estado para criação de empregos, o fim da energia nuclear, o uso sustentável dos recursos naturais, conservação de materiais e energia, crescimento zero da população e desarmamento nuclear (MCCORMICK, 1992, p. 142).

Com esta plataforma política o partido verde alemão conseguiu não apenas bons resultados nas eleições nacionais, mas também conseguiu eleger representantes em eleições estaduais, municipais e para as comunidades locais, tornando-se na década de 1980 uma importante força política nacional.

Por outro lado, na França os partidos verdes não conseguiram resultados eleitorais exitosos, apesar da articulação dos movimentos ecologistas (nascido do movimento estudantil de 1968) para disputar as eleições presidenciais entre as décadas de 1970 e 1980.

O primeiro a concorrer as eleições presidenciais foi René Dumont em 1974 que conseguiu apenas 1,32% dos votos. Em 1977 uma aliança eleitoral entre grupos ecológicos foi estabelecida a fim de concorrer as eleições de 1978 para a Assembleia Nacional com a bandeira Ecologie -78. Mais uma vez o resultado eleitoral foi inexpressivo, tendo a aliança recebido somente 2,1% dos votos. Em 1980, formou-se o Mouvement d'Ecologie Politique que nas eleições presidenciais de 1981 apresentou o melhor desempenho eleitoral (3,88% dos votos totais), porém o movimento foi incapaz de capitalizar os resultados e teve um desempenho ruim nas eleições parlamentares posteriores (MCCORMICK, 1992).

Assim como Pádua (1991) e Viola (1992), McCormick (1992) considera que os partidos verdes buscam mudanças fundamentais e de amplo espectro que transcendem as divisões liberal/conservador ou marxismo/capitalismo.

Segundo Muller-Rommel, (1982 apud McCormick, 1992), existem três categorias de partidos verdes, apesar das dificuldades de se fazer generalizações: os partidos socialistas pequenos que adotaram políticas ambientais e acabaram por se transformar em partidos ecológicos; os partidos agrários e liberais que tinham como ênfase as questões de ordem ambiental; e os partidos novos que foram criados especificamente para representarem um eleitorado mais consciente das questões ambientais.

É notável para McCormick (1992) que a partir dos anos 70, os novos movimentos ambientalistas tinham como característica a incorporação de novos valores às políticas das instituições existentes, como a indústria e o governo, diferentemente dos ambientalistas dos anos 60 que tinham adotado como causa a visão alternativa para aqueles que rejeitavam o saber econômico convencional.

A partir dos finais da década de 1980 com o processo de globalização e os avanços comunicacionais provocados pelas inovações tecnológicas há uma aproximação nas formas de organização e ação de diversos movimentos ambientalistas no mundo todo. Os partidos verdes europeus, as formas de reivindicação e a plataforma política dos movimentos ambientalistas passam a inspirar ativistas em diversos países latino-americanos, inclusive no Brasil.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS: CONCEPÇÕES E CORRENTES TEÓRICAS.

A partir da revisão teórica realizada até o momento, podemos compreender o contexto no qual emerge os movimentos ambientalistas, assim como a dimensão ecológica, política e econômica que se insere no debate desses movimentos. Partindo da crítica aos hábitos e valores da sociedade com a natureza, bem como ao modelo industrial, esses movimentos passam a reivindicar mudanças de hábitos e valores da sociedade, com o propósito de pleitear um modelo de vida sustentável.

Contudo, apesar dessa tendência geral, há importantes diferenças nas proposições políticas e concepções ambientais desses movimentos. Nesse sentido, optamos por realizar uma discussão acerca dos conceitos e correntes teóricas que envolvem os movimentos ambientalistas, assim como uma breve discussão das terminologias empregadas por alguns autores para se referirem aos movimentos.

As diferenças temporais e espaciais na formação de movimentos de luta pela defesa ambiental contribuíram para a construção de uma série de conceitos e significações acerca destes movimentos, trazendo inclusive termos variados tais como, *movimentos ambientalistas*, *ambientalismo*, *ecologismo* ou *movimentos ecológicos*, dentre outros.

Segundo a concepção de Gohn (2000) os movimentos ambientalistas podem ser compreendidos como um tipo de movimento social, na medida em que realizam ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes camadas e classes populares que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas.

Tristão e Jacobi (2010) ao se referirem aos movimentos ambientalistas utilizam-se dos termos ecologismo e ambientalismo, mesmo considerando a diferença existente entre eles. Apesar dos autores se referirem aos movimentos sem uma nomenclatura específica, os mesmos afirmam que o *ambientalismo* é um movimento que data, no Brasil, do final dos anos 80 e que este surgiu para integrar o *ecologismo*, desta forma, compreende-se que em uma ordem cronológica, o *ecologismo* teria emergido primeiro, seguido do *ambientalismo*.

Ainda, segundo Tristão e Jacobi (2010) o *ambientalismo* teve sua propagação após a Conferência de Estocolmo, a partir de uma crítica ao modelo de vida contemporâneo, especialmente, no que se refere ao desperdício e ao consumismo. McCormick (1992) também aponta a influência da Conferência sobre o *ambientalismo*, por integrar ao debate ambiental os problemas políticos, sociais e econômicos.

Vale ressaltar que, para os autores, o *ecologismo* se caracterizou como um movimento com um debate catastrófico da insustentabilidade do planeta, possuindo um discurso urgente de mudança no modo de vida.

Caride e Meira (2001) argumentam que o ambientalismo e o ecologismo possuem uma base comum que é a articulação de respostas para enfrentar a chamada crise ecológica ambiental, todavia, reconhecem diferenças entre os termos. Enquanto que o ambientalismo como um tipo de movimento que defende a possibilidade de bons resultados sem necessitar de mudanças profundas nos atuais meios de produção e consumo

O ecologismo acredita em uma mudança sustentável e satisfatória possível apenas com transformações na relação entre a natureza e o ser humano, nos meios de vida social e política. Para os autores dentro do ecologismo se encontram discurso do eco-socialismo, ecologia profunda e da ecologia popular. Desta forma pode-se diferenciar o ambientalismo do ecologismo em apenas um ponto, o ambientalismo não contempla as transformações sociais, políticas e econômicas que integra a postura ecologismo (CARIDE E MEIRA, 2001).

Essa delimitação de nomenclatura, segundo os autores, tem gerado nas últimas décadas, uma variedade de correntes de pensamento, porém a abordagem dada pelos autores neste contexto pretende, não apenas diferenciar os termos taxonômicos, mas sim ampliar as diferentes diretrizes para responder a crise ecológica.

Assim como Caride e Meira (2001) e Tristão e Jacobi (2010), para Pádua (1991) também existe uma diferença marcante entre o ambientalismo e o ecologismo, apesar dos termos serem utilizados, por muitos autores, como sinônimos.

Para o autor o ambientalismo pode ser definido como um movimento que acredita que a sociedade pode estabelecer uma relação equilibrada com a natureza, "sem devolver-lhe um papel ativo e criativo, procurando assim de fato adaptar o projeto ecológico ao projeto dominante em nossa civilização" (PÁDUA, 1991, p. 12). O ambientalismo brasileiro, nesse caso, foi um movimento que emergiu entre o

conservacionismo e o ecologismo. Diferente da visão de Tristão e Jacobi (2010) que entendem que o ambientalismo no Brasil abarca o ecologismo.

Carvalho (2008) também contribui para a compreensão dos diferentes termos utilizados para se referir a esses movimentos. A própria autora, utiliza o termo movimento ecológico para se referir tanto ao ecologismo quanto ao ambientalismo. A autora explica que o ambientalismo e o ecologismo possuem distinções com demarcações menos precisas que ora se sobrepõem, ora se diferenciam. Para a autora o “termo ecologismo é utilizado para o movimento ecológico propriamente dito, associado a questionamento e propostas de mudanças radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida” (CARVALHO, 2008, p. 16).

Desta forma o ambientalismo, para a autora, pode ser definido como:

um conjunto mais amplo de movimentos e atores que, na esfera de difusão do ecologismo, aderem a um ideário de preservação e gestão sustentável do meio ambiente, incluindo portanto, uma variação ideológica que envolve ideários e propostas de mudanças menos radicais quanto ao modelo de desenvolvimento.

Assim, os movimentos ambientalistas nesta pesquisa são compreendidos como grupos, associações e organizações da sociedade civil que objetivavam vários tipos de denúncias voltadas aos impactos ambientais (CARVALHO, 2006).

Esses movimentos incluem todos aqueles grupos, associações e organizações da sociedade civil que surgiram com grande força no hemisfério norte (Estados Unidos e Europa) desde o fim da década de 60 do século passado, mas também no Brasil e na América Latina, nas décadas de 70 e 80, denunciando os riscos e impactos ambientais do modo de vida das sociedades industriais modernas (CARVALHO, 2006, p. 46).

Gaudiano e Ktra (2009) ao analisarem os movimentos ambientalistas, contribuem para a compreensão dos conceitos e correntes que os envolvem, utilizando-se da terminologia “ambientalismo” para se referirem aos movimentos. Assim sendo, os autores apresentam, no decorrer de sua obra, uma variedade de tipologias de movimentos, assim como correntes que os compõem.

Para Gaudiano e Ktra (2009) a primeira onda de Movimentos Ambientalistas, teve suas raízes pautadas nos valores e interesses da Inglaterra vitoriana e posteriormente emergiram nos EUA, sendo estes conhecidos como conservacionismo.

Esse conservacionismo vitoriano, que emergiu em meados do século XVI e XVIII, segundo os autores, foi um tipo de movimento que se apresentava em três tipos e estavam ligados à emergência e as repercussões da revolução industrial. Essas três tipologias de movimentos foram chamados de movimento à crítica moral e cultural; movimento de conservação científica e movimento de ideia de mundo selvagem. A primeira tipologia dos movimentos foi apenas citada pelos autores, não havendo discussão sobre ela, a segunda estava relacionada a maneira como a ciência poderia vir a manusear a natureza e a terceira tipologia de conservacionismo era ligado à concepção wilderness de natureza.

Os movimentos ambientalistas contemporâneos que aparecem na metade do século XX possuem características diferentes dos movimentos que emergiram no século XVII e XVIII, estas características são contestatórias com aspecto discursivo. Seu surgimento está associado a devastação ocasionada pela Segunda Guerra Mundial e pelo desenvolvimento do novo modelo industrial. Os autores não especificam correntes e tipologias para esse movimento.

Pierri (2001 apud Gaudiano e Kutra, 2009) defende a existência de uma complexidade e pluralidade de conceitos sobre os movimentos ambientalistas que podem ser sintetizadas em três correntes: a) Corrente Ecologista Conservacionista, b) Corrente Ambientalismo Moderado e c) Corrente Humanística Crítica.

A corrente Ecologista Conservacionista possui suas raízes no naturalismo do século XX e nas ideias da ecologia profunda, assimilando elementos dos movimentos preservacionistas que emergiram na Inglaterra vitoriana. Essa corrente do Movimento Ambientalista reivindica a natureza como um todo, no qual o homem não é mais tido como o centro do universo. Segundo Gaudiano e Kutra (2009), a corrente em questão propõe uma defesa militante da natureza, assim como faz a ecologia profunda – uma tendência radical sobre a vida selvagem que segue em paralelo com a sociedade do consumo, sem indagar suas bases ecológicas e sociopolíticas.

A segunda corrente Ambientalismo Moderado - possui como foco o antropocentrismo e o desenvolvimentismo. Ela consiste em uma corrente com base na economia ambiental e está relacionada com a proposta do desenvolvimento sustentável.

Já a terceira corrente do ambientalismo – a Humanística Crítica – é uma corrente que se caracteriza por considerar as necessidades e particularidades dos países em desenvolvimento. Ela se expressou nos anos de 1970 na proposta do

ecodesenvolvimento e subsequentemente nas ideias de desenvolvimento sustentável. Essa corrente demanda uma essencial mudança social para poder atender os interesses da população como um todo, porém, com a utilização consciente dos recursos naturais, características presentes e semelhantes ao conservacionismo britânico do século XIX.

A corrente humanística crítica ainda subdivide-se em duas subcorrentes – a anarquista e a marxista. A primeira possui suas bases na ecologia social, defendendo o desenvolvimento sustentável. É uma tipologia de correntes do movimento ambientalista que se preocupa com a natureza como um todo, não excluindo o homem. Ela acredita que o ser humano faz parte da natureza e desta forma deve utilizar seus recursos de uma maneira sustentável. Para a tipologia marxista a forma mais coerente para se resolver os problemas ambientais consiste em mudar a forma organizacional social do trabalho, no qual, irá determinar os recursos utilizados, assim como a maneira e o ritmo que ocorrerá, ocasionando mudanças nas características dos meios de produção social (GAUDIANO e KATRA, 2009).

Todavia, apesar de todas as classificações apresentadas, Gaudiano e Katra (2009) ressaltam que o movimento ambientalista, enquanto fenômeno político e social, não é redutível a uma simples classificação, em outras palavras, apesar das categorias taxonômicas apresentadas até o momento, existem casos e enfoques que não se encaixam em nenhuma delas.

Outra classificação das tipologias dos movimentos ambientalistas é realizada por Viola (1987) que considera a temporalidade histórica do movimento ambientalista brasileiro. Para tanto, o autor distingue três fases: Ambientalista, compreendida entre 1974 a 1981, o Ecologismo em transição de 1982 a 1985 e a fase da Ecopolítica que se inicia em 1986 até os dias atuais.

A primeira fase caracteriza-se pelo aparecimento de dois movimentos paralelos autoidentificados como apolíticos - os movimentos de denúncia da degradação ambiental e as comunidades alternativas rurais.

Segundo o autor, as lutas nessa época contra a destruição da natureza não eram eficazes, havendo uma falha no bloqueio da degradação ambiental. Todavia, a percepção, por parte da sociedade, foi notada com o passar dos tempos, ocorrendo o que o autor denomina de *ecologização da mentalidade de contingentes qualitativamente importantes da população*, favorecendo assim, práticas ecologistas mais frequentes e a identificação dos dois movimentos citados acima (VIOLA, 1987).

A outra fase denominada de Ecologismo em transição foi uma fase do movimento definido pela confluência entre os dois movimentos já citados – denúncia da degradação ambiental e as comunidades alternativas rurais. Confluência esta que resultou na politização e amplificação dos movimentos.

Já a fase da Ecopolítica é marcada por uma politização nas propostas ecológicas, com a participação dos ecologistas no parlamento. Foi uma fase marcada pela aceitação entre os militantes, pela participação no processo eleitoral. A Ecopolítica foi uma fase assinalada pelo surgimento do Partido Verde – PV no Rio de Janeiro com a candidatura de Fernando Gabeira.

Viola e Leis (2001), assim como Gaudiano e Katra (2009) também deixam suas contribuições acerca das correntes que podem ser encontradas nos movimentos ambientalistas. Os autores denominam de setores, as correntes que podem ser observadas nos movimentos ambientalistas.

Para os autores o movimento ambientalista da década de 1990 é caracterizado como um movimento complexo e multissetorial, no qual pode ser dividido em oito setores – Ambientalismo *stricto sensu*, governamental, Sócio-ambientalismo, Ambientalismo dos cientistas, Ambientalismo empresarial, dos políticos, religioso e dos educadores.

O Ambientalismo *stricto sensu* é um tipo do movimento que compreende as associações e grupos comunitários ambientalistas; o Ambientalismo governamental são as agências estatais do meio ambiente; o Sócio – Ambientalismo é responsável por englobar as organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais; Ambientalismo dos cientistas pode se dizer que nesse grupo estão as pessoas e instituições que realizam pesquisas científicas sobre a problemática ambiental; o Ambientalismo empresarial são os gerentes e empresários que pautam seus investimentos pelo critério da sustentabilidade; o Ambientalismo dos políticos se encaixam os quadros e heranças de partidos que incentivam a criação de políticas com a dimensão ambiental; o Ambientalismo Religioso com as bases e representantes das várias religiões e tradições que vinculam a problemática ambiental e o Ambientalismo dos Educadores que vão da pré-escola até o Ensino Médio, jornalistas e artistas que estão preocupados com a problemática ambiental e com a capacidade de influir na consciência das massas.

Herculano (1992) também tem contribuído para a compreensão da formação de conceitos e correntes dos movimentos ambientalistas. Segundo a autora em meados do século XVIII o pensamento ambientalista emergiu com a visão arcadiana e romântica da natureza, criticando a sociedade industrial em formação. Segundo a autora, os primeiros movimentos só se formaram das transformações que ocorreram em movimentos como os pacifistas e antinucleares que, eclodiram em 1945 nos Estados Unidos com a explosão das primeiras bombas atômicas.

Para a autora, os movimentos ambientalistas contemporâneos apresentam-se em sete vertentes: Alternativos, Neomalthusianos, Zeristas, Marxistas, os Verdes, Fundamentalistas e os Eco-tecnistas. A primeira vertente do movimento contemporâneo surgiu da renúncia de movimentos do século XVII como o *movimento hippie*, que criticava a ciência e os estilos de vida do mundo moderno. Esta vertente se caracteriza como arcadiana e antiprogressista devido as características parecidas com os primeiros movimentos britânicos.

A segunda vertente é centrada em limitar o crescimento da população humana como uma tentativa de evitar a degradação ambiental e da qualidade de vida. Essa vertente é muito parecida com a Zerista, vertente do movimento ambientalista que possui como princípios o crescimento populacional zero, pois acredita que a melhor maneira para se evitar a degradação ambiental é limitar o crescimento populacional.

A discussão acerca do crescimento zero foi tida como um orientador nos debates internacionais de pré-Conferências de 1972. Na realização da Conferência Internacional da UNU sobre Meio Ambiente no mesmo ano, por exemplo, o Relatório Meadows teve como proposta o crescimento econômico zero.

Em 1972 também foi publicado em Londres um manifesto contra o consumismo exacerbado – Manifesto pela Sobrevivência - que atribuía ao consumismo a culpa pela degradação ambiental. Este evento, marcou o surgimento da vertente marxista do movimento ambientalista que defendia que a causa principal dos problemas ambientais era o sistema capitalista e apostava na luta ecológica para a superação dessa forma de organização da sociedade (HERCULANO, 1992).

A outra vertente dos movimentos ambientalistas, segundo a autora, é conhecida como os Verdes ou Ecologistas Sociais. Trata-se de uma corrente que iniciou sua ação na Alemanha em 1983 por meio de campanhas eleitorais, criticando tanto o capitalismo quanto o consumismo pela crise ecológica.

Os Verdes surgiram lançando petardos a leste e a oeste, criticando tanto o capitalismo quanto o comunismo, ambos igualmente culpados do industrialismo, do produtivismo economicista, da presença tentacular de um complexo industrial-militar ceifador de vidas e degradador da natureza. Suas propostas são as de autogestão, de desconcentração, de descentralização, de autonomia. Inspirado nos Anarquistas, o Movimento Verde é humanista, individualista e antipositivista (HERCULANO, 1992, p. 07)

A corrente Fundamentalista acredita que a espécie humana faz parte da natureza e assim sendo, não possuem direitos sobre outras criaturas, essa corrente é partidária do conhecido Deep Ecology³⁶ e propõe uma visão ecocêntrica e não-humanística.

Como ultima vertente, Herculano traz a corrente Eco-tecnicista que esta centrada em um movimento ambientalista acomodado que acredita na resolução dos problemas ambientais por meio do desenvolvimento da ciência e de suas técnicas.

Além destas contribuições, Herculano (1992) também colabora acerca das concepções dos movimentos ambientalista. Para a autora existe uma diferença significativa entre ambientalistas e ecologistas. Ambientalistas ou ambientalismo são tipos de movimentos mais convencionais preocupados com uma coibição em favor da natureza, enquanto que o ecologismo ou ecologista está mais ligado as questões sociais e ao campo político.

O que se pode notar com a discussão realizada até o momento é que existem diferentes terminologias utilizadas para se referir aos movimentos ambientalistas, todavia, foi possível notar uma preocupação, estabelecida por alguns autores, em utilizar destas terminologias. Foi possível observar também uma ampla diversidade de conceitos de movimento ambientalista, assim como ambientalismo, ecologismo e movimento ecológico.

Desta forma, no próximo capítulo apresentaremos os resultados da análise das teses e dissertações de EA/Movimentos ambientalistas, no qual foram analisados as características destes trabalhos com relação aos movimentos ambientalistas.

³⁶ Deep Ecology pode ser compreendido como um processo que coloca o homem como parte integrante do Universo, que valoriza todas as formas de vida. O movimento do Deep Ecology (Ecologia Profunda), é um conceito filosófico que entende que a humanidade, assim como cada elemento da natureza, deve ser preservado e respeitado, condições essas para garantir um equilíbrio da biosfera.

CAPÍTULO 4

OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo apresentamos uma análise dos trabalhos identificados com o tema de estudo: Movimentos Sociais/Movimento Ambientalista disponíveis no banco de teses e dissertações da Capes, catalogadas e classificadas pelo Projeto EarTE. Com base neste critério de busca foram identificados 57 trabalhos produzidos entre 1987 e 2009 (Anexo 1).

Com relação ao nível de produção acadêmica, pode notar no gráfico 1 que, dos 57 trabalhos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, há uma predominância de trabalhos defendidos em nível de mestrado, totalizando 46 pesquisas, o que representa mais de 80% da produção acadêmica, restando apenas 11 teses de doutorado.

Gráfico 1- Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com o tipo de produção acadêmica.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

É importante ressaltar que entre estas pesquisas não se encontra nenhuma dissertação de mestrado no nível profissional, todas são de mestrado acadêmico.

Quanto ao ano de publicação desses trabalhos, foi possível observar um aumento progressivo do número de teses e dissertações de EA classificadas no tema de estudo movimentos ambientalistas (Gráfico 2). Pode-se notar uma ausência de trabalhos

nos anos de 1987 a 1992, com apenas 02 trabalhos no ano de 1993 e um crescimento significativo na produção nos anos de 2001 a 2009.

Gráfico 2 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com o ano de publicação.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira.

Carvalho, Oliveira e Tomazello (2009) ao realizarem um estudo da produção da EA brasileira, também evidenciam um aumento significativo nas pesquisas de EA nos últimos dez anos.

Essa tendência de crescimento observado entre o *corpus* documental desta pesquisa, também é verificada no Relatório de Pesquisa produzido pelo EArte (Carvalho e outros, 2013), no qual é constatada um crescimento no número total de teses e dissertações em EA. Kawasaki e Carvalho (2009) também explicitam um crescimento no número de trabalhos apresentados no ENPEC entre 1997 e 2007

Outra constatação da análise das teses e dissertações catalogadas com este tema de estudo é a sua distribuição pelas regiões brasileiras. O Gráfico 3 exibe a distribuição percentual dos trabalhos produzidos nas cinco regiões brasileiras.

Gráfico 3 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 por regiões brasileiras (%)

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Observa-se uma alta concentração de trabalhos nas regiões Sul (23 trabalhos) e Sudeste (15 trabalhos). Nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte foram produzidos, respectivamente, 10, 06 e 03 trabalhos.

É importante ressaltar que em conjunto, as regiões Sul e Sudeste são responsáveis por 66% da produção de teses e dissertações com o tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista.

Carvalho e Farias (2011) ao realizar um balanço da produção científica em eventos de educação ambiental entre 2001 e 2009 também constataram uma forte concentração de pesquisas nas regiões Sudeste e Sul. Segundo as autoras, apesar de no período considerado os eventos serem realizados nestas duas regiões, esta situação não deixa de revelar as desigualdades regionais no Brasil, sobretudo, em relação a região Sudeste que “além da concentração populacional e dos indicadores de desenvolvimento econômico, concentra a maior parte dos movimentos ambientalistas” (CARVALHO; FARIAS, 2011, p. 130).

Rink e Megid Neto (2009) também contribuem para essa análise ao pesquisarem as produções do EPEA (Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental) compreendidas entre 2001 a 2005, os autores também reforçam uma alta concentração de trabalhos nos programas de Pós- Graduação nas regiões sul e sudeste.

Carvalho e outros (2013) também evidenciam essa alta concentração de trabalhos produzidos nas regiões Sul e Sudeste, atribuindo ao Estado de São Paulo e Rio de Janeiro a maior produção do país. Os autores explicam tal concentração devido a região sudeste ser a região com o maior número de pós-graduação do país.

Segundo os autores, esse resultado revela um dado preocupante para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, pois demonstra uma concentração de trabalhos em apenas dois Estados Brasileiros, o que dificulta o desenvolvimento da pesquisa em outras áreas de conhecimento e que acaba por contemplar uma grande diversidade ambiental e sociocultural.

Outra averiguação com a análise dos dados das teses e dissertações foi a identificação da área de conhecimento encontrada nos trabalhos. O gráfico 4 apresenta as áreas de conhecimento das teses e dissertações de EA/Movimentos Ambientalistas entre os anos de 1987 a 2009.

Gráfico 4 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 por área de conhecimento.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Com esse gráfico pode-se notar uma alta concentração de trabalhos na área da Sociologia, seguida pela área Geral. Trabalhos sem identificação da área de conhecimento totalizaram 08 pesquisas, no qual, não foi possível identificarem.

Em comparação com os dados totais dos trabalhos que integram o projeto EArte, é possível notar uma produção elevada de pesquisas nas áreas de conhecimento

em Educação, Ecologia, Turismo e Saúde Coletiva. Esta pesquisa obteve o maior número de produção de trabalhos nas áreas de Sociologia, Educação seguida da Antropologia. Os dados do EArte mostram que 11,7% dos trabalhos indicaram a área Geral de conhecimento, número que não difere muito dos resultados desta pesquisa já que 17,55% de teses e dissertações de EA/movimentos ambientalistas possuem a área de conhecimento Geral.

O indicador geral, segundo Carvalho e outros (2013), é uma abordagem genérica da área de conhecimento. Tratam-se de pesquisas que ocuparam-se de estudar propostas de EA/movimentos ambientalistas em espaços educativos não formais sem especificar uma área de conhecimento.

No Gráfico 5 pode-se observar a porcentagem de trabalhos consolidados e incluídos no Catálogo de Teses e Dissertações em Educação Ambiental no Brasil, relacionados com o contexto não escolar, conforme áreas de conhecimento.

Gráfico 5 - Porcentagem de trabalhos consolidados e incluídos no Catálogo de Teses e Dissertações em Educação Ambiental no Brasil, relacionados com o contexto não escolar, conforme áreas de conhecimento

Fonte: EARTE

Pode-se observar uma grande diversidade de áreas de conhecimento encontradas nos trabalhos de EA classificados no tema de estudo movimentos sociais/movimentos ambientalistas. Carvalho e outros (2013) também identificam essa diversidade nos dados gerais (Figura 1) e colocam que estas pesquisas possuem um referencial teórico variado.

A tabela a seguir exibe as Instituições de Ensino Superior nas quais foram produzidos os trabalhos.

Tabela 1 - Distribuição dos Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com as Instituições de Ensino Superior em que foram defendidos.

Regiões	Instituições	Doutorado	Mestrado
Centro-Oeste	Universidade Católica de Brasília		3
Centro-Oeste	Universidade do Estado do Mato Grosso		1
Centro-Oeste	Universidade Federal do Mato Grosso		5
Centro-Oeste	Universidade Nacional de Brasília	1	
Nordeste	Universidade Estadual de Santa Cruz –Ilhéus		1
Nordeste	Universidade Federal da Paraíba	1	
Nordeste	Universidade Federal do Ceará		1
Nordeste	Universidade Federal do Piauí		1
Nordeste	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2	
Norte	Universidade Federal do Amazonas		1
Norte	Universidade Federal do Pará		2
Sudeste	Pontifícia Universidade Católica – RJ	1	
Sudeste	Universidade de São Paulo	1	6
Sudeste	Universidade Estadual de Campinas		1
Sudeste	Universidade Federal de São Carlos	2	
Sudeste	Universidade Federal do Espírito Santo		1
Sudeste	Universidade Federal do Rio de Janeiro		2
Sudeste	Universidade Metodista de São Paulo		1
Sul	Universidade do Vale do Itajaí		4
Sul	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1	1
Sul	Universidade Federal de Santa Catarina		3
Sul	Universidade Federal de Santa Maria		2

continua...

Regiões	Instituições	Doutorado	Mestrado
Sul	Universidade Federal do Paraná	1	
Sul	Universidade Federal do Rio Grande	1	8
Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul		1
Sul	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul		
Total		11	46

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

As pesquisas foram realizadas em 26 instituições, tendo predominância de trabalhos nas instituições públicas de ensino. Carvalho e Schimdt (2008) também apontam o predomínio das IES públicas sobre as privadas. Carvalho e outros (2013) atribuem também uma maior produção de trabalhos em EA concentrando-se em universidades Federais e Estaduais. Os autores identificam uma alta concentração da produção em Universidades do Sudeste: a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP).

No que tange o número de trabalhos por instituições destacam-se a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Essa tendência de maior trabalhos se concentrando na FURG também foi verificada por Carvalho et al (2013) que nas análises geral da produção científica em EA, foi observado uma atribuição de mais de 50% dos trabalhos sendo produzidos nesta instituição.

Na FURG, os nove trabalhos defendidos são do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, que de acordo com a instituição busca em uma perspectiva interdisciplinar formar recursos humanos em todas as áreas do conhecimento (PPGEA - FURG, 2014). Essa tendência também é apontada por Carvalho et al (2013). Na UFMT as cinco dissertações defendidas foram no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Já na Universidade de São Paulo os trabalhos foram defendidos em programas diferentes, sendo dois (um doutorado e um mestrado) no programa de pós-graduação em Saúde Pública; um no programa de Ciência Ambiental; dois no programa de Recursos Florestais e um no programa de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) do campus de Piracicaba; um no Programa de Ciência da Engenharia Ambiental no campus de São Carlos.

Na UFMT as cinco dissertações defendidas foram no Programa de Pós-Graduação em Educação, no qual a linha de pesquisa - Movimentos Sociais, Política e Educação Popular “desenvolve estudos e investigações acerca da educação, fazendo a interlocução com diferentes conceitos - democracia, relações raciais, ambientalismo e movimentos sociais - especialmente sob o enfoque da filosofia política e das ciências sociais” (PPGE, UFMT, 2014).

Há que se destacar que a liderança da região Sul no número de publicações e no número de universidades que desenvolvem pesquisas sobre esta temática (22 trabalhos e 8 Instituições de Ensino). Os demais trabalhos produzidos em universidades da região Sul abordam uma amplitude de questões associadas ao tema movimento ambientalista que vão desde a ação de associações de moradores de bairros a construção de espaços de ação em redes sociais, passando para organização de pescadores, artesãos, catadores de materiais recicláveis, escolas rurais e ONGs.

Esta amplitude de temáticas tem sido uma das características das pesquisas em educação ambiental. Kawasaki e Carvalho (2009, p. 144) ao investigarem as tendências das pesquisas em educação ambiental notavam que:

Mais do que o aumento qualitativo dessas pesquisas, há que se destacar a amplitude e a abrangência dessa área de investigação, observável na diversificação de temáticas, linhas de pesquisa, áreas do conhecimento, sujeitos envolvidos, abordagens teóricas e metodológicas e contextos educacionais que, cada vez mais, ampliam-se e ocupam novos espaços sociais e educacionais.

Os 57 trabalhos selecionados para esta pesquisa foram defendidos em 26 programas diferentes, nos mais diversos campos de conhecimento. A tabela 2 expõe a distribuição das teses e dissertações por programas de pós-graduação.

Tabela 2 - Distribuição dos Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 de acordo com o Programa de Pós-Graduação em que foram defendidos.

Programas de Pós-Graduação	Doutorado	Mestrado
Antropologia		1
Ciência Ambiental		1
Ciência e Tecnologia Ambiental		1
Ciências Ambientais		1
Ciências da Comunicação	1	

continua...

Programas de Pós-Graduação	Doutorado	Mestrado
Ciências da Engenharia Ambiental		1
Ciências da Religião		1
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia		1
Ciências Florestais		1
Desenvolvimento		1
Desenvolvimento e Meio Ambiente		2
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente		1
Desenvolvimento Sustentável	1	
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido		1
Ecologia e Recursos Naturais	2	
Educação	4	14
Educação Ambiental	1	8
Engenharia Ambiental		1
Gestão de Políticas Públicas		1
História		1
Meio Ambiente e Desenvolvimento	1	
Planejamento e Gestão Ambiental		3
Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social		1
Recursos Florestais		2
Saúde Pública	1	1
Turismo e Hotelaria		1
Total	11	46

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Os dados mostram a predominância de trabalhos nos programas de Educação e Educação Ambiental, respectivamente, 31% e 15% do total dos trabalhos. Carvalho e outros (2013) apontam que a produção científica em EA, se encontra nos mais variados programas de pós-graduação vinculados nas mais distintas áreas de conhecimento

No que se referem ao contexto educacional, a maioria dos trabalhos são classificados como contexto não escolar. O gráfico 6 exhibe o contexto educacional dos trabalhos de EA/Movimentos Ambientalistas.

Gráfico 6 - Trabalhos identificados pelo tema de estudo Movimentos sociais/movimento ambientalista entre 1987 a 2009 segundo o contexto educacional.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Com relação ao contexto educacional que os 57 trabalhos do corpus documental desta pesquisa foi produzido, encontra-se uma predominância de pesquisas no contexto não escolar, com apenas um trabalho em contexto escolar. Em comparação com os dados totais do EArte, Carvalho e outros (2013) observam a maioria das teses e dissertações em contexto escolar. Ao analisarem essa característica por temas de estudo, os mesmos autores, salientam um predomínio de trabalho, com esse tema de estudo, enfocado no contexto não-escolar.

Os autores atribuem os trabalhos com contexto não escolar à presença da EA nas mais variadas formas de organização da sociedade civil, como os movimentos sociais e populares, o que explica-se, a predominância de trabalhos, nesta pesquisa, em contexto não escolar.

Essa qualidade educacional dos movimentos também pode ser observada em Gohn (2011, p. 333) ao destacar o caráter educativo dos movimentos sociais, não se resumindo a educação formal. Segundo a autora “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos”.

O único trabalho que apresenta apenas o contexto escolar é a dissertação de Mestrado em Ciências Florestais com o título A luta pela implantação de uma área verde urbana dentro de uma proposta de educação ambiental: estudo de caso no município de Votorantim -SP (ID: 1384) na qual abordou a mobilização de uma entidade ambientalista formada por estudantes de uma escola pública de primeiro grau e estudantes universitários para a implantação de uma área verde urbana no município de Votorantim – SP.

Já os trabalhos que foram classificados como de contexto escolar e não escolar (07 trabalhos) objetivam entre outras coisas analisar o papel da educação no interior dos movimentos sociais/ambientalista, percepção e práticas dos professores envolvendo questões ambientais e a relação entre escola e a comunidade ou ainda com organizações ambientais.

Para refinar a análise procuramos identificar como cada um dos termos que se referem ao enfoque da pesquisa: “movimentos ambientalistas/ movimentos ecológicos/ movimentos sociais/ecologismo/ambientalismo” – estão presentes no título, palavras-chave e resumo, para em seguida discutir o contexto destas pesquisas.

O termo ecologismo não é utilizado em nenhuma pesquisa selecionada, na análise do título, resumo e palavra chave. Já a expressão “movimentos ecológicos” é utilizada no título, nas palavras-chave e no resumo da dissertação (ID: 4338), na qual a autora buscou examinar a percepção dos primeiros ecologistas do Estado do Mato Grosso sobre a história do movimento ecológico no estado.

A pesquisa pelo termo “ambientalismo” no título, palavras-chave e resumo aponta para a existência de 06 trabalhos, apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – Teses e dissertações com o termo “ambientalismo” no título, palavras-chave e resumo.

ID	Título	Palavras-chave	Resumo	Unidade de Contexto
1515		X		Fundamentos do ambientalismo.
1790			X	Define o ambientalismo como "um movimento global de massas que possui atualmente grande importância nas discussões internacionais, tendência essa que o Brasil acompanha ao longo dos tempos".
2440			X	Afirma que no decorrer do trabalho surgiram algumas categorias empíricas, entre elas, a denominada: "o ambientalismo como instituição".
3404	X		X	Investiga a história do ambientalismo no Vale dos Sinos. Segundo o autor no segundo capítulo é analisado a "politização do ambientalismo a no segundo capítulo é analisado a "politização do ambientalismo a partir de lutas pela preservação da natureza e da interação dos ambientalistas com o poder público e com outros segmentos da sociedade". Já no último capítulo, "analisa fragmentos de memória importantes para a compreensão da dimensão cultural do ambientalismo".
3415			X	A pesquisa realiza um levantamento dos Centros de Educação Ambiental (Ceas) com o objetivo de oferecer "subsídios para entender as origens desse movimento, quais suas interfaces com a literatura do ambientalismo e da Educação Ambiental brasileira".
8066			X	A pesquisa apresentou o "propósito de identificar e analisar a formação da rede de Educação Ambiental no município de Blumenau, a partir da descrição do processo histórico de desenvolvimento do ambientalismo global e local e das ações socioambientais dos atores e das organizações ambientalistas".

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Conforme pode ser observado no quadro 1, o termo ambientalismo é utilizado nos resumos com significados diferentes, entre eles, como movimento global; como instituição; nas suas dimensões políticas e culturais; e ainda na sua escala global e local.

Já a pesquisa pelo termo “movimento ambientalista” no título, nas palavras-chave e no resumo apresenta um número maior de trabalhos, conforme podem ser visualizados no quadro 2.

Quadro 2 – Teses e dissertações com o termo “movimento ambientalista” no título, palavras-chaves e resumo.

ID	Título	Palavras-chave	Resumo	Unidade de Contexto
183		X		
197			X	“O estudo sustenta sua análise na perspectiva da teoria crítica, discute as relações entre Estado e sociedade no campo da EA pelo viés de Santos, tece considerações sobre a estruturação e organização do movimento ambientalista no campo da EA, em rede”.
254			X	“A presente tese constitui-se em um resgate das primeiras ações de práticas educativas e de ativismo ambientalista no Rio Grande do Sul, Brasil, que vivencia, entre o final da década de 30 e o início dos anos 60 do século XX, o desenvolvimento de um pioneiro e persistente movimento ambiental liderado por Henrique Luiz Roessler”.
1515			X	“Neste breve ensaio teórico, são apresentados elementos fundamentais do debate socioambiental, focalizando criticamente dois pontos: a Educação Ambiental e o movimento ambientalista”.
1790	X	X	X	“Para resgatar o movimento ambientalista piauiense, partiu-se da identificação das organizações ambientalistas do estado e do levantamento de contribuições das principais entidades para a questão ambiental”.
2013			X	“O foco deste trabalho está centrado na análise da atuação da ONG Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) no âmbito dos movimentos sociais com destaque para o ambientalista”.
3404			X	“Essa análise parte dos primórdios do movimento ambientalista brasileiro, retomando o trabalho iniciado por Henrique Luiz Roessler com a fundação da União Protetora da Natureza (1955), e estende-se até o começo dos anos 90, destacando lutas ambientalistas relevantes no vale do Rio dos Sinos e contemplando aspectos do desenvolvimento do ambientalismo que excedem o espaço geográfico abordado pela pesquisa”.

continua...

ID	Título	Palavras-chave	Resumo	Unidade de Contexto
3415			X	O objetivo do trabalho foi “pontuar o que são os Ceas na atualidade, o que fazem, como e para quem; para propor quais as principais categorias de Ceas existentes no país, como eles dialogam com princípios-chave do movimento ambientalista e da Educação Ambiental; dentre outras características no tocante à temática dos Ceas na atualidade”.
3560			X	“Esse trabalho aborda ações e políticas públicas envolvendo Educação Ambiental cuja prática e discussão constitui-se como inspiração de movimentos sociais ambientalistas nas cidades do Gama e em Águas Claras, no Distrito Federal”. [...] O trabalho refere-se ainda a “relação da Educação Ambiental com a atuação de movimentos sociais ambientalistas como instrumento dos processos de criação e de implantação de unidades de conservação no Distrito Federal”.
4338			X	“A preparação da ECO-92 foi um marco para o movimento do estado: houve a aproximação dos movimentos sociais com os movimentos ecológicos e ambientais”.
4898			X	A dissertação examina “os movimentos sociais e ambientalistas, bem como a participação da igreja e dos organismos ecumênicos que tem sido instrumentos de pressão junto às indústrias poluidoras e aos governos”.
5799			X	“Considero que a trajetória nos movimentos sociais populares, as atividades dentro do movimento ambientalista e a oportunidade de atuar como profissional no IBAMA/RS foi de suma importância na abordagem da temática”.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

A análise das unidades de contexto dos resumos nos quais o termo “movimentos ambientalistas” está presente evidencia que em muitas pesquisas utilizam a expressão em seu sentido genérico, ou seja, não destacando um grupo ou ação específica (IDs: 197,1515, 3415, 4398, 4898). Em outros trabalhos (IDs: 254, 1790, 3404, 3560) a abordagem sobre os movimentos ambientalistas está relacionada a um espaço geográfico definido, como é o caso dos estudos sobre os movimentos ambientalistas gaúcho, piauiense e do Distrito Federal.

O trabalho ID: 5799, por sua vez, não aborda movimentos ambientalistas, o termo é citado apenas como um elemento importante para a práxis da pesquisadora na

investigação do seu objeto de pesquisa, que se refere a análise crítica do contexto em que se insere a pesca artesanal na região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Outra pesquisa a ser destacada é a dissertação de Leandro Belinaso Guimarães (ID: 4722) que emprega o termo movimentos de defesa ambiental, para analisar a história das lutas ambientais no Rio Grande do Sul ao longo do século XX.

Por fim, utilizamos como critérios de busca o termo “movimentos sociais” no título, resumo e palavras-chave. Por este critério foram identificados os seguintes trabalhos e as suas respectivas unidades de contexto descritas no quadro 4.4. Cabe destacar que os trabalhos em que o termo movimento social já apareceu anteriormente na expressão movimento social ambientalista, (IDs: 2013; 3560, 4338; 4898; e 5799) não estão descritos neste próximo quadro.

Quadro 3 – Teses e dissertações com o termo “movimentos sociais” no título, palavras-chaves e resumo.

ID	Título	Palavras-chave	Resumo	Unidade de Contexto
197			X	A autora afirma que na pesquisa foi possível identificar “a institucionalização da EA no Brasil tanto no seu aspecto jurídico quanto político. Observou-se também que há uma postura de parceria entre os movimentos sociais representados pela REBEA, em substituição à, ainda existente nos anos 2000, postura reivindicatória e denunciata mais presente nos movimentos sociais dos anos 80”.
521			X	O trabalho refere-se a um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre, cujo um dos objetivos era analisar “as interações comunicacionais com os campos dos movimentos sociais, institucional governamental e midiático”.
1683		X	X	“O eixo teórico da dissertação são as categorias movimentos sociais e pedagogia da alternância, desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade, e suas revisões a fim de incorporarem o discurso da educação para a sustentabilidade, e sua articulação para o alcance do desenvolvimento rural sustentável proposto pelas EFA”.
2795			X	A pesquisa “relaciona a crise ambiental ao modelo de desenvolvimento hegemônico, analisando os movimentos sociais e o despertar para uma conscientização”.

continua

ID	Título	Palavras-chave	Resumo	Unidade de Contexto
4338			X	A preparação da ECO-92 foi um marco para o movimento do estado; houve a aproximação dos movimentos sociais com os movimentos ecológicos e ambientais, e a criação do fórum mato-grossense de meio ambiente e desenvolvimento, que congrega vários segmentos organizados da sociedade civil.
5554			X	O trabalho objetivou “construir um panorama da Educação Ambiental brasileira a partir da análise de documentos do V Fórum Brasileiro De Educação Ambiental” e a os resultados mostraram que “estamos vivenciando um momento de hibridização entre características da origem da Educação Ambiental brasileira conservacionista e as inovações trazidas pela perspectiva crítica. A partir dessa interlocução e dos conflitos gerados por essa hibridização, explicito demandas para o campo, tais como a aproximação de movimentos sociais, o maior diálogo com o contexto escolar, o aprofundamento conceitual para práticas em educação ambiental, a discussão sobre o papel das redes, entre outros”.
5652			X	“O encontro da Eco-92 desencadeou um processo de reflexões dando ênfase ao nexo entre a problemática ambiental, a diversidade cultural, ao desenvolvimento sustentado e a equidade social. Ambientalistas, ONGS, movimentos sociais e governos envolvem-se diretamente com maior ou menor criticidade na efervescência do debate ambiental”.
7181		X	X	“Sabendo da importância de compreendermos e fortalecermos os espaços coletivos de construção de conhecimentos e desenvolvimento de ações ambientais para a participação popular e exercício da cidadania, escolhemos como tema de pesquisa as relações entre a educação ambiental e os movimentos sociais, no processo de discussão e ação no campo ambiental”.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Os trabalhos elencados neste quadro abrangem estudos que de alguma forma abordam a relação dos movimentos sociais com outros movimentos, organizações e instituições ambientalistas, sobretudo no que se referem a ações de educação ambiental, conforme apontam o descritor do tema de estudo.

Além destes, há um conjunto de trabalhos que tratam de determinadas práticas e ações ambientais de movimentos sociais, cuja principal bandeira não está na

questão ambiental, como é o caso dos trabalhos relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Quadro 4 – Teses e dissertações sobre ações e práticas de movimentos sociais.

ID	Título	Objetivo
398	Esverdeando a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade em assentamentos rurais no estado de Goiás.	Este trabalho procurou abordar alguns elementos relacionados ao aparecimento da temática ambiental nas práticas dos diversos atores sociais (MST; MSTR; parte da Igreja Católica; instituições do poder público e agricultores assentados) em experiências de luta pela terra que se destacaram como conflitos socioambientais e que garantiram a conformação de assentamentos de reforma agrária no interior do estado de Goiás.
481	Educação e sustentabilidade: assentamentos Maria da Paz, João Câmara/RN.	Este trabalho se constitui em uma pesquisa-ação no campo da educação ambiental, orientada para a construção do parcelamento do solo do Assentamento Maria da Paz, em João Câmara/RN, enquanto processo de aprendizagem social, de produção coletiva de novos conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente. Foi consolidado através de uma parceria entre a UFRN (GERAH/DARQ e GEPEM/DEPED), MST e INCRA/RN.
865	Educação Ambiental nos assentamentos do MST.	O presente trabalho apresenta a EA nos assentamentos do MST, tendo como objetivo geral analisar os princípios e a prática dos/as assentados/as sobre meio ambiente e EA nos assentamentos rurais da reforma agrária acompanhados pelo MST.
2425	Educação Ambiental e movimento dos atingidos por barragens, no contexto da Barragem Castanhão. Um estudo no reassentamento Alagamar, Jaguaribara-Ceará.	Esta pesquisa investigou as práticas e concepções do MAB face à sua política, pedagogia e as questões ambientais, destacando-se o contexto da barragem Castanhão que deslocou forçosamente mais de 10 mil pessoas, e um de seus reassentamentos, o Novo Alagamar.
5338	De “coisa de pequeno burguês” para um debate relevante: a trajetória ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – 1984-2004.	Este trabalho contextualiza o processo de aproximação e de abordagem da temática ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Teve como objetivo principal identificar a educação ambiental que vem sendo construída neste movimento social, considerando o período de análise de 1984 a 2004.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Além destas pesquisas há uma série de teses e dissertações relacionadas a educação ambiental para os povos do campo, formado pelos:

[...] agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre práticas ambientais e de educação ambiental junto a populações do campo

ID	Título	Objetivo
1462	Em busca da potência de ação: educação ambiental e participação na agricultura caiçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP	“A pesquisa desenvolveu-se no bairro caiçara de Pedrinhas, localizado no interior de uma Unidade de Conservação, a Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida - Vale do Ribeira/São Paulo. O objetivo maior desta pesquisa é contribuir para a decodificação de elementos que possam propiciar uma cultura participativa, oferecendo, desta forma, subsídios para o enfrentamento de algumas das lacunas de conhecimento existentes no campo da Educação Ambiental a respeito de seus elementos fundantes”.
1535	Histórias que os pescadores não contaram: as narrativas dos sonhos das mulheres da comunidade pesqueira da 4ª seção da Barra do Rio Grande na construção de uma educação ambiental no horizonte do impossível.	“A pesquisa investiga as possibilidades de transformações em nossa realidade a partir dos nossos sonhos. Para isso, é estudada a experiência vivida pela pesquisadora e pelas artesãs dentro do Grupo de Artesãs da Barra (GAB), sediado na comunidade pesqueira da 4ª Seção da Barra do Rio Grande/RS”.
1388	O Diagnóstico Rural Participante (DRP) e a comunicação grupal como forma de participação: um estudo de caso do agroturismo em Derrubadas, Rota do Yucumã – RS.	“Esta pesquisa tem como objetivo principal contribuir para o debate acerca da importância da alternativa turística no meio rural e os papéis da comunicação no processo de informação e formação dos agricultores”.
2964	A Educação Ambiental e participação comunitária nas entrelinhas de um planejamento espacial local.	“A pesquisa traz uma abordagem pautada na Educação Ambiental Emancipatória, buscando explorar temas como a participação, percepção ambiental no processo de planejamento espacial, no exercício da cidadania. O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a comunidade ribeirinha de Bonsucesso, localizada na zona rural do município de Várzea Grande, no centro-oeste brasileiro”
3061	Perfil histórico, socioeconômico e cultural da comunidade da Costa da Lagoa - Lagoa da Conceição - Florianópolis, SC.	“Este trabalho traça um perfil histórico socioambiental da Costa da Lagoa” (pescadores).

continua...

ID	Título	Objetivo
3183	Todas as vidas do ribeirão, Meio Ambiente, cotidiano e Educação na comunidade ribeirinha de São Gonçalo, Cuiabá, Mato Grosso	“Este estudo tem como objetivo conhecer o universo do ribeirão da comunidade de São Gonçalo, situada à margem esquerda do Rio Cuiabá, estado de Mato Grosso, Brasil. Dentro de uma perspectiva etnográfica, coloca em evidência a dinâmica sociocultural do ribeirão, apontando para elementos cotidianos que integram a relação homem-natureza”.
4366	Colonização e sustentabilidade: estudo de caso da comunidade de Nova Guarita MT.	“O presente trabalho foi desenvolvido na linha da Educação Ambiental e versa sobre o processo de assentamento, ocupação, desenvolvimento de comunidades rurais pioneiras, localizadas ao longo da rodovia MT-208, no município de Nova Guarita MT, e o processo de sustentabilidade/insustentabilidade do modelo ali desenvolvido”.
4502	Revelando a Marambaia: uma prática participativa de Educação Ambiental com pequenos produtores rurais na APA Costa de Itararé - Serra Grande.	“Esta dissertação apresenta os desafios enfrentados na luta pela sobrevivência por uma comunidade rural - Assentamento de Reforma Agrária "Marambaia", inserida na Área de Proteção Ambiental - Apa Costa de Itararé-Serra Grande. A pesquisa teve a intenção de compreender como os pequenos produtores rurais (assentados) da Marambaia se relacionam com o meio ambiente, como percebem as influências de uma unidade de conservação (APA) em seu ambiente de vida e de orientar a busca de soluções para a melhoria da sua qualidade de vida”.
5799	Educação Ambiental: um convite a participação	“O presente trabalho propõe reflexão crítica sob o contexto em que se insere a pesca artesanal na região sul do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente nos municípios do entorno do estuário da Lagoa dos Patos”.
6703	Educação Ambiental e processo de trabalho: um estudo da autoorganização de coletivos de trabalhadores na colônia de pescadores Z3 - Pelotas/RS	“O objetivo é analisar o processo de auto-organização dos coletivos de trabalhadores da colônia de pescadores Z3 (localizada na metade sul do RS) por meio da análise dos componentes do processo de trabalho (necessidade, finalidade, força de trabalho, objeto(s), produto e instrumentos) e da Educação Ambiental - EA, em alguns de seus princípios, os quais são relacionados a ética da responsabilidade”.
6816	Território de Mata Cavalo: identidades em movimento na Educação Ambiental.	“Compreender os significados e sentidos que orientam o movimento de luta em favor do direito a um território ancestral” (quilombola).
6892	Desafios da Educação Ambiental na Articulação entre Escola e Assentamentos da Reforma Agrária.	“O objetivo da pesquisa era gerar/detectar práticas de educação ambiental no seio da escola e verificar em que situação encontravam-se essas práticas no assentamento Conquista da Liberdade, em Piratini/RS, possibilitando, assim, desenvolver um estudo a partir de uma perspectiva ambiental e construir conhecimento na articulação entre a escola e o assentamento”.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

A análise dos resumos também possibilitou identificar uma série de trabalhos relacionados à associação de moradores (ID: 620) e comunidades locais (IDs: 1610, 3096, 3131), que embora não se configurem como movimentos, expressam novas formas de organização e mobilização por causas ambientais, que podem ser repensadas na definição do descritor do tema de estudo.

Com a análise dos resumos, foi possível também averiguar que, das 57 teses e dissertações que compõe o corpus documental da presente pesquisa, 12 trabalhos não apresentam no título, resumo e palavras-chave as unidades de registro relacionadas ao trabalho em questão – Movimentos Ambientistas, Movimentos Ecológicos, Ecologismo, Ambientalismo e Movimento Social. O quadro 6 nos mostra as teses e dissertações em questão.

Quadro 6 – Teses e Dissertações sem os termos nos títulos, resumos e palavra-chaves.

ID	Título	Escopos
465	Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes.	Interpretar algumas experiências em educação ambiental no estado do Acre a partir das lutas territoriais desde os povos indígenas, passando pelos seringueiros, ribeirinhos, com especial destaque ao fenômeno Chico Mendes.
1277	Uma ecologia de base complexa.	Sistematizar e discutir o conhecimento ecológico construído por meio de saberes da tradição com base numa ecologia complexa. O trabalho focaliza os conhecimentos ecológicos da lagoa do Piató, município de Assu, no Estado do Rio Grande do Norte.
1384	A luta pela implantação de uma área verde urbana dentro de uma proposta de educação ambiental: estudo de caso no município de Votorantim (SP).	O presente estudo aborda a questão da luta pela implantação de uma área verde urbana ocorrida no município de Votorantim, SP, por parte de uma entidade ambientalista formada por estudantes de uma escola pública de primeiro grau e estudantes universitários.
1684	(In)Sanidade ambiental e (in)segurança alimentar: ações da Pastoral da Criança em bairros periféricos de Manaus.	Analisar o papel da sociedade civil organizada na promoção da sanidade ambiental e segurança alimentar sob o ponto de vista das ações que a Pastoral da Criança vem desenvolvendo nas, assim denominadas, comunidades Cristo Rei, Santa Clara e Santa Inês-Manaus.
1855	Temática ambiental – instituições envolvidas e a imprensa na cidade de São Paulo	Conhecer e classificar as entidades ligadas à temática ambiental na cidade de São Paulo, através dos artigos publicados na imprensa de 02/81 a 12/91.

continua...

ID	Título	Objetivo
2230	Educação Ambiental: ações compartilhadas escola e comunidade	Esta pesquisa está vinculada a uma proposta de Educação Ambiental (EA) respaldada teórica e metodologicamente na investigação-ação emancipatória e na concepção freireana. Na proposta da investigação-ação, o pesquisador interage com os sujeitos sociais do contexto investigado por meio do diálogo, reconhecendo como essencial a articulação entre os conhecimentos escolares, os advindos da vivência da comunidade e aqueles abarcados a partir da aproximação de técnicos de diferentes instituições governamentais e não-governamentais.
2679	Da formação de grupos a ação coletiva: uma análise com grupos de jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema.	Analisar o processo de formação do Jumafi (Jovens Unidos Para a Mobilização da Fazenda Ipanema), grupo de jovens do assentamento rural da fazenda Ipanema, localizada no município paulista de Iperó, motivados pela busca a alternativas de geração de renda ambiental e socialmente sustentável, sob a luz da Educação Ambiental.
2955	Águas pantaneiras nos ritos, mitos e gritos da Educação Ambiental.	Pesquisar as lendas e mitos que fazem parte da comunidade ribeirinha.
3300	Entre as asas da Serra	Analisar os caminhos trilhados em uma proposta de resgate histórico cultural realizado em parceria com professoras do bairro da Serra, cidade de Iporanga, São Paulo.
3978	Fóruns (Brasileiro) de Educação Ambiental: algumas articulações no contexto do horizonte da Educação Ambiental	Trabalho que teve como objetivo a ampliação do nosso entendimento de como vem constituindo-se a Educação Ambiental no Brasil e no mundo.
4691	A Floresta Sagrada da Tijuca: estudo de caso de conflito envolvendo uso público religioso de parque nacional	A presente pesquisa objetiva desenvolver estudos na interface dos campos da conservação e da Justiça Ambiental, buscando analisar conflitos socioambientais relacionados ao uso público religioso de parques nacionais.
7050	As abordagens sobre redes sociais: o capital social como recurso de sustento a ação coletiva na Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental	Este trabalho teve por finalidade, através da utilização da análise das redes sociais (network analysis), descrever o processo de formação e implantação da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASUL), para identificar a influência do capital social, constituído e fortalecido na mesma, para o sustento da rede parcial, constituída pela equipe gestora (CGP), das instituições envolvidas e da rede coletiva.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira.

A leitura dos resumos dos trabalhos que não fazem referência a nenhum dos termos utilizados, permitiram averiguar que são pesquisas que, de um modo geral, analisam as lutas territoriais de comunidades ribeirinhas, indígenas, reivindicações de grupos de jovens, de professores, seringueiros, instituições e parques nacionais, que possuem o pensamento ecológico como foco principal de suas lutas e reivindicações.

De um modo geral, ao analisar o conceito de movimentos ambientalistas proposto por Carvalho (2006), no qual a autora defende que os movimentos ambientalistas são grupos, associações e organizações da sociedade civil que objetivam variados tipos de denúncias voltadas aos impactos ambientais, entende-se que estas pesquisas podem ser entendidas como trabalhos que, de alguma maneira se referem aos movimentos ambientalistas.

Como exemplo temos o trabalho (ID: 465), intitulado *A Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes* que aborda a questão das experiências de EA a partir das lutas territoriais, perpassando pelos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e o fenômeno Chico Mendes no Estado do Acre.

Outro trabalho que pode ser citado como exemplo é a dissertação de mestrado - *Educação Ambiental: ações compartilhadas escola e comunidade* (ID: 2230) que trabalha, em uma proposta da investigação-ação, os sujeitos sociais do contexto investigado por meio do diálogo, reconhecendo como essencial a articulação entre os conhecimentos escolares, os advindos da vivência da comunidade e aqueles abarcados a partir da aproximação de técnicos de diferentes instituições governamentais e não-governamentais.

Por meio da leitura dos resumos, observou-se também uma ênfase destas pesquisas nos movimentos sociais, que é apontada por alguns autores elencados nos referenciais teóricos e já assinalado na presente dissertação, como Gohn (2000) e Carvalho (2006), que explicitam a aproximação do movimento ambientalista com o movimento social por meio do conceito dos movimentos ambientalistas, no qual as autoras conceituam o movimento ambientalista como um tipo de movimento social, porém, com seu foco voltado para a preservação ambiental. Se recorrermos ao conceito de movimentos sociais propostos por Gohn (2011) verifica-se que um movimento social pode ser compreendido como um conjunto de ações coletivas com carácter político e sociocultural que possibilitam distintas formas de a população se organizar e expressar suas demandas. Desta forma, pode-se compreender a aproximação destes trabalhos de EA/movimentos ambientalistas com os movimentos sociais.

Observa-se, portanto, nestes trabalhos, pesquisas com um amplo espectro de práticas e atores, o que acaba por associar inúmeras tendências e propostas orientadoras de suas práticas, características estas do movimento ambientalista,

apontada por Jacobi (2003), que coloca os movimentos ambientalistas dos dias atuais, voltado às necessidades de composição de uma cidadania para os desiguais com destaque nos direitos humanos, ao impacto da degradação nas condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, além disso, na necessidade de ampliar a assimilação, pela sociedade, nas práticas centradas na sustentabilidade por meio da EA, características estas que podem ser observadas nas análises dos resumos das teses e dissertações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa constatou que a produção acadêmica no campo da EA se encontra com uma diversidade de trabalhos distribuídos em diferentes níveis de titulação, programa de pós-graduação, regiões do Brasil e dependências administrativas. Na análise de pesquisa e dos dados institucionais, verificou-se uma predominância de trabalhos produzidos em nível de mestrado acadêmico, defendidos em universidades públicas em Programas de Pós em Educação e EA, nas regiões Sul e Sudeste do país. Com relação a análise da ficha de classificação, foi possível observar uma alta concentração de trabalhos produzidos entre os anos de 2006 e 2008 e uma ausência da produção nos anos de 1994, 1995 e 1996, dados que não diferem de resultados de outras pesquisas realizadas sobre o estado da arte de EA.

Com relação ao contexto educacional tratados nesses trabalhos, há uma predominância de teses e dissertações no contexto não escolar constando apenas um trabalho incluso no contexto escolar, dados que diferem dos resultados obtidos do relatório EArte, no qual Carvalho e outros (2013) observam uma quantidade significativa de trabalhos que abordam o contexto escolar. A indicação elevada do número de teses e dissertações com contexto não escolar apontam uma relação com resultados de outras pesquisas que sugerem que esse contexto educacional são as variadas formas da EA se manifestar na sociedade civil por meio dos movimentos sociais.

Sobre a área de conhecimento encontrada nas pesquisas a mais identificada, foi a área de Sociologia, seguida de Educação e Antropologia que, em comparação com dados do EArte, obteve-se resultados diferentes. O relevante desses dados, segundo Carvalho e outros (2013) é a diversidade de áreas de conhecimento encontrada nesses trabalhos, indicando um alto grau de diversidade dessas pesquisas.

O exame do conjunto dos 57 resumos nos permite afirmar que o tema de estudo movimentos sociais/ movimento ambientalista abrange uma pluralidade de pesquisas, com enfoque e escalas de análise diferenciadas, que vão desde estudos sobre práticas e ações de movimentos sociais, ambientalistas ou ecológicos, passando por pesquisas históricas e etnográficas sobre determinados grupos sociais, bem como, ONGs, fóruns de discussão, povos do campo, grupos de artesãos, associações de bairros e comunidades locais, dados que podem ser observados em autores como Gohn (2001), que nos mostram essa abrangência ampla do que seria um movimento ambientalista.

Embora a questão ambiental e a educação ambiental perpassem por todos os trabalhos, em alguns os objetivos da pesquisa apresentados no resumo não deixaram claros, a relação com os movimentos sociais e/ou ambientalistas.

Também foi possível notar que o termo movimento ambientalista é mais empregado do que as expressões movimento ecológico, ambientalismo e/ou ecologismo, a partir da análise dos resumos. O termo ecologismo não foi citado no resumo das 57 teses e dissertações com o tema de estudo Movimentos Sociais/movimento ambientalista e que compõe o *corpus* documental da pesquisa, dado que merece destaque já que o referencial teórico da presente dissertação traz diferenciações significativas entre as terminologias empregadas para se referirem aos movimentos e nas concepções de cada termo, principalmente entre ambientalismo e ecologismo.

Diante de todo o contexto, foi possível confirmar a relação existente entre os Movimentos Ambientalistas e a EA, apesar de apenas 57 trabalhos tratarem do tema em questão, já que a busca pelo *corpus* documental foi realizado pelos trabalhos que se encontravam classificados no tema de estudo *Movimentos sociais/ movimentos ambientalistas*. Essa relação pode ser classificada como de extrema importância e diversificada para o campo da pesquisa em Educação Ambiental, pois, por meio da leitura dos resumos, nos permitiu identificar a formação da EA no interior das lutas e discussões realizadas pelos movimentos ambientalistas, como apresentada por Carvalho (2006).

Com relação às terminologias utilizadas para com os movimentos ambientalistas nestas pesquisas, foi possível averiguar a utilização de termos, pelos autores das pesquisas, sem que se tenha um conhecimento acerca destes, com suas características diversificadas assim como conceitos e concepções destes movimentos. Todavia, não foi possível aprofundar estes aspectos na presente pesquisa, pois era necessário a leitura de todo o *corpus* documental da presente dissertação.

Finalizando evidencia-se a importância dos movimentos ambientalistas para a Educação Ambiental, apesar da diversidade apresentada nesse trabalho, por estas pesquisas. Ressalta-se também, como destacado nesta dissertação e de acordo com o referencial teórico adotado, a relação existente entre os movimentos ambientalistas e a Educação Ambiental por meio da análise das teses e dissertações.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. av.** [online]. São Paulo, vol. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>> Acesso em 15 de jan. de 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2008.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S.K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradução de Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Baptista. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BONES, E.; HASSE, G. **Pioneiros da Ecologia**. Breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 16 de maio. 2014.

_____. **Lei 6.938 de 31 de agosto 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 16 de dez. 2014.

_____. Ministério da Cultura. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

CARIDE, J. e MEIRA, P. **Educación y Desarrollo Humano**. Barcelona: Ariel, 2001.

CARNEIRO, A. C. **A história do ambientalismo**: o Socialismo, a Direita e o Ecologismo. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Pórtico, 1962.

CARVALHO, L.M.; MEGID NETO, J. (coord) et al. **A Educação Ambiental no Brasil**: análise da produção acadêmica (dissertações e teses). Projeto de Pesquisa, 2010.

CARVALHO; L. M. de; OLIVEIRA, H. T. ; TOMAZELLO, M. G. G. **Pesquisa em Educação Ambiental**: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas.

Cadernos Cedes, Campinas, v.29, n. 77, p. 13-27, jan/abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação**. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

_____. **Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico**. 3ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

CARVALHO, I. C. M.; FARIAS, C. R. de O. Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPEd, ANPPAS e EPEA). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 119 – 134, jan. abr. 2011.

CAVALARI, R. M. F. As concepções de Natureza no Ideário Educacional no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. In: V. Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, Bruxelas, abr. 2007. Disponível em: <www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/CyT-MA/CyTMA-2-CAVALARI.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DECLARAÇÃO DO POVO DA TERRA. **Uma agenda para o futuro**. 1992. Disponível em: < http://www.aspan.org.br/tratado_ongs/39-POVO_TERRA.PDF>. Acesso em: 13 de set. de 2014.

DIAS, G. F. Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento. **Em Aberto**. Brasília, v.10, a49, jan/mar. 1991.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB. 1994.

DUARTE, R. H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. São Paulo, Ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 18 de dez. 2014.

GAUDIANO, E.G. e KATRA, L. F. Valores e Educação Ambiental: aproximações teóricas em um campo em contínua construção. **Educação e Realidade**, p. 41-65, .Set/dez. 2009.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333 – 361, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. de 2015.

_____. **O Protagonismo da sociedade civil**. Ed. Cortez, São Paulo, 2005.

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v.5, n. 1, p. 11 – 40, jan./jun. 2000.

HERCULANO, Selene Carvalho: **Do desenvolvimento nvolvimento (in)suportável à sociedade feliz**, in coletânea Ecologia, Ciência e Política, coordenação de Mirian Goldenberg, pág. 9-48, 1992.

JACOBI, P. R. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 131-158, nov./dez. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6353/0>>. Acesso em: 10 de set. de 2014.

_____. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.). **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

KAWASAKI, C. S.; CARVALHO, L. M. Tendências da pesquisa em educação ambiental. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.143-157, dez. 2009

LACERDA, A. B. Educação Ambiental entre o humano, o não humano e o desumano. In: JACOBI, P.R. TRISTÃO, M. (Orgs). **Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes: 2001.

LEIS, H. R. O desafio ecológico à ordem mundial. In: Leis, H.R. (Org.) **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUC-Rio. 1991. p. 07 - 22.

LISBOA, M. V. **Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos**. In: PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, vol. 3, n. 1, p. 187-201, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

LUTZENBERGER, J. A. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. Porto Alegre: Movimento, 1980.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental**. 1999. 365f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MENDES, C. A Luta dos Povos da Floresta. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 7, p. 09-22, abr. de 1990.

OLIVEIRA, E. et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.4, n.9, p. 11 - 27, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?ddl=637&dd99=view>>. Acesso em agosto de 2010.

OLIVEIRA, L. D. de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável na CNUMAD – 1992 (Eco-92): entre o global e o local, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**: Ponta Grossa, n. 1, 2011, p. 43-56.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil". In: PÁDUA, J.A (org.). **Ecologia e política no Brasil, espaço e tempo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: Leis, H. R. (Org.) **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUC-Rio. 1991. p. 135-161

PORTO GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

_____. **Chico Mendes: memória de um ecossocialista**. 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/chico_mendes_2005.pdf> Acesso em: 14 de jan. de 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PPGEA/FURG). **Programa de Pós - Graduação em Educação Ambiental**. 2014. Disponível em: < <http://www.educacaoambiental.furg.br/>>. Acesso em 09 de jan. de 2015.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE/UFMT). **Linha de pesquisa**: movimentos sociais, política e educação popular. 2014. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/ppge/linhas/movimentos.htm>>. Acesso em 09 de jan. de 2015.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. **Estudos avançados** [online]. São Paulo, vol. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>>. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

SANTOS, M. F. A Destruição da natureza e os arautos do consevacionismo brasileiros nas primeiras décadas do século XX. In: **Revista Uniara**. nº 21/22, 2008/2009.

Disponível em: <http://www.uniara.com.br/revistauniara/pdf/21/02_margaret.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2014.

SATO, M. T. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001. Disponível em: <<http://www.revistaeta.org/artigo.php?idartigo=108>>. Acesso em 02 de fev. de 2015.

SIRKS, Enquanto isso na Terra do Pau Brasil. In MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, p. 216-224.

TRISTÃO, M.; JACOBI, P. R. (Orgs). **Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800); tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIOLA, E. J. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 1, n. 6, p. 6 – 12, jan./jun. de 1992.

_____. O movimento Ecológico no Brasil (1974 - 1986): do ambientalismo à ecopolítica: In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 03, Florianópolis: UFSC. 1987.

VIOLA, E. J.; LEIS, V. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: Leis, H. R. (Org.) **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUC-Rio. 1991. p. 23-50.

VIOLA, E. J. ; LEIS, H. R. O ambientalismo multissensorial no Brasil para além da Rio - 92: O desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p.134 - 160.

VIOLA, E. J.; NICKEL, J. W. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. In: **Novos Estudos** - CEBRAP, n. 40, nov., p. 167-170, 1994.

VIOLA, E.; VIEIRA, P. Da Preservação à Natureza e de Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Editora: Fundação Getúlio Vargas, n. 26, p. 81 - 104, out/dez. 1992. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8724/pdf_47>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

ANEXOS

Anexo 1 - Trabalhos identificados pelo tema de Estudo Movimentos Sociais/Ambientalistas.

ID	Autor	Título
183	PALOS, Cássia Maria Carraco	Vozes da cratera: representações, sentidos, significados e práticas da questão socioambiental no cenário urbano.
197	PEREIRA, Celso Sánchez	Os nós, os laços e a rede: considerações sobre a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil.
254	PRADO, Daniel Porciuncula	A figueira e o machado – raízes de Educação Ambiental no Sul do Brasil: práticas educativas e militância ambiental na perspectiva do cronista Henrique Luiz Roessler.
398	CURADO, Fernando Fleury	Esverdeando a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade em assentamentos rurais no estado de Goiás.
465	MEDEIROS, Heitor Queiroz de	Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes.
481	PAULA, Hiramisis Paiva de	Educação e sustentabilidade: assentamentos Maria da Paz, João Câmara/RN.
521	MAZZARINO, Jane Márcia	A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais midiáticas do movimento socioambiental: um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, em Porto Alegre.
620	COSTA, Laura Jesus de Moura e	Organizações de bairro: história e práticas comunitárias que possam levar à sustentabilidade do meio na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares – Paraná – Brasil.
865	GALVÃO, Maria Neuma Clemente	Educação Ambiental nos assentamentos do MST.
1277	TABOSA, Wyllys Abel Farkatt	Uma ecologia de base complexa.
1384	MELO, Adriano Lopes Pereira de	A luta pela implantação de uma área verde urbana dentro de uma proposta de educação ambiental: estudo de caso no município de Votorantim (SP).
1388	FRANCESCATO, Adriano Nicolodi	O Diagnóstico Rural Participante (DRP) e a comunicação grupal como forma de participação: um estudo de caso do agroturismo em Derrubadas, Rota do Yucumã – RS.
1462	PINTO, Alessandra Buonavoglia Costa	Em busca da potência de ação: educação ambiental e participação na agricultura caiçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP.
1515	FERREIRA, Alexandre Garcia Gonçalves	O ambiente da educação e a educação no ambiente: considerações sobre a natureza e os fundamentos do ambientalismo.

continua...

ID	Autor	Título
1535	MONTEIRO, Alice Fogaca	Histórias que os pescadores não contaram: as narrativas dos sonhos das mulheres da comunidade pesqueira da 4ª seção da Barra do Rio Grande na construção de uma educação ambiental no horizonte do impossível.
1610	LACERDA, Ana Braga de	Vida à volta do parque: Educação Ambiental pelos caminhos da ética complexa e da transdisciplinaridade.
1683	NASCIMENTO, Ana Lúcia Cardoso	Escolas-Família Agrícolas e Agroextrativistas do Estado do Amapá: práticas e significados.
1684	SILVA, Ana Ligia de Queiroz Limeira e	(In)Sanidade ambiental e (in)segurança alimentar: ações da Pastoral da Criança em bairros periféricos de Manaus.
1790	FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes	História do Movimento Ambientalista: a trajetória do Piauí.
1855	CHAVES, Andre Preissler Loureiro	Temática ambiental – instituições envolvidas e a imprensa na cidade de São Paulo.
2013	SANTOS, Antônio de Pádua e Mesquita dos	“A Atuação de Organizações Não-Governamentais na Governança Ambiental da Amazônia: o Caso da ONG Fase no Município Paraense de Gurupá”.
2230	AZEVEDO, Carla Juny Soares	Educação Ambiental: ações compartilhadas escola e comunidade.
2425	ARAUJO, Christianne Evaristo de	Educação Ambiental e movimento dos atingidos por barragens, no contexto da Barragem Castanhão. Um estudo no reassentamento Alagamar, Jaguaribara-Ceará.
2440	MACHADO, Cimara Corrêa	O dever híbrido das ONGs ecológicas: a Educação Ambiental interpretando os fluxos que atravessam e transversalizam.
2679	VELASQUEZ, Cristina Suarez Copa	Da formação de grupos a ação coletiva: uma análise com grupos de jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema, Iperó-SP.
2779	VERAS, Daniela Vicente.	A sustentabilidade da produção artesanal nos municípios catarinenses da Península de Porto Belo – SC.
2795	SILVA, Danielle Aita da	Ambiente e Educação Ambiental: rumo ao desenvolvimento sustentável.
2894	CARDOSO, Denise Machado	Mulheres catadoras: uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo.
2955	WATANABE, Dolores Aparecida Garcia	Águas pantaneiras nos ritos, mitos e gritos da Educação Ambiental.
2964	SILVA, Dorcas Florentino de Araújo	A Educação Ambiental e participação comunitária nas entrelinhas de um planejamento espacial local.
3061	DIAS, Eduardo	Perfil histórico, socioeconômico e cultural da comunidade da Costa da Lagoa - Lagoa da Conceição - Florianópolis, SC.
3096	NEVES, Elaine da Silva	A problemática socioambiental de uma comunidade discutida a partir de encontros democráticos.
3131	BÄR, Eliana Cristina	Parque Nacional do Iguaçu e comunidade do entorno: gestão e conflitos.
3183	JANUÁRIO, Elias Renato da Silva	Todas as vidas do ribeirão, Meio Ambiente, cotidiano e Educação na comunidade ribeirinha de São Gonçalo, Cuiabá, Mato Grosso.

continua...

ID	Autor	Título
3300	SPEGLICH, Érica	Entre as asas da Serra.
3404	RUCKERT, Fabiano Quadros	História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos.
3415	SILVA, Fábio Deboni da	Mapear Centros de Educação Ambiental (Ceas) de todas as regiões brasileiras.
3560	BARBOSA, Flávia Maria	Os movimentos sociais como instrumento dos processos de criação e de implantação de unidades de conservação no Distrito Federal: um estudo comparativo dos Parques do Gama e Parque Ecológico de Águas Claras.
3978	SOUZA, Igor Velho de.	Fóruns (Brasileiro) de Educação Ambiental: algumas articulações no contexto do horizonte da Educação Ambiental.
4338	FANK, Jonia Teresinha	Flores, cores e saberes do movimento ecológico de Mato Grosso em frutificação na Educação Ambiental.
4366	PINHEIRO, José Aldair	Colonização e sustentabilidade: estudo de caso da comunidade de Nova Guarita MT.
4502	PEREIRA, Júlia Maria Salomão	Revelando a Marambaia: uma prática participativa de Educação Ambiental com pequenos produtores rurais na APA Costa de Itararé - Serra Grande.
4691	COSTA, Lara Moutinho da	A Floresta Sagrada da Tijuca: estudo de caso de conflito envolvendo uso público religioso de parque nacional.
4722	GUIMARÃES, Leandro Belinaso.	O educativo nas ações, lutas e movimentos de defesa ambiental: uma história de descontinuidades.
4898	VELASQUES, Loide Barbosa	Integridade da criação: análise do problema ambiental brasileiro e elementos para a ação através da Educação Ambiental.
5338	VIGNATTI, Marcilei Andrea Pezanatto	De “coisa de pequeno burguês” para um debate relevante: a trajetória ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) – 1984-2004.
5361	SILVA, Marcio Tascheto da	Pedagogia do galpão: prática social como prática pedagógica.
5554	MATOS, Maria Cordeiro de Farias Gouveia	Panorama da Educação Ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.
5652	ESCOUTO, Maria de Lourdes Leal	Educação Ambiental na construção da cidadania de mulhEres no interior de Rio Grande.
5799	PEREIRA, Maria Odete da Rosa	Educação Ambiental: um convite a participação.
6703	SCHLEE, Renata Lobato	Educação Ambiental e processo de trabalho: um estudo da auto-organização de coletivos de trabalhadores na colônia de pescadores Z3 - Pelotas/RS.
6816	SIMIONE, Roberta Moraes	Território de Mata Cavalo: identidades em movimento na Educação Ambiental.
6892	GUIMARÃES, Rogerio de Souza	Desafios da Educação Ambiental na Articulação entre Escola e Assentamentos da Reforma Agrária.

continua...

ID	Autor	Título
7050	ZANONI, Rosimari da Silva	As abordagens sobre redes sociais: o capital social como recurso de sustento a ação coletiva na Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASUL.
7181	OLIVEIRA, Sara Monise de	Educação Ambiental e organizações da sociedade civil da bacia hidrográfica do Córrego Água Quente (São Carlos/SP): compreendendo a incorporação da temática ambiental em suas ações socioeducativas.
8066	NASCIMENTO, Evaldo Raimundo do	A formação rede de Educação Ambiental: um estudo de caso no município de Blumenau – SC.
8472	FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque	Educação Ambiental dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina: uma contribuição à consciência ambiental em Iraçuba – CE.

Fonte: Catálogo EARTE. Org. Elaine de Sousa Guideti Junqueira

Anexo 2 – Modelo da Ficha de Classificação do Projeto EArte.

Ficha de Classificação

Código OU ☒ Consolidada ☐

Identificação OU ☒

Título

Autor:

Nome Sobrenome

Orientador(es)

Ano da Defesa Inicial Ano da Defesa Final

Programa de Pós Número de Páginas

Unidade/Setor Estado IES

Grau de Titulação Acadêmica Cidade

Dependência Administrativa

Contexto Educacional OU ☒

☐ Contexto Não Escolar ☐ Contexto Escolar

☐ Abordagem Genérica

Tema Ambiental OU ☒

Tema Ambiental

Tema de Estudo OU ☐

- ☐ Currículos, Programas e Projetos
- ☐ Conteúdo e Métodos
- ☐ Concepções/Representações/ Percepções do Formador em EA
- ☐ Concepções/Representações/ Percepções do Aprendiz em EA
- ☐ Recursos Didáticos
- ☐ Linguagens/Comunicação/Cognição
- ☐ Políticas Públicas em EA
- ☐ Organização da Instituição Escolar
- ☐ Organização não Governamental
- ☐ Organização Governamental
- ☐ Trabalho e Formação de Professores/Agentes
- ☐ Movimentos Sociais/Ambientalistas
- ☐ Fundamentos em EA
- ☐ Outro Tema...

Contexto Educacional OU ☒

☐ Contexto Não Escolar ☐ Contexto Escolar

☐ Abordagem Genérica

Tema Ambiental OU ☒

Tema Ambiental

Tema de Estudo OU ☐

- ☐ Currículos, Programas e Projetos
- ☐ Conteúdo e Métodos
- ☐ Concepções/Representações/ Percepções do Formador em EA
- ☐ Concepções/Representações/ Percepções do Aprendiz em EA
- ☐ Recursos Didáticos
- ☐ Linguagens/Comunicação/Cognição
- ☐ Políticas Públicas em EA
- ☐ Organização da Instituição Escolar
- ☐ Organização não Governamental
- ☐ Organização Governamental
- ☐ Trabalho e Formação de Professores/Agentes
- ☐ Movimentos Sociais/Ambientalistas
- ☐ Fundamentos em EA
- ☐ Outro Tema...

Resumo

ecolog